

Universidade Católica de Pelotas Centro de Ciências Sociais e Tecnológicas Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos

IMPACTOS DO TRABALHO REMOTO REALIZADO PELA MULHER DOCENTE DURANTE A PANDEMIA: UM ESTUDO DE CASO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE (IFSul)

CHRISTINE MOREIRA MORALES

CHRISTINE MOREIRA MORALES

IMPACTOS DO TRABALHO REMOTO REALIZADO PELA MULHER DOCENTE DURANTE A PANDEMIA: UM ESTUDO DE CASO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SULRIO-GRANDENSE (IFSul)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas, para obtenção do título de Doutora em Política Social e Direitos Humanos.

Linha de pesquisa: Estado, direitos sociais e política social

Orientadora: Profa. Dra. Vini Rabassa da Silva

Catalogação na publicação: Ceila Rejane M. Soares - CRB 10/926

M828i Morales, Christine Moreira

Impactos do trabalho remoto realizado pela mulher docente durante a pandemia: um estudo de caso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSul) / Christine Moreira Morales ; Vini Rabassa da Silva, orientadora. – Pelotas : 2023. – 123 p.

Tese (doutorado) – Universidade Católica de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos. – Pelotas, 2023.

Mulheres docentes 2. Trabalho remoto – Pandemia 3. Docentes, mulheres – Pandemia – IFSul-Campus Pelotas. I. Silva, Vini Rabassa (orientadora). II. Título.

CHRISTINE MOREIRA MORALES

IMPACTOS DO TRABALHO REMOTO REALIZADO PELA MULHER DOCENTE DURANTE A PANDEMIA: UM ESTUDO DE CASO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE (IFSul)

Tese em nível Doutorado foi avaliado e aprovado pela banca examinadora composta dos seguintes membros.

Aprovado em: 19/12/2023.
BANCA EXAMINADORA:
Profa. Dra. Vini Rabassa da Silva (Orientadora – UCPEL)
Profa. Dra. Vera Maria Ribeiro Nogueira (UCPEL)
Profa. Dra. Neiva Afonso Oliveira (UFPEL)

Profa. Dra. Myriam Siqueira da Cunha (IFSul)

Dedico essa tese a mim mesma, que com todas as dificuldades e limitações consegui vencer e chegar a este momento especial, que é a minha vitória pessoal.

AGRADECIMENTOS

Agradeço com muito amor e carinho aos meus pais, Regina Maris e Carlos Milton, (*in memoriam*).

À minha tia, Stella Maris, à minha avó materna, Christina.

Aos meus irmãos, Paulo, Mauro e Cesar.

A Edison Machado, meu amor e companheiro de todas as horas.

A todas as pessoas que me ajudaram na confecção deste trabalho, principalmente à minha orientadora, Vini Rabassa da Silva.

À minha amiga, Debora Gomes Machado.

Ao IFSul.

Se não puder se destacar pelo talento, vença pelo esforço (Dave Weinbaum).

A gente não sabia ser Youtuber, a gente sabia ser professor (Docente E6).

RESUMO

A disseminação no mundo inteiro do vírus SARS-CoV-2, causando a Covid-19, provocou mudanças globais, atingindo as pessoas de formas diferentes de acordo com a sua inserção no mundo do trabalho e com suas condições particulares de vida, o que instigou a realização desta tese. O objetivo geral do estudo é analisar os impactos do trabalho remoto, advindo do ensino remoto emergencial durante a pandemia de Covid-19, na vida de mulheres docentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSul) - Câmpus Pelotas, relativamente as suas relações familiares, sociais e intelectuais. E, como objetivos específicos estipulou-se: averiguar possíveis impactos do trabalho remoto na vida das mulheres docentes do IFSul - Câmpus Pelotas nas suas relações familiares, sociais e intelectuais; examinar a repercussão das exigências de novos domínios tecnológicos, sobre a capacidade intelectual das professoras; relacionar os impactos produzidos com a precarização do trabalho docente, o adoecimento de docentes e a reprodução da cultura patriarcal na sociedade brasileira. Para alcançar esses objetivos, foi realizada uma pesquisa de natureza qualitativa, do tipo estudo de caso com entrevistas semiestruturadas desenvolvidas com mulheres docentes do IFSul - Câmpus Pelotas, que exerceram a docência durante o período pandêmico, cujos resultados foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo. A apresentação aqui realizada inicia com uma retomada do projeto de pesquisa desenvolvido, trazendo uma contextualização geral sobre a pandemia no Brasil, as motivações que induziram a construção do projeto, como foi desenvolvido, e, como foi estruturada a exposição dos resultados obtidos por meio da referida pesquisa. A seguir, o capítulo dois descreve o resultado dos primeiros passos dessa construção, expondo o levantamento do estado da arte e a revisão bibliográfica sobre a temática da pesquisa, resumindo a sua fundamentação teórica com uma visão geral sobre as relações de gênero no espaço familiar e laboral; a inserção da mulher na docência no ensino tecnológico e como a pandemia influenciou no ensino no Brasil. Posteriormente, no capítulo três, é realizada a delimitação e caracterização do campo de estudo, especificando o projeto pedagógico do IFSul. E, no capítulo quatro, depois da caracterização do perfil das entrevistadas, estão sistematizadas as descobertas da pesquisa, enfocando o impacto familiar, social e intelectual durante o trabalho remoto das docentes; a repercussão das exigências de novos domínios tecnológicos provenientes da pandemia de Covid-19 e, por fim, os impactos do trabalho remoto, destacando a precarização do trabalho, o adoecimento das docentes e a cultura patriarcal. A análise realizada endossa o problema da precarização do trabalho docente, com a carga de trabalho excessiva dessas trabalhadoras e alerta a comunidade e a sociedade para a necessidade de cuidar da saúde mental, intelectual e física das professoras, pós- pandemia, quer seja eliminando a carga de horas extras, investindo na qualificação para a atualização em ferramentas de apoio pedagógico, como as novas tecnologias, ou, ainda, fortalecendo a luta ampla pelo fim da cultura patriarcal. E, finalmente, a conclusão expõe a confirmação da hipótese de que a pandemia de Covid-19, ao tornar o trabalho remoto obrigatório, produziu nas mulheres docentes do Câmpus Pelotas do IFSul impactos em suas relações familiares, sociais e intelectuais, gerando consequências negativas para as docentes no campo físico, mental, social e intelectual.

Palavras-chave: Trabalho remoto na pandemia; mulheres docentes; IFSul-Câmpus Pelotas; impactos físicos, mentais e intelectuais da pandemia em mulheres docentes.

ABSTRACT

The dissemination of SARS-CoV-2 virus in the world causing Covid-19, made global changes striking on people by different ways, according to their insertion in working world and according to their particular life conditions. This subject inspired the present thesis. The general aim of this study is to analyze the impacts of remote working, resulted of emergential remote teaching during Covid-19 pandemia, in Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Riograndense (IFSul) – Campus in Pelotas's docent women's lives, relatively to their familiarity, social and intelectual relations. As specific objectives, we state: investigate possible impacts of remote working on IFSul-Campus in Pelotas in docent women's lives in their familiarity, social and intelectual relations; examine the repercussion of demands of new technological, about intelectual capacities of teachers; list the impacts resulted by the precarization of docent work, the illness of docents and the reproduction of patriarchal in Brazilian society. In order to reaching these objetives, we accomplish a qualitative research, a case study with semi-structured interviews developed with docent women of IFSul-Campus in Pelotas that exercised teaching during pandemic period. The responses and results were analysed by the technical content analysis. The presentation of the thesis begins with a resumption of the research project developed, bringing a general contextualization about the pandemic in Brazil, the motivations that inducted the project, the manner it was developed and the manner the results obtained by the research were informed. Next, the second chapter describes the results of the construction's first steps exposing the state-of-the-art and the bibliographical revision about the theme of the research, summarizing theoretical questions about gender relations in familiar space and in laboral space; woman insertion in techonological teaching and how the pandemia influenced teaching in Brazil. In sequence, in the third chapter, the delimitation and the characterization of the field of study, specifying IFSul's pedagogical project are accomplished. At last, in the fourth chapter, after the characterization of the interviewed docents' profile, the findings of the research are brought, focusing the familiar, social and intelectual impacts during the remote working and highlighting the precarization of work, docents's illness and patriarchal culture. The repercussion of the demands on new technological domains originated by the necessities of the Covid-19 pandemic and, finally, the impacts of remote working, highlighting work precarization, docents'illness and the patriarchal culture are the main elements emphasized. The analysis carried out endorses the problem of docents work's precarization, with the excessive work load of theses teachers. Also, the analysis alerts the community and society to the necessity of taking care of mental, intelectual and physical capacities of the docents, in the period pós-pandemic, either eliminating the loading of extra hours, investing in qualification to the updating relative to tools of pedagogical support as the new technology or strengthen the broaden strike by the ending of patriarchal culture. Finally, the conclusion exposes the hypothesis confirmation of that Covid-19 pandemic, when turns remote working compulsory, produces in docent women of IF-Sul Campus Pelotas impacts in their familiar, social and intelectual relations. These impacts originated negative consequences to women docents in these four spheres: physical, mental, social and intelectual.

Keywords: Remote work in pandemic; women docents; IFSul-Campus Pelotas; physical, mental and intelectual impacts of pandemic in women docents.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AVA Ambiente Virtual de Aprendizagem

CAVG Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça (IFSul-CAVG)

Cefet Centros Federais de Educação

CEFET-RS Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas

Codir Colégio de Dirigentes
Consup Conselho Superior
Covid-19 Coronavírus 2019

CLT Consolidação das Leis Trabalhistas

Dieese Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos

Socioeconômicos

EaD Educação a distância

ERE Ensino Remoto Emergencial E-Tec Escola Técnica Aberta do Brasil

ETP Escola Técnica de Pelotas

ETFPEL Escola Técnica Federal de Pelotas

Gestrado Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFSul Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-

Grandense

Inep Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio

Teixeira

Ipea Instituto de Pesquisa Aplicada IES Instituição de Ensino Superior

IFECT Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC Ministério da Educação

OIT Organização Internacional do Trabalho

OMS Organização Mundial da Saúde
ONU Organização das nações Unidas
PEC Projeto de Emenda Constitucional
PNCB Pesquisa Nacional da Cesta Básica
PPI Plano Pedagógico Institucional
QVT Qualidade de Vida no Trabalho

TDIC Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação

TR Trabalho Remoto

UAB Universidade Aberta do Brasil

UFMG Universidade Federal de Minas Gerais

UFPel Universidade Federal de Pelotas

UFRGS Universidade Federal do Rio Grande do Sul UNFPA Fundo de População das Nações Unidas

Setec Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SUAS Sistema Único de Assistência Social

SUS Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO13
2 PRIMEIROS PASSOS PARA A CONSTRUÇÃO DA TESE19
2.1 LEVANTAMENTO DO ESTADO DA ARTE SOBRE O TEMA19
2.2 SISTEMATIZAÇÃO DA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA32
2.3.1 Contextualizando as relações de gênero no âmbito familiar e laboral 32
2.3.2 A inserção da mulher na docência no ensino tecnológico 49
2.3.3 Algumas implicações da pandemia de Covid-19 no ensino no Brasil57
3 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA REALIZADA64
3.1 DELIMITAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA64
3.1.1 Projeto Pedagógico do IFSul – Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 70
3.2 O PERCURSO METODOLÓGICO da PESQUISA71
3.2.1 Notas sobre a aplicação da pesquisa
3.2.2 Procedimentos usados para a análise dos dados da pesquisa
4 DESCOBERTAS SOBRE IMPACTOS DO TRABALHO REMOTO
REALIZADO DURANTE A PANDEMIA POR MULHERES DOCENTES DO
IFSUL79
4.1 PERFIL DAS ENTREVISTADAS
4.2 IMPACTO FAMILIAR, SOCIAL E INTELECTUAL DURANTE O TRABALHO
REMOTO DAS DOCENTES80
4.3 REPERCUSSÃO DAS EXIGÊNCIAS DE NOVOS DOMÍNIOS
TECNOLÓGICOS PROVENIENTES DA PANDEMIA DE COVID-1989
4.4 IMPACTOS DO TRABALHO REMOTO NA PRECARIZAÇÃO DO
TRABALHO, ADOECIMENTO E CULTURA PATRIARCAL91
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS99
REFERÊNCIAS107
REFERÊNCIAS107 APÊNDICE A – ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM DOCENTES122
REFERÊNCIAS107

1 INTRODUÇÃO

A Organização Mundial da Saúde (OMS), em 31 de dezembro de 2019, foi prevenida a respeito de vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. Desvelava-se uma nova cepa (tipo) de coronavírus. Em 30 de janeiro de 2020, a Organização das Nações Unidas (ONU) anunciou um surto do novo coronavírus; em 11 de março de 2020, foi revelado, ao mundo, uma pandemia denominada Covid-19 (OPAS, 2019). O vírus rapidamente se espalhou pelo mundo, com consequências profundas na Saúde Pública e abalos ainda não vivenciados nas economias e nos mercados de trabalho.

No Brasil, a pandemia começou no dia 26 de fevereiro de 2020, com a confirmação de que um homem de 61 anos, residente em São Paulo, havia retornado da Itália e testado positivo para o SARS-CoV-2, vírus que provoca a Covid-19. Desde então, a doença se propagou para todo o país, sendo declarada a transmissão comunitária.

Portes, Portes e Fachin (2021) em artigo que discute o impacto do Ensino Remoto Emergencial (ERE), trazem as principais medidas governamentais, nesse primeiro momento da pandemia no país, que buscaram regulamentar as ações educacionais brasileiras:

A relação entre a pandemia e o ensino remoto tornou-se fato no Brasil, a partir da Portaria nº 343 de 2020, direcionada às instituições de educação superior integrantes do sistema federal de ensino, que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus — Covid-19, uma relação indivorciável, que aponta, no tempo presente, sinais de esgotamento e fraturas. Em 18 de agosto de 2020, foi criada a Lei nº 14.040, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020 e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. A última portaria que preconiza sobre a oferta do ensino remoto para as instituições do sistema federal de ensino superior é a de nº 1.038, de 07 de dezembro de 2020 (Portes; Portes; Fachin, 2021, p. 3).

Sendo assim, em março de 2020, o Ministério da Saúde brasileiro, apoiado pelas decisões da OMS, providenciou medidas para conter o avanço da doença, sendo as principais o uso de máscara, de álcool gel e, principalmente, o distanciamento social.

Apesar de fazer parte das diretrizes oficiais, o distanciamento social foi publicamente criticado e desencorajado pelo Presidente na época, Jair Bolsonaro. Mesmo

assim, nesse primeiro momento, a maioria da sociedade brasileira atendeu aos apelos da mídia e do Ministério da Saúde, chegando em torno de 70% de adesão. No entanto, com a queda dos empregos e a economia muito fragilizada e sem nenhum tipo de auxílio governamental, pessoas mais vulneráveis acabaram saindo para trabalhar, pois não havia nenhum tipo de programa de transferência de renda que garantisse que a população pudesse se manter em casa.¹

Com a situação de vulnerabilidade alimentar agravada e muita luta da população, houve a aprovação pelo Congresso Nacional do Auxílio Emergencial².

Apesar de o Governo Federal ter anunciado um auxílio no valor médio de R\$ 191,00 por apenas quatro meses, o Congresso Nacional, depois de intensa mobilização dos setores da sociedade civil, aprovou o Auxílio Emergencial no valor de R\$ 600,00 por trabalhador (Câmara dos Deputados, 2021), para auxiliar pessoas em situação de vulnerabilidade social que tiveram a pobreza agravada em consequência da pandemia devido à perda de trabalho formal ou informal.

Nas casas com dois ou mais trabalhadores e com mães chefes de família, o valor poderia chegar até R\$ 1.200,00. O direito foi assegurado à ampla parcela de trabalhadores(as) incluindo autônomos, informais, microempreendedor individual (MEI) e desempregados com renda mensal de até três salários-mínimos, ou com renda *per capita* de até ½ salário-mínimo.

Depois da aprovação no Congresso, os pagamentos foram realizados em duas rodadas: na primeira, de abril a agosto, as parcelas eram de R\$ 600,00; na segunda, chamada de "auxílio residual", de setembro a dezembro, as parcelas eram de R\$ 300,00 com um público-alvo menor. O Auxílio Emergencial beneficiou a cerca de 68 milhões de pessoas.

¹ A pandemia impactou a economia do Brasil, a qual tentava se reerguer desde a crise econômica de 2014. Em março de 2020, foi prenunciada a retração no produto interno brasileiro (PIB), adiando o final da crise e o crescimento. A crise econômica acabou repercutindo em diversos setores, incluindo os serviços essenciais.

_

² O Auxílio Emergencial, instituído pela Lei nº 13.982, de 2020, é uma das maiores iniciativas do Governo Federal para minimizar os efeitos econômicos da pandemia do coronavírus (Covid-19) para a parte mais vulnerável da população, entres eles os beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) e os inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), cidadãos que já tinham algum tipo de relacionamento com políticas de assistência social. Além desses, o benefício abrange também trabalhadores informais, autônomos e microempreendedores individuais (MEI). Com base na análise documental e por meio de observação direta, este estudo buscou delinear o processo de implementação do Auxílio Emergencial, no âmbito do arranjo estabelecido pelo Ministério da Cidadania (MC), por meio da abordagem da burocracia de nível de sistema. e o Presidente da República do Brasil foi compelido a sancionar o decreto em 30 de março de 2020, criando o Auxílio Emergencial (Cardoso, 2020).

A Proposta de Emenda à Constituição, PEC 186/2019, que aprova a prorrogação do Programa de Auxílio Emergencial para 2021 foi algo fundamental para a garantia de uma vida minimamente digna daqueles que mais perdiam com a pandemia. A notícia, no entanto, teve seus obstáculos: a PEC, aprovada no Congresso, limitou o total dos gastos a R\$ 44 bilhões, incluindo medidas de controle dos gastos públicos. Esse montante representou menos de 15% do valor total destinado ao programa em 2020, sendo também 30% menor do que custou o auxílio residual de R\$ 300,00 concedido nos meses de setembro e dezembro de 2020. Seguindo essa conta, o Governo Federal estimou um valor médio de R\$ 250,00 mensais para o benefício, podendo esse variar de acordo com o perfil da família, por um prazo de quatro meses. (Brandão, 2021)

Esse valor não cobria o conjunto de alimentos básicos necessários a uma pessoa adulta por mês. Valor que, no Rio de Janeiro, por exemplo, já passava de R\$ 600,00, segundo a Pesquisa Nacional da Cesta Básica, realizada pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) no início de 2021. Se considerássemos os preços de outros produtos essenciais, essa conta se tornava ainda mais malévola: depois do segundo reajuste de 2021, o gás de cozinha custa em torno de R\$ 100,00, valor que, sozinho, já consumia 40% do Auxílio Emergencial proposto.

Além disso, para que as pessoas fossem elegíveis para receber esse valor necessitavam estar inseridas em um cadastro único. A falta de organização do governo que desconheceu o cadastro existente na política de assistência social e implantou um novo sistema, gerou desencontro de informações, trouxe a demora para o pagamento, acúmulo de pessoas em instituições de cadastro e grande dificuldade em sua realização, por exigir acesso a equipamentos eletrônicos (como computadores e celulares) que não são acessíveis exatamente àquelas pessoas que mais necessitavam da assistência. Da mesma forma, com a chegada do recebimento do Auxílio Emergencial se formaram filas na Caixa Econômica Federal, pois não havia nenhuma estratégia prática que evitasse a aglomeração na frente do referido banco, o que agravava mais a situação pandêmica, facilitando a transmissão do vírus.

Com isso, entendemos que a pandemia mostrou o lado mais perverso do capitalismo, pois ficou escancarada a vulnerabilidade de grande parte da população, acirrada com a perda de atividades informais devido ao isolamento social e à desaceleração da economia. Muitas pessoas tiveram sua situação econômica agravada, uma vez que muitas perderam seus empregos e, até hoje, ainda não conseguiram se recolocar no mercado de trabalho formal.

Com a evolução de novos casos confirmados e com a necessidade do isolamento social para tentar conter o contágio da doença, em um primeiro momento,

houve em muitos lugares a decretação oficial de *lockdown*³ com o fechamento de todas as atividades não essenciais. A reclamação da classe patronal, vinculada às atividades produtivas e comerciais, devido à perda de seus lucros, levou à flexibilização das medidas de isolamento, sendo que alguns segmentos, como a imprensa, cultura, esporte e religião, bem como as escolas e universidades permaneceram com as suas atividades presenciais paralisadas.

Por outro lado, a pandemia exigiu orientar as pessoas a permanecerem em casa, para tentar conter a doença, requerendo repensar a forma de como manter o trabalho. Na área da educação, para enfrentar essa crise, o trabalho passou a ser realizado de forma remota e contínua. Com o processo de vacinação avançando no Brasil a passos lentos devido à decisão do governo brasileiro de comprar as vacinas apenas depois de muita pressão interna da sociedade civil e dos órgãos internacionais, foi estendida a exigência de manter a modalidade de ensino remoto até meados de 2022.

Desse modo, a pandemia de Covid-19 que tanto interferiu na vida de todos, no mundo inteiro, conforme avançava impactava diretamente a docência em todos os seus níveis de ensino.

Portes, Portes e Fachin (2021) afirmam que, no contexto pandêmico vivenciado de 2020 a 2022, o ensino superior foi extremamente impactado, uma vez que as instituições de ensino superior (IESs), que tinham ofertas de cursos na modalidade presencial se viram obrigadas a ofertar o ERE como forma de adequação às normativas governamentais. E, destacam que foi necessário rever todo um planejamento e execução das atividades acadêmicas que tinham formato presencial e que passaram a necessitar de incremento das ferramentas tecnológicas educacionais, que fomentaram a denominada plataformização da vida acadêmica e profissional.

Esse fenômeno aconteceu, também, na educação federal técnica e tecnológica, contexto desta pesquisa e nas redes municipais e estaduais de ensino do país e do mundo. E, é nesse contexto, que o grupo foco deste estudo – professoras trabalhadoras da área da Educação Técnica e Tecnológica – se insere.

Tendo em vista a problematização apresentada, optamos por elaborar a pesquisa, uma vez que as revelações obtidas a partir de uma primeira aproximação com o tema,

_

³ A palavra *lockdown* tem sua origem no inglês e significa "bloqueio total" ou "confinamento". E é uma decisão imposta pelo estado por meio de norma legal e não uma recomendação governamental ou uma escolha voluntária (Aquino *et. al.*, 2020).

indicaram que a pandemia alterou o exercício do trabalho da mulher docente, estendendo suas consequências para o período pós-pandêmico, tanto em nível pessoal como, provavelmente, nas relações de trabalho que a sociedade brasileira exige.

De fato, as sequelas trazidas – e deixadas – pela pandemia demonstram o fantasma das desigualdades não somente na educação, mas em outras esferas da sociedade entre homens e mulheres. Diante disso, consideramos importante a discussão da condição do trabalho docente realizado pelas mulheres no âmbito federal, como supostamente coisificado e massificado pelo modo de compreender as relações sociais e trabalhistas do modo capitalista.

É possível perceber, entretanto, algumas vantagens no TR que vão desde a proteção contra a contaminação pelo novo coronavírus – que pode inclusive produzir graves sequelas ou até mesmo conduzir à morte – até possibilitar que mulheres se dediquem ao cuidado familiar de pessoas vulneráveis (crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência), conforme já comentado anteriormente. No entanto, lembramos que a modalidade de TR pode igualmente ocasionar adoecimentos e agravantes à precarização do trabalho.

Especificamente em relação à docência exercida pelas professoras em Regime de Dedicação Exclusiva, como é o caso da maioria dos professores dos institutos federais de educação, exige-se trabalho de 40 horas semanais, de acordo com seu contrato de trabalho.

Diante dessas considerações, queremos compreender como a carga de trabalho usualmente desenvolvida "fora" da sala de aula, como relatórios, aulas a serem preparadas e atendimento aos alunos foi complexa no período pandêmico, em que todo o trabalho docente adentrou a casa dessas professoras, misturando-se com as demais tarefas que surgiram, e como isso pode ter impactado o trabalho docente dessas mulheres, bem como a vontade de agir e de inovar, em contraponto com a necessidade de dormir e de relaxar, com o tempo de recompor as energias, a ida necessária ao médico, o exercício físico e o preparo para o uso da voz.

A importância de verificar se esses aspectos de fato acontecem, como se manifestam e que consequências estão produzindo, a partir das vivências das docentes, poderá apontar novas demandas, tanto para a formação docente, como para a melhoria das condições de trabalho, prevenindo não só a queda do nível de ensino, mas o possível adoecimento de docentes, decorrente do acúmulo de trabalho e da crescente

vulnerabilidade a que são expostas, além de provocar para formas mais efetivas de se lidar com o TR, que na iniciativa privada já é uma realidade na pós-pandemia.

Assim, investigar e analisar essa temática poderá tornar essas questões mais visíveis para a sociedade, reforçando a luta para que as mulheres tenham direitos iguais aos dos homens, por meio do processo de formulação e implementação de políticas públicas dirigidas para as mulheres, que considerem as suas necessidades específicas, o que poderá inclusive prevenir o adoecimento mental e ou a diminuição da qualidade da docência.

Além disso, caso seja constatada a forte tendência de o período pandêmico ocasionar a ampliação do ensino remoto na educação, a pesquisa poderá alertar para a necessidade de uma preparação específica para lidar com as tecnologias.

Diante disso, buscamos analisar os impactos do trabalho remoto (TR), advindo do ERE durante a pandemia de Covid-19, na vida de mulheres docentes do Câmpus Pelotas (IFSul), relativamente as suas relações familiares, sociais e intelectuais. E, especificamente, averiguar possíveis impactos do TR na vida das mulheres docentes do Câmpus Pelotas (IFSul) em relação às suas relações familiares, sociais e intelectuais; examinar a repercussão das exigências de novos domínios tecnológicos, sobre a capacidade intelectual das professoras; relacionar os impactos produzidos com a precarização do trabalho docente, o adoecimento de docentes e a reprodução da cultura patriarcal na sociedade brasileira; e indicar possíveis estratégias para a superação de malefícios.

Para isso, no capítulo, a seguir, serão apresentados fundamentos teóricos, que embasam as relações de gênero no âmbito familiar e laboral; as diferenças entre ensino remoto emergencial, educação a distância e ensino presencial; a questão do patriarcado na América Latina e no Brasil; a precarização do trabalho feminino e a inserção das mulheres docentes no ensino tecnológico.

No terceiro capítulo, está descrito o percurso metodológico, que caracteriza a pesquisa e o campo pesquisado; o tipo de pesquisa; as participantes do estudo, o instrumento de coleta de dados; as categorias de análise elencadas e o método de análise dos dados obtidos.

O quarto capítulo apresenta as descobertas realizadas com a pesquisa, explicando os impactos do ensino remoto emergencial nas docentes do IFSul.

Por fim, apresentamos as considerações finais, as referências utilizadas para o embasamento deste trabalho, e os apêndices citados ao longo do trabalho.

2 PRIMEIROS PASSOS PARA A CONSTRUÇÃO DA TESE

Depois da definição sobre o tema da pesquisa, foi dado início ao levantamento sobre o estado da arte, a fim de conhecer os estudos já realizados sobre o tema em questão e, a partir disso, verificar a validade e pertinência da sua delimitação para a elaboração desta tese.

2.1 LEVANTAMENTO DO ESTADO DA ARTE SOBRE O TEMA

Nessa seção, apresentamos as pesquisas recentes que versam sobre a temática abordada neste estudo. Tal diálogo é de extrema importância a fim de que o pesquisador consiga ter uma visão geral do conhecimento produzido de forma mais recente no campo no qual se propôs a analisar.

Na metodologia para a realização da referida revisão de literatura, utilizamos, em um primeiro momento, a busca por artigos, dissertações e teses nas plataformas Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Lilacs e Scielo que tivessem como descritores, as palavras-chaves presentes neste estudo, a saber: *isolamento social; Covid-19; trabalho feminino; trabalho e gênero; mulheres docentes e trabalho remoto*.

Na BDTD, ao serem elencadas todas as palavras-chave, não conseguimos encontrar nenhum trabalho. Sendo assim, passamos a utilizar a busca a partir de três palavras por vez.

Primeiro buscamos por *isolamento social*, *Covid-19* e *trabalho remoto*, aparecendo ao todo 87 produções acadêmicas. A partir da triagem realizada por ano de publicação e temática relacionada com este estudo, separamos 9 trabalhos a serem revisados.

Já com as palavras-chave *trabalho feminino*, *trabalho e gênero* e *mulheres docentes* encontramos um total de 145 trabalhos publicados, mas no cruzamento entre ano de publicação desejado e intersecção com o tema deste estudo não foi possível selecionar nenhum dos trabalhos que apareceram no levantamento.

Mesclamos, então, as palavras-chaves *isolamento social, trabalho remoto* e *mulheres docentes* e encontramos quatro trabalhos versando sobre a temática, sendo que três deles já haviam aparecido em buscas anteriores.

Finalizando a busca na plataforma BDTD, utilizamos as palavras-chaves *Covid-19*, *trabalho feminino* e *mulheres docentes* vindo a encontrar dois trabalhos, que muito embora tivessem sido produzidos entre 2019-2023 não se ligavam à temática proposta nesta pesquisa.

Para as bases Lilacs e Scielo, utilizamos os mesmos descritores e aplicação de filtros empregados na BDTD. A seguir trazemos os principais achados das pesquisas relacionadas na plataforma BDTD.

A dissertação de mestrado intitulada **Impactos do trabalho remoto na Universidade Federal de Santa Catarina**, de Juliana Gibran Pogibin (2022), teve como objetivo avaliar os impactos do trabalho remoto que foi implementado para servidores técnico-administrativos na Universidade Federal de Santa Catarina, durante a pandemia de Covid-19. Foi uma pesquisa aplicada, descritiva e de natureza quanti-qualitativa.

A autora analisou bibliograficamente estudos que tratavam sobre o TR em busca de atributos que pudessem descrever os impactos do TR na vida dos servidores e servidoras, unindo com a análise de um questionário do tipo *survey*, com 12 perguntas que abrangiam os atributos levantados na pesquisa bibliográfica.

Depois da análise estatística das respostas dos sujeitos de pesquisa, a autora chegou às seguintes categorias e atributos, que considerou como caracterizadores do TR dos servidores e servidoras pesquisados: aspectos pessoais (autonomia, estresse), desafios corporativos (falta de espírito de equipe, isolamento social, problemas de comunicação) e desafios pessoais (equilíbrio da vida pessoal e profissional, distração por membros da família, gerência do tempo, internet/conexão).

Tais categorias/atributos foram sugeridas pela autora como pontos de avaliação do TR na instituição, caso tal modalidade seja futuramente adotada novamente. Apareceram, ainda, no cômputo qualitativo as categorias/atributos produtividade, gerência do tempo e isolamento social como impactantes no trabalho dos servidores e servidoras durante a pandemia de Covid-19.

A dissertação Entre úteros e pandemônios: mulheres mães educadoras e suas significações durante o processo de isolamento social no ano de 2020, de Fernanda Marini Craveiro Buck (2022), realizada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), teve como objetivo principal explicitar e analisar as significações de mulheres mães educadoras em TR durante a pandemia de Covid-19, durante o ano de 2020. A autora entrevistou quatro professoras: duas servidoras do meio público de ensino e duas do meio privado, sendo que três eram casadas e tinham 2 filhos cada, e uma mãe solo que

tinha apenas uma filha.

A coleta de dados dessa pesquisa baseou-se em entrevistas reflexivas e nos procedimentos de Núcleos de Significação gerando três núcleos: Núcleo 1 – Demandas dos filhos e relações parentais: entre a "ajuda" ou a ausência paterna e as "funções" maternas, antes e durante o isolamento; Núcleo 2 – Educadoras em isolamento: sofrimentos vividos, o abandono material das escolas públicas e a exploração desmedida das instituições privadas; e, Núcleo 3 – A dicotomização mulher ou mãe: autopercepção, sobrecargas e ausência do lazer.

A autora utilizou-se de uma análise interpretativa que levou em conta a base teórica, da feminização do magistério e da conjuntura atual política e suas contradições históricas, concluindo que as significações das docentes pesquisadas perpassam a intensa sobrecarga e a frustração, tanto nos domínios privados do lar e família extensa, quanto públicos, levando em consideração a sociabilização e a execução do trabalho formal das pesquisadas.

As mulheres docentes trabalhadoras relataram que seus processos laborais foram mediados pelo abandono por parte do Estado e pela falta de políticas públicas que promovessem equidade de gênero durante o período, visto que durante a pandemia não havia possibilidade de terceirização dos cuidados com os filhos e das demandas domésticas, trazendo cansaço físico e mental devido à ampliação das suas demandas profissionais.

Na dissertação intitulada **Um estudo das formas de trabalho, durante e após a pandemia de Covid-19, nas universidades federais brasileiras a partir das perspectivas de docentes e técnico-administrativos**, de Elaine dos Anjos (2022), que teve como objetivos o estudo das formas de trabalho para as universidades federais levando em conta a percepção dos docentes e técnicos administrativos sobre o ensino remoto compulsório; a identificação da percepção dos servidores docentes e técnicos administrativos sobre a forma ideal de trabalho na pandemia para atender graduação, pósgraduação, pesquisa, extensão e gestão e a análise de questões referentes ao gênero dos servidores e servidoras, quanto à atuação em cargos de chefia sobre a melhor forma de trabalhar na pandemia.

A autora realizou duas pesquisas que redundaram em artigos que compõem a dissertação, uma com dados de coleta com docentes e outras com os técnicos administrativos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Os dados relativos aos docentes mostraram que as docentes mulheres preferiam mais o TR que os

docentes homens, sendo que a maioria dos docentes concordou que o TR não é o ideal para o ensino de graduação e pós-graduação, mas que é uma boa opção para a gestão da universidade. Aqueles que possuiam cargo de chefia se sentiam mais exigidos que aqueles que não tinham cargos de chefia. Relativamente à idade, a autora verificou que esse fator tem impacto sobre a percepção de maior esforço e piora na saúde mental e física dos docentes.

O segundo artigo oriundo dos dados coletados com os técnicos administrativos da UFRGS evidencia que esses demonstraram maior adaptabilidade ao ensino remoto, além de referirem maior flexibilidade e maior aproveitamento de tempo com essa modalidade de ensino, não havendo diferença significativa entre servidores técnico-administrativos homens e mulheres nas respostas obtidas. Além disso, as chefias entenderam que o TR exigiu mais esforço do que o trabalho presencial em relação às não chefias. Em relação à idade, os servidores mais jovens manifestaram maior percentual de concordância sobre modalidade de trabalho do que os mais velhos.

Na dissertação intitulada **O peso de estar em casa: uma análise acerca da percepção das profissionais docentes em relação a sobrecarga de trabalho no home office**, de Michelle Castanho Machado (2021), houve a focalização específica sobre as profissionais da educação, mulheres, que trabalharam durante a pandemia e que seguiam, naquele momento, ainda em *home office*, abordando a questão de gênero como norteadora do estudo, uma vez que as mulheres, historicamente são consideradas pela sociedade como as principais responsáveis pela organização e execução das tarefas domésticas.

Tendo como problema de pesquisa verificar qual a percepção dessas mulheres docentes sobre a sobrecarga de trabalho durante o trabalho *home office* ocasionado pela pandemia de Covid-19, a autora buscou realizar uma pesquisa quantitativa, descritiva e exploratória para buscar entender uma particularidade não explorada. Utilizou o método *survey* com a coleta de dados se dando por meio de questionários eletrônicos enviados via *e-mail* e redes sociais. As pesquisadas foram mulheres docentes de todos os níveis de ensino, das redes públicas e privadas atuantes no estado do Rio Grande do Sul. Os resultados dessa pesquisa indicaram percepção de sobrecarga de trabalho no *home office* durante a pandemia de Covid-19, muito embora tenha havido diferenças de percepção de acordo com o nível de ensino no qual as docentes femininas lecionavam e tendo como variáveis, excesso de barulho durante as aulas *on-line*, conflitos com os pais, com alunos ou responsáveis, pressões no trabalho e o aumento de exigências cognitivas e de memória no *home office*. As docentes que lecionavam do 6º ao 9º ano perceberam maior carga de

trabalho do que as docentes que lecionavam no ensino superior, embora todas as docentes pesquisadas tenham indicado percepção de sobrecarga de trabalho em suas rotinas de *home office*.

Já a dissertação denominada Qualidade de vida no teletrabalho: um estudo de caso na Universidade de Brasília, de Raphael Fabiano Muniz Fayad (2021), analisou a qualidade de vida dos servidores técnicos e docentes em exercício no Gabinete da Reitoria, na Vice-reitoria e em oito áreas de gestão da Universidade de Brasília (UnB), em regime de teletrabalho, durante a pandemia de Covid-19. Para tanto, o autor realizou um levantamento teórico acerca de Reestruturação Produtiva, Custo Humano do Trabalho, Bem-estar e Mal-estar no Trabalho, Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), Ergonomia da Atividade Aplicada à QVT e aspectos sobre o teletrabalho.

A pesquisa foi de cunho quantitativo-qualitativo, descritiva e exploratória definida como sendo um estudo de caso e, para que pudesse alcançar os resultados, o autor aplicou a Escala de Qualidade de Vida no Teletrabalho a uma amostra de 149 servidores, técnicos e docentes em exercício, em dez setores.

Os resultados descritivos indicaram percepções de bem-estar nos seguintes fatores: autogestão do teletrabalho, contexto do teletrabalho, infraestrutura de trabalho e estrutura tecnológica. Em relação ao fator sobrecarga de trabalho, os dados apontaram para percepções que envolviam mal-estar, sendo um ponto considerado crítico foi a ideia de ser observado pela gestão. Já, a análise qualitativa apontou como pontos negativos a falta de regramento sobre horários de trabalho, o que gerou insatisfação por demandas a qualquer hora do dia, a sobrecarga de trabalho, uma maior cobrança por resultados, o isolamento social, bem como incertezas sobre até quando haveria o teletrabalho implementado durante a pandemia. Os pontos positivos, elencados como melhor qualidade de vida destacaram a proximidade com a família, a redução de estresse por não ter que se deslocar até o trabalho por tempos longos, a autonomia de horários, a flexibilidade e estilo de vida mais saudável.

Na pesquisa intitulada **Influência da pandemia para os trabalhadores da educação: o caso de uma instituição federal de ensino superior**, de Mônica Tavares França de Lima (2022), teve como objetivo geral analisar as influências da Covid-19 na rotina de trabalho dos profissionais da educação, no contexto de uma universidade pública federal brasileira e propor estratégias de gestão de pessoas que contribuam para a saúde e o bem-estar desses profissionais. A metodologia adotada foi o estudo de caso com abordagem qualitativa, sendo que os instrumentos de coleta de dados foram o

questionário eletrônico e a entrevista semiestruturada, realizados no ano de 2021, sendo a análise dos dados realizada por meio de análise de conteúdo.

Os achados da pesquisa dessa autora indicam que a pandemia afetou física e psicologicamente os trabalhadores da educação em virtude do isolamento social, da falta de convívio com os seus pares, bem como apontou a gestão do tempo como sendo um grande desafio para os pesquisados, pois além do aumento de trabalho e de carga horária, também tiveram que se adaptar ao ensino e ao TR.

O estudo apontou como principal desafio aos gestores da instituição a identificação das fontes de risco psicossocial que podem vir a conduzir os trabalhadores da educação ao estresse e ao adoecimento tanto durante a pandemia como depois de seu término. O estudo concluiu que é necessário a adoção de medidas de proteção, capazes de reduzir os impactos da Covid-19 na saúde física e mental dos trabalhadores da educação para que eles tenham mais qualidade de vida.

A dissertação intitulada **Aspectos relevantes para a avaliação de desempenho no formato de trabalho remoto: estudo de caso com servidores de uma unidade acadêmica de instituição federal**, de Carla Vasques Silveira (2022), buscou entender como se poderia adequar o sistema de avaliação de desempenho para servidores em TR durante a pandemia de Covid-19 e qual o papel do gestor na mediação de tal processo para discernir e elencar a medição do desempenho de um servidor e a qualidade do seu serviço em *home office*.

Sendo assim, os objetivos de tal pesquisa foram a realização do levantamento de aspectos considerados relevantes para a avaliação de desempenho em TR; a elaboração e a aplicação de questionário, como instrumento de pesquisa, para coleta de dados de um grupo de servidores de uma unidade acadêmica em uma universidade federal e a análise dos dados obtidos, de modo a permitir que se pudesse proceder uma reflexão sobre a situação de TR vivenciado pelos sujeitos de pesquisa no contexto de pandemia.

Os resultados indicaram a necessidade de agrupar alguns aspectos relevantes para a análise da avaliação de desempenho dos servidores em TR, que incluem a agregação de novos conhecimentos sobre as tecnologias e a reflexão sobre a possibilidade de se manter tal formato de trabalho para além do período pandêmico.

Finalizando a resenha dos trabalhos sobre a temática, consultados na plataforma BDTD, procedemos a leitura da dissertação **Universidade em tempo de pandemia: um estudo sobre os impactos da adoção do teletrabalho na percepção de servidores públicos**, de autoria de Thiego Santos de Araújo (2020), que buscou identificar as

vantagens e desvantagens do teletrabalho durante a pandemia de Covid-19 sob a perspectiva dos servidores técnico-administrativos da Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi (Facisa/UFRN).

A pesquisa foi de cunho qualitativo, de delineamento transversal e utilizou como instrumento de coleta de dados um questionário aplicado aos técnicos administrativos da Facisa/UFRN que entraram em teletrabalho durante a pandemia, abordando diversas questões relativas ao teletrabalho.

Os achados de pesquisa indicaram que na percepção dos sujeitos o teletrabalho executado durante a pandemia trouxe inúmeras vantagens, como: maior autonomia no trabalho, maior flexibilidade nos horários e nas relações de trabalho, redução no tempo, no estresse e nos gastos com deslocamento, redução de custos com vestuário, além da possibilidade de fazer refeições em casa, maior interação com a família, maior privacidade, possibilidade de fazer outros trabalhos por conta própria, melhoria na qualidade de vida pessoal e no trabalho, além de propiciar a sensação de maior segurança que pode estar relacionada aos menores riscos envolvendo a violência urbana e o trânsito, e obviamente menor exposição ao coronavírus.

Em relação aos aspectos negativos, foram identificados a maior distração com atividades domiciliares, a diminuição da qualidade do trabalho, o receio de perder benefícios trabalhistas, o maior isolamento profissional, os problemas de infraestrutura tecnológica e a falta de treinamento específico, sendo que tais achados, segundo o autor, podem vir a ampliar o conhecimento sobre as especificidades do teletrabalho e subsidiar o planejamento de estratégias para que aquelas universidades que desejem, possam implantar o teletrabalho depois da pandemia.

A percepção que tivemos, depois de ler os trabalhos que foram encontrados na plataforma BDTD é de que de forma geral a visão da mulher docente em TR ficou diluída nas pesquisas realizadas, ou porque a maioria deles tratava de servidores e de servidoras, ou porque os estudos focalizaram tanto docentes como técnico-administrativos que possuem em suas carreiras especificidades diversas.

Se por um lado, podemos ter, com esse primeiro bloco, uma ideia bem delineada sobre a questão do TR – prós e contras; por outro em apenas dois trabalhos conseguimos visualizar a realidade sobre a qual nos debruçamos aqui, a de mulheres docentes em TR durante a pandemia.

Em Buck (2022), pudemos observar melhor como a questão de gênero é importante para a compreensão e percepção do TR na pandemia, já que para as docentes

pesquisadas o TR trouxe a intensa sobrecarga e frustração, tanto nos domínios privados do lar e família extensa, quanto públicos, levando em consideração a sociabilização e a execução do trabalho formal que executavam. Além disso, as mulheres pesquisadas alegaram que se sentiram abandonadas pelo Estado, tanto no que se referia ao apoio do seu trabalho enquanto tal, como também em relação à falta de políticas públicas que dessem conta de promover equidade de gênero durante a pandemia, visto que se sentiam exaustas com as demandas laborais, sempre intensas, como também com as atividades domésticas.

Machado (2021) também pesquisou o universo de mulheres docentes em TR durante a pandemia e indicou em seus achados a percepção da sobrecarga de trabalho no *home office* durante a pandemia de Covid-19, com diferenças de nível de sobrecarga dependendo dos níveis de ensino em que tais mulheres atuavam.

Os dois trabalhos que fizeram um recorte, buscando analisar as experiências de mulheres docentes em TR se aproximam em seus resultados, apontando para o foco que buscamos explorar nessa pesquisa – sobrecarga de trabalho, frustração e abandono por parte dos gestores das mulheres docentes em TR durante a pandemia. Outro aspecto que chamou a atenção foi o uso diversificado das expressões teletrabalho, *home office*, esses estudos vêm se somar aos trabalhos e autores que tratam do tema TR e ERE que é considerado o trabalho realizado a distância e fora do local de trabalho, já o ERE também possui essas mesmas caraterísticas só que é uma condição especial devido a momentos de guerras e ou pandemias.

Como abordado anteriormente, ainda estamos avançando nesse tema e procurando adaptar para a realidade de cada localidade, pois caso aconteça outra situação emergencial já teremos um arcabouço para lidar de uma forma não tão traumática, como foi a vivida pela humanidade nos anos 2020-2022.

No levantamento realizado na plataforma Lilacs, depois da análise dos títulos e resumos não restou nenhum trabalho relacionado com o tema desta pesquisa, por isto passamos para a análise do levantamento na plataforma Scielo, na qual a busca sistemática localizou 107 trabalhos, sendo que, depois de filtragem e leitura dos títulos e resumos, restaram 9 trabalhos, que dialogam com essa pesquisa.

No artigo **Professores em meio ao ensino remoto emergencial: repercussões do isolamento social na educação formal**, de Lia Machado Fiuza Fialho e Vanuza Nascimento Sabino Neves (2022), tais autoras nos trazem os desdobramentos do isolamento social nas escolas e universidades a partir do ERE devido ao Covid-19. O

objetivo do estudo foi o de compreender como o isolamento social mediado pelo ERE impactou na prática docente tanto na educação básica como nas universidades, realizando pesquisa com os 146 docentes via questionário *on-line*.

A análise dos dados se deu por meio do programa Iramuteq, tendo sido interpretados a partir da análise de conteúdo, de Bardin. Dos dados, emergiram cinco categorias a saber exclusão digital dos alunos; consequências para a saúde dos professores; dificuldades verificadas no processo de ensino-aprendizagem; exigências pedagógicas de enfrentamento; e precarização do trabalho docente.

Entre os achados de pesquisa, as autoras referiram o não acesso dos alunos às tecnologias, o excessivo aumento do trabalho docente no período pandêmico e a pouca habilidade dos docentes com o uso das tecnologias, o que gerou precarização do trabalho docente. As autoras concluíram que se faz necessário medidas urgentes por parte do poder público para equanimidade social, fomento ao acesso das tecnologias, investimento em capacitação docente e valorização do magistério.

No artigo **A vulnerabilidade de gênero frente aos desafios enfrentados na pandemia de Covid-19** (2022), de Renata Meira Veras *et al.* (2022), investigaram em revisão sistemática na literatura mundial, pelo marcador social gênero, as consequências da pandemia de Covid-19 em mulheres. As bases eletrônicas investigadas foram a PubMed e a Scielo, e foram realizadas buscas com os seguintes descritores e operadores booleanos gender equality AND impacts AND Covid19 OR SARS-CoV-2, que redundou em uma amostra de 21 artigos e três categorias temáticas.

Os resultados obtidos indicaram que durante a situação pandêmica a desigualdade de gênero foi intensificada, sendo que pessoas do gênero feminino tiveram perda de renda, sobrecarga de trabalho no lar, estresse, aumento de trabalho não remunerado, acrescido de violência domiciliar. Além disso, durante a pandemia, recaiu sobre as mulheres as atividades denominadas de manutenção e de atenção, a saber: cuidados maternos, de cunho emocional e também de ordem intelectual, como o auxílio em atividades educacionais dos filhos e parentes, e, ainda, gerenciamento da casa. Tais atividades extras realizadas pelas mulheres, durante a pandemia, geraram descuido de suas necessidades pessoais, como a saúde.

Os autores finalizam sua pesquisa propondo como reflexão o questinamento à hierarquia patriarcal existente, esperando dar subsídios para a ampliação da produção de conhecimentos e para que se possa garantir redes de direitos e de políticas públicas de igualdade de gênero.

No artigo denominado **Ansiedade, afeto negativo e estresse de docentes em atividade remota durante a pandemia da Covid-19**, de Maria da Conceição Ribeiro Troitinho *et al.* (2021), afirmam que durante o isolamento social muitos professores e professoras tiveram de realizar suas atividades *on-line* e remotamente, descaracterizando sua identidade docente, conflitando-as com atividades domésticas, o que gerou mal-estar e sofrimento.

Segundo tais autores, na pesquisa composta de *coorte* em duas fases foi detectado o sofrimento psicológico de professores e professoras da Educação Básica devido à quantidade de TR, em função de gênero e da quantidade de trabalho doméstico.

Além disso, foi detectado, ainda o fato de que no ERE os professores e professoras sentiram efeitos de ansiedade, de afeto negativo e estresse, sendo que as mulheres apresentaram maiores índices de respostas a esses estados do que os homens, especialmente devido ao acréscimo de trabalho doméstico realizado por elas.

As respostas dadas pelo grupo estudado, ainda, mostraram para as dimensões laborais e afetivas durante o ERE, mais dimensões negativas do que positivas. O mesmo se verificou para dimensões relativas à aprendizagem e questões político-econômicas. Como resultados do estudo, os autores apontaram que o TR emergencial adicionou à vida de docentes homens e mulheres o estresse e a precarização do trabalho.

Consultando o artigo A pandemia da Covid-19 e o trabalho docente: percepções de professores de uma universidade pública no estado de São Paulo, Brasil, de Aline Bicalho Matias et al. (2023), que realizaram estudo sobre a reestruturação do modelo presencial para o ensino remoto devido à pandemia de Covid-19, tendo como objetivo a realização de uma pesquisa qualitativa que pudesse compreender, qual foi a percepção de professores universitários em relação aos efeitos da pandemia sobre a rotina de trabalho e para a saúde dos docentes do ensino superior, de uma universidade pública de São Paulo. Para tanto, realizaram entrevistas semiestruturadas com 17 docentes de cursos de graduação das ciências humanas, biológicas e exatas, em agosto e setembro de 2020.

Tais entrevistas, de Matias *et al.* (2023), foram gravadas e depois transcritas em sua íntegra. Tendo seu conteúdo analisado, os autores chegaram a quatro categorias: (1) mudanças na rotina de trabalho e seus impactos, incluindo a adaptação ao TR e dificuldade em estabelecer limites entre trabalho e rotina pessoal; (2) alterações na dinâmica entre professor/alunos e possibilidade de repensar a prática docente; (3) relação dos docentes com a universidade, o processo de tomada de decisões, suporte para a

transição ao ensino remoto e preocupações com a qualidade do ensino; e (4) angústias e medos relacionados à pandemia que se somaram aos estressores do trabalho. A partir da análise de tais categorias, os autores chegaram à conclusão de que se fazem necessárias ações de gestão educacional que trabalhem questões de comunicação e de saúde mental.

O artigo denominado *Home Office* e Covid-19: investigação meta-analítica dos efeitos de trabalhar em casa, de Alanny Nunes de Santana e Antonio Roazzi (2021), apresenta uma meta-análise, a fim de explorar os efeitos acerca de aspectos positivos e negativos do trabalho em regime de *home office* sobre os sintomas da Síndrome de Burnout antes e durante o período pandêmico. Sendo assim, os autores consultaram as bases Scopus, Science Direct e listas de referências dos estudos, tendo sido incluídos seis artigos que abrangeram 4.082 participantes com idade média de 38 anos, sendo 67% do sexo masculino.

Os resultados dessa pesquisa indicaram que o trabalho em regime de *home office* tende a impactar de forma diferente os trabalhadores que necessitaram se adaptar a esse novo *modus operandi* e conclui que tanto os aspectos protetivos, como aqueles de risco corroboram para o desenvolvimento dos sintomas do Burnout, sendo necessárias novas pesquisas para reconhecimento das implicações do *home office* na pandemia.

O trabalho intitulado **Impactos da pandemia de Covid-19 no lazer e no trabalho do professor universitário em home office**, de Vagner Miranda da Conceição (2021), buscou analisar os impactos da pandemia de Covid-19 nas formas de ser e de estar, no lazer e no trabalho do professor universitário em *home office*. A coleta se deu com 44 professores via Google Forms tendo sido analisado conteúdo de forma estatística e descritiva a partir das seguintes categorias: perfil socioeconômico, tempo e demanda de trabalho, tempo de e satisfação com o lazer, atividades de lazer antes e durante a pandemia, lazer que sente falta e lazer novo, além da importância e a necessidade do lazer durante a pandemia.

Os dados dessa pesquisa revelaram que se pensando no contexto de pandemia o lazer do professor, que foi limitado, acabou se transformando e sendo suprimido pela rápida necessidade de adaptação ao TR e pelo entrelaçamento entre os tempos de lazer e de trabalho no ambiente doméstico.

No artigo intitulado **Teletrabalho: contributos e desafios para as organizações**, de Elisabeth Figueiredo *et al.* (2021), os autores afirmam que o teletrabalho veio para conquistar uma posição de destaque em vários países, especialmente durante o período pandêmico. Sendo assim, para investigar melhor suas especificidades os autores

analisaram a produção científica em língua portuguesa na plataforma b-On⁴, de 2015 a 2020, enfocando simultaneamente os benefícios e os desafios que o teletrabalho acarreta para as organizações.

Analisaram assim 11 artigos científicos, publicados em oito revistas brasileiras, conseguidos mediante a pesquisa de quatro palavras-chave: "teletrabalho", "trabalho remoto", "trabalho virtual" e "trabalho à distância", a fim de conseguir delinear melhor as características dessa modalidade de trabalho.

Parte dos estudos priorizou uma investigação transversal, de mote qualitativo, utilizando a aplicação de questionários e a análise de conteúdo para o tratamento dos dados obtidos. Os resultados desse estudo indicaram que o TR apresenta inúmeras vantagens, como: não deslocamento, organização pessoal do tempo trabalhado, maior proximidade da família e; também um conjunto de desafios que afetam as instituições envolvidas e a qualidade de vida dos trabalhadores, como: não divisão dos espaços institucionais e particulares, falta de interação com os pares e dificuldade de separação do tempo laboral com o tempo pessoal. Os pesquisadores sugerem novos estudos sobre a temática, especialmente focalizando o cenário pandêmico.

O trabalho intitulado **A composição do tempo social de mulheres professoras durante a pandemia**, de Amanda Raquel Rodrigues Pessoa, Marla Maria Moares Moura e Isabel Maria Sabino de Farias (2021), analisou a composição temporal social de mulheres docentes no período pandêmico de isolamento social gerado pelo Covid-19, focalizando a relação do ensino remoto com os seguintes aspectos: cuidado de si, obrigações domésticas e familiares, trabalho e lazer. Tal estudo possuiu enfoque quantiqualitativo, com 44 mulheres respondentes a um questionário *on-line*, que seguiu a metodologia de análise de conteúdo, de Bardin.

Os resultados de tal estudo indicaram que o ensino remoto prejudicou o tempo social das docentes em virtude da ampliação, da intensidade e das condições de trabalho que elas possuíram. Nesse sentido, os afazeres domésticos e o cuidado de familiares seguiram permanecendo sob responsabilidade das mulheres, o que gerou o comprometimento do lazer.

Os autores concluíram que o tempo social, no contexto pandêmico, acabou por intensificar a sensação de sobrecarga das mulheres professoras e evidenciou a divisão desigual dos papeis sociais na nossa sociedade.

_

⁴ Plataforma b-On, significa plataforma de conhecimento *on-line*.

Finalizando a consulta aos trabalhos presentes na plataforma Scielo, temos o artigo **Covid-19 e a adaptação ao ensino remoto emergencial: revisão de escopo**, de Jefferson Vilela da Silva Lima *et al.* (2022), que objetivou o mapeamento do conhecimento acerca dos principais desafios e oportunidades operacionalizadas a partir do ERE durante o período pandêmico de Covid-19, pensando na perspectiva dos docentes e dos discentes do ensino superior da área da saúde.

O estudo utilizou como metodologia uma revisão de escopo baseada nas recomendações do The Joanna Briggs Institute. Tendo sido realizadas buscas em duas bases de dados, a fim de identificar estudos primários publicados em português, inglês e espanhol, em 2020 e 2021 em que foram identificadas 15 publicações que abordavam o ERE em cursos de ensino superior da área de saúde.

Os resultados obtidos abarcaram os resultados de sete estudos com discentes e quatro com docentes, sendo que os principais desafios encontrados em ambos os grupos foram os seguintes: o cumprimento das atividades de prática clínica, o distanciamento e menor interação entre pares, o aumento da carga de trabalho, dificuldade/disparidade no acesso à internet e problemas técnicos, bem como a presença de distrações, dificultando foco e motivação, dificuldade de manter atenção nessa modalidade de ensino, baixa na qualidade do ensino, baixa adesão dos discentes, insatisfação com as atividades em grupo e dificuldades em relação ao uso do dispositivo.

Já, os pontos positivos encontrados nos grupos analisados diziam respeito às oportunidades de ter aulas mais tecnológicas, a flexibilidade das aulas, o uso de tecnologias interativas, a economia de tempo, a melhoria de interação entre os discentes e docentes, as possibilidades de cooperação vencidas pela barreira física.

A conclusão do estudo indicou que do ponto de vista de discentes e docentes, existiram diversos desafios sociais, tecnológicos (acesso e conhecimento) e pedagógicos. Entretanto, esse contexto também acabou trazendo novas oportunidades, que devem ser refletidas e analisadas pela comunidade acadêmica como um todo, pensando nos pontos positivos, e incorporadas estrategicamente, a fim de modificar-se o sistema educacional.

Nessa última rodada de leituras e consultas às pesquisas, podemos verificar que há o interesse de se avaliar os pontos fortes e frágeis do TR, a fim de que se possa aperfeiçoar essa modalidade de ensino para além de períodos de crise, como foi o período pandêmico. Além disso, os trabalhos que focaram o gênero como mote para balizar suas análises mostraram, mais uma vez, que houve a sobrecarga de trabalho feminino durante

a pandemia, devido às atividades docentes serem unidas às atividades do lar, como cuidado da casa, dos filhos e de outros familiares, como comentado anteriormente.

2.2 SISTEMATIZAÇÃO DA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A sistematização da revisão bibliográfica realizada sobre a temática da pesquisa tem a intenção de possibilitar a melhor compreensão sobre o tema desta tese, bem como subsidiar a análise dos dados obtidos com a aplicação da pesquisa. Para isso, ela foi organizada em subitens que abrangem a contextualização das relações de gênero no âmbito familiar e laboral; a inserção da mulher na docência no ensino tecnológico superior; e algumas implicações da pandemia de Covid-19 no ensino no Brasil.

2.3.1 Contextualizando as relações de gênero no âmbito familiar e laboral

Segundo Narvaz e Koller (2006), para entender algumas das razões que fazem com que a mulher seja considerada um ser inferior, é preciso resgatar o histórico da participação do homem na reprodução humana – que tem seu fundamento nas questões agrárias com a descoberta do arado, mudando a sociedade e dando início à formação da propriedade privada.

Essa ideia está imbricada, também, com o capitalismo que vem evoluindo ao longo dos anos, e assim surge a ideia do sistema de propriedade privada que conhecemos atualmente. Com isso, as relações passaram a ser preponderantemente monogâmicas, para dessa forma garantir, também, a herança aos filhos legítimos, assegurando a apropriação da riqueza no âmbito familiar.

Com a monogamia, é fortalecido o domínio do homem sobre o corpo e a sexualidade das mulheres, reforçando o machismo e a ideia de que à mulher cabe a responsabilidade pelo cuidado com a reprodução humana, exercendo as tarefas domiciliares, enquanto o homem produz a riqueza por meio do trabalho realizado fora do âmbito familiar. Por sua vez, as tarefas domésticas são naturalizadas como inerentes ao sexo feminino, que por sua suposta maior fragilidade física e delicadeza são destinadas ao cuidado realizado com os familiares.

Esse exercício do cuidado não é considerado trabalho. Dessa forma, a mulher, tradicionalmente considerada como dona de casa, apesar de contribuir para a riqueza

familiar ao desempenhar tarefas indispensáveis à manutenção da vida de forma gratuita, não é considerada como trabalhadora. Assim, não recebe remuneração ou desfruta de benefícios trabalhistas nesse exercício.

Se faz útil aqui relembrar o que diz Engels (1884) sobre o início da desigualdade entre homens e mulheres. Segundo o autor, "[...] o primeiro antagonismo de classe que surgiu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia, e a primeira opressão de classe coincide com a opressão do sexo feminino pelo sexo masculino" (Engels, 1997, p. 22).

Apesar das mudanças operadas ao longo do tempo na relação entre homens e mulheres, as mulheres ainda lutam por um lugar reconhecido na sociedade, apesar de em grande parte serem mais atuantes e ativas que as mulheres de gerações anteriores. Hirata (2002) também destaca que, além do trabalho e da ocupação de cargos de responsabilidade, muitas mulheres também executam tarefas tradicionais, como ser mãe, esposa e dona de casa, além de cuidados com os familiares idosos e pessoas com necessidades especiais.

No Brasil, apesar de termos discursos que propagam que a igualdade social já foi obtida, o retrocesso em relação aos direitos humanos e sociais desses últimos anos tem evidenciado que a discriminação, o preconceito, os assédios e as desigualdades salariais não apenas ainda são vigentes no país, como também são defendidas por setores conservadores da sociedade.

Talvez o fato de o trabalho feminino realizado dentro do próprio lar não ser reconhecido tenha exercido alguma influência para que a legislação trabalhista não faça menção a TR, mas, sim, a teletrabalho. Neste estudo, estamos usando o conceito de "trabalho remoto" o qual, no Brasil, também é usado para designar a realização de atividade profissional no local de residência.

Nesse tipo de trabalho, o local onde serão desempenhadas as atividades laborais é o ambiente doméstico, sendo assim, já há uma distinção de outras modalidades de trabalho. No TR, o trabalho é realizado fora do espaço físico da empresa ou da instituição, sendo mediado pelo uso de meios tecnológicos como computadores, *notebooks*, *tablets* e *smartphones* com conexão pela internet. Assim, há um deslocamento espacial do trabalho que continua sendo remunerado pela mesma fonte pagadora.

Interessante lembrar que, segundo Lessa (2005), a sociedade salarial é aquela à qual a maioria dos sujeitos sociais tem sua inserção social relacionada ao salário, incluindo, além da renda, o *status*, proteção e identidade produzida pelo assalariamento.

E, de acordo com Bourdieu (1997), a sociedade assalariada faz parte de uma elite a qual possui uma renda confortável, posição de prestígio e poder. Assim, tem a possibilidade de dispor da seguridade social e, com isso, a chance de controlar o futuro, pois o presente é estável. Além disso, entende-se que o TR evidenciou que algumas categorias, como a de docentes, mesmo sendo assalariadas, ainda podem usufruir de privilégios, que não são comuns a todos os trabalhadores, pois nem todos conseguiram gozar da transferência espacial do local de trabalho, para manter o isolamento recomendado pela OMS.

Porém esse privilégio não altera o que Antunes (1995) nos lembra ao analisar que apesar de sempre ter havido trabalho precário no capitalismo, a precariedade se "metamorfoseou", porque acabou ocupando lugar estratégico na lógica de dominação capitalista. Deixou de ser algo periférico ou residual para se institucionalizar em todo o mundo, atingindo a classe trabalhadora como um todo.

Assim, o acúmulo de trabalho por alguns, como aconteceu com mulheres docentes e realizadoras de tarefas domésticas e cuidadoras de familiares, durante a pandemia, contribui para a manutenção do desemprego. Desse modo, quanto mais acumulamos trabalho, mais reduzimos a oferta, tirando o trabalho do outro, e essa é uma das razões do aparecimento de um maior número de desempregados.

García Linera (2015) traz a perspectiva do poder e da dominação como características dessa sociedade assalariada. A relação dominante-dominado é mascarada e procura manter uma aparência pacífica tanto na sociedade como no Estado, mas essa não é, de fato, a realidade: existe uma luta constante das forças dominantes para permanecerem na condição de dominante.

Foram as lutas históricas que constituíram as instituições, mas essas mesmas instituições acabaram se tornando também dominantes e essa realidade se estende a todas as instituições de trabalho, incluindo, assim, as educacionais.

A monopolização do conhecimento e dos procedimentos organizacionais também está relacionada às narrativas dominantes, gerando um tipo de "ação mental" que acaba também sendo um instrumento de dominação e, sem que os sujeitos percebam, estão sendo capturados nesse cenário. Essa dominação se acirrou durante a pandemia, particularmente na área educacional, obrigando seus trabalhadores docentes a engendrarem esforços para conseguirem corresponder às novas exigências do TR.

Em uma sociedade desigual como é a no Brasil, torna-se uma missão bastante complexa analisar o trabalho, observando que a dominação sempre está presente em todas

as relações. Diante disso, a relação trabalhador-empregador não é diferente, permanecendo sempre o conjunto de forças para que aqueles mais poderosos permaneçam no poder.

Nas instituições de ensino, atualmente, quando os direitos trabalhistas são retirados e o conservadorismo ameaça inclusive a liberdade de expressão, os professores sentem de forma mais aguda essa relação de poder que atravessa o ensino-aprendizagem ao expor o ensino à gravação das falas e ao compartilhamento com pessoas de dentro do âmbito familiar dos discentes por meio da reprodução via internet, que se tornou praticamente a única modalidade viável, durante o período pandêmico.

É importante lembrar que, por um lado, no Brasil, as desigualdades são estruturais, e a sociedade se move com problemas graves de classe, de raça e de gênero, por outro, essas questões, quando são enfrentadas, geralmente, o são por políticas públicas de governo as quais são frágeis, no sentindo de que poderão ou não continuar no governo seguinte, ocasionando insegurança na população que utiliza, mesmo enquanto está em vigor. Por isso, algumas políticas públicas, como aquelas de corte social destinadas a garantir a satisfação de necessidades básicas, deveriam se transformar em políticas de Estado, para serem solidificadas como integrantes do projeto de cidadania do país. Embora, na realidade brasileira atual, mesmo havendo políticas públicas de Estado como o Sistema Único de Saúde (SUS), Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e outras, elas também ainda não são suficientes para suprir as necessidades humanas e sociais produzidas pelo sistema capitalista.

Já, as políticas governamentais têm se revelado como concessões perpetradas por um contexto liberalizante que busca, dentre outras coisas, quando ocorrem na área do trabalho, transferirem responsabilidades que antes eram do empregador para o trabalhador.

Assim, a fragilização do trabalho aparece por meio de um processo multidimensional de institucionalização da inconstância, caracterizada pelo avanço das diversas formas de precariedade e de exclusão. A precarização se ampara no corte dos gastos de produção a partir da flexibilização do trabalho e impulsiona a retirada de direitos, provocando adoecimento físico e mental no trabalhador (Machado; Giongo; Mendes, 2016).

A precarização do trabalho foi agravada pela pandemia de Covid-19, que acabou escancarando a crise social e trazendo graves consequências para os trabalhadores em geral, e para a mulher docente que necessitou executar suas tarefas profissionais em TR.

Porém, agravou ainda mais, para a maioria da classe trabalhadora que não teve a possibilidade de fazer o isolamento social, para garantir o emprego, e assim, a sua sobrevivência. Sendo assim, ficaram evidentes as dificuldades diante do enfrentamento das desigualdades de gênero no trabalho — dificuldades essas que, conforme dados históricos e análises do período de industrialização, que apontam para a baixa participação da mulher no mercado de trabalho e sua desvalorização, são muito antigas.

Assim, a diferença de salários entre homens e mulheres é histórica. Mas, para além da questão salarial, temos também as jornadas extras de trabalho doméstico e cuidado com familiares. Diante disso, o sexo feminino acaba trabalhando mais e sem salário, pois o cuidado familiar recai sobre as mulheres. Para o Estado, esse trabalho não remunerado torna-se lucro, pois o Estado se exime de suas obrigações sociais.

Possivelmente, as mulheres de qualquer lugar do mundo tenham sofrido uma sobrecarga de trabalho quando passaram a desempenhar suas atividades profissionais em TR. O Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), organismo da ONU, responsável por questões populacionais, advertiu quanto à acentuação da desigualdade de gênero causada pela pandemia, trazendo consequências maiores para as mulheres mais vulneráveis.

A ONU Mulheres (2020), ao debater a respeito dessa desigualdade, escreveu a respeito dos direitos das mulheres no meio da crise de Covid-19 e sobre gênero, na América Latina e no Caribe, tratando da pauta da garantia de acesso a serviços e cuidados de saúde sexual e reprodutiva, como do trabalho não remunerado, além da violência doméstica.

Rocha (2018) traz elementos para compreender o termo trabalho doméstico e nos leva a pensar a respeito de duas espécies de trabalho: o que é exercido sem provento por ser considerado um talento natural das mulheres e o que é realizado para ganhar o sustento.

Esse argumento faz com que as atividades domésticas entrem nas tarefas que são necessárias para que se viva de forma mais singular, e esse labor (não remunerado) recai sobre as mulheres. Para colaborar com essa narrativa os dados oferecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2019, apurou que, em média, as mulheres dedicam 18,5 horas semanais aos afazeres domésticos e cuidados de pessoas como crianças e idosos, enquanto a média dos homens é praticamente a metade – apenas 10,3 horas semanais gastas nessas atividades.

A subalternização desse trabalho doméstico vem ao encontro da lida realizada pela empregada doméstica, em que há contratação (formal ou informal), salário e local de realização, que são em lares de outrem. Essa jornada de trabalho é cumprida nos lares sendo caracterizado pela invisibilidade, o que remete à ideia de inferioridade e subalternidade, como observamos nos dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 2016.

Na América Latina e no Caribe, havia 18 milhões de trabalhadores domésticos, dos quais 88% eram mulheres; no Brasil eram 6,158 milhões, sendo 92% mulheres, com somente 42% delas contribuindo para a Previdência Social e 32% com carteira de trabalho assinada.

Para Mioto (2015), a relação entre a família e a política social demonstra a questão do trabalho familiar, agregando elementos históricos e conceituais, a fim de questionar o capitalismo contemporâneo em relação à proteção social.

Evidencia-se, nesse contexto, a fragmentação existente entre o campo da produção e o da reprodução vinculando o trabalho familiar à política social. Sendo assim, se faz necessário, segundo a autora, admitir que o debate do tema precisa focar-se na questão da reprodução e não somente na ideia de produção. Ao mudar tal perspectiva, corrobora-se com a noção de entrelaçamento das relações familiares da mulher com o trabalho que realiza. A organização econômica, então baseada na figura da mulher trabalhadora, passa a levar em conta tanto o trabalho remunerado como aquele não remunerado, base de subsistência e de bem-estar dos entes sociais.

De acordo com Mioto (2015), tal mecanismo funciona, entre outras causas, devido ao avanço desenfreado das privatizações da seguridade social, o que irá demonstrar que a família é, pois, uma importante forma de avivamento para as questões que envolvem cuidados dos dependentes, uma vez que o Estado não provê políticas públicas para essa finalidade. Desse modo, ainda conforme a análise de Mioto (2015), a instituição familiar passa a ser realocada para o lugar de membro-chave na construção de sistemas de proteção social, assumindo a responsabilidade do Estado, e passa a ser reconhecida como uma unidade de produção de bens e serviços fundamentais para o bem estar individual de seus membros.

E, a pessoa que, geralmente, organiza e gerencia as atividades do lar, além de também contribuir na provisão ou de mantê-lo individualmente, no caso das mães solo, são as mulheres. Porém, todas as atividades laborais que ela realiza no âmbito familiar privado não são reconhecidas como trabalho.

Quando a mulher começa a trabalhar fora de casa, as tarefas que eram realizadas por ela passam a ser efetuadas por outras mulheres que são remuneradas para fazer esse trabalho. Mas esses trabalhos não são pagos às mulheres quando realizados dentro do próprio lar, como ocorreu durante a pandemia, por exemplo, quando muitas assumiram também o trabalho que era realizado por empregadas domésticas por imposição do isolamento social.

Nessa conjuntura, vai tomando forma a ideia do cuidado, que acabou se constituindo também como uma área especifica da produção teórica, chamada de economia do cuidado, buscando quantificar essa área e dar visibilidade no campo econômico (Mioto, 2015, p. 8).

Conceitualmente, a economia de cuidado diz respeito à obrigação social que recai sobre a mulher nas atribuições de criação dos filhos, do cuidado com parentes idosos e do gerenciamento da casa, sem que tais tarefas e o tempo gasto com elas venham a ser recompensadas financeiramente, tampouco reconhecidas ou apoiadas pela sociedade e pela família, em si (Mioto, 2015).

Essa lógica existe para que a mulher despenda tempo e energia nos cuidados com a casa, e dessa maneira terá menos horas e disposição para se dedicar à carreira. Para Mioto (2015), no arranjo familiar acaba-se escolhendo o homem para que este busque o mercado de trabalho, a fim de ganhar o sustento, devido ter maiores possibilidades de ascensão social e profissional do que a mulher. Nesse contexto de arranjos privados que afasta, muitas vezes, a mulher casada e com filhos da carreira profissional, o Estado acaba por se eximir do seu papel de promotor de igualdade entre os gêneros, perdendo a oportunidade de modificar o que está posto historicamente, vindo a reforçar a ideia da desvalorização do trabalho feminino.

Quanto ao trabalho familiar, este compreende o conjunto de atividades desenvolvidas pela família, normalmente pelas mulheres, o que acaba por promover um bem-estar social. Contudo essas atividades ficam invisibilizadas e camufladas como se fossem obrigação das mulheres. Esse trabalho inclui as tarefas domésticas e o cuidado com seus membros, principalmente os dependentes, como crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência. O cuidado, nesses casos, pode incluir desde o auxílio em funções vitais, podendo estender-se para fora do âmbito doméstico com o auxílio em instituições bancárias, marcação e acompanhamento em consultas médicas, entre outras atividades invisibilizadas socialmente, o que gera na pessoa cuidadora, liberação de

energia e de tempo, aumentando o cansaço, podendo produzir angústia e até adoecimento pela sobrecarga.

Mioto (2015) explica ficar caracterizada uma maior desconcentração das atividades que fazem parte do trabalho doméstico, pois esse último é expressivo na área da política social, pois todo processo administrativo para acessar e usufruir os serviços sociais é delegado à família. Diante disso, para a autora, as famílias tornam-se reféns do sistema capitalista, o qual não tem nenhuma preocupação com o bem-estar social.

Essa divisão entre o trabalho assalariado e não assalariado, tendo como foco o sistema de produção e reprodução do trabalho e família, evidencia que esses sistemas acabam por afetar a vida de diversas maneiras, quando condicionam a obediência a um padrão estereotipado e imposto pelo sistema capitalista. Assim, o trabalho doméstico, comunitário e de cuidado não remunerado é o trabalho reprodutivo que é oculto. Conforme a economista Cristina Bruschini (2006 *apud* Faria; Mello, 2015):

[...] o não reconhecimento do trabalho doméstico e de cuidados tem por objetivo ocultar sua dimensão econômica e a relação com a exploração capitalista. No capitalismo, houve uma redução do conceito de trabalho àquelas atividades vinculadas ao mercado. Antes do capitalismo, era considerado trabalho o conjunto das atividades humanas necessárias para nossa existência. Essa redução do conceito de trabalho veio vinculada a uma forte separação, que o capitalismo instaurou entre o que é uma esfera produtiva e uma esfera reprodutiva, correspondente a uma outra divisão entre esfera pública e privada.

Nessa perspectiva, o sistema família-trabalho baseia-se não somente na separação entre casa e empresa, mas também na divisão sexual do trabalho. Tal divisão faz parte de um sistema econômico que conduz para o incremento de medidas e políticas que irão aliviar as tensões existentes entre o mundo do trabalho e o universo particular das mulheres que estão inseridas no mercado de trabalho (Weeks, 2011).

No Brasil, a evolução trazida com a Constituição de 1988 não foi suficiente para o circuito das relações da família com o mundo do trabalho e com os serviços sociais, isso porque a ausência do Estado faz com que as mulheres trabalhem e não recebam o que lhes é devido, na maioria das vezes. Isso faz com que o Estado não pense políticas públicas para cuidar de filhos dessas mulheres, como: creches, escolas e cuidados para com as pessoas idosas.

Assim, o trabalho familiar é um tema de extrema relevância no contexto contemporâneo, principalmente para área de política social. As políticas de seguridade social estão ligadas, principalmente, à saúde e à assistência social, e se apoderam do

trabalho familiar, acrescentando a família como recurso basilar no atendimento das necessidades básicas humanas, essencialmente na função de suprir o retraimento do Estado na garantia de direitos.

Com isso, observamos o fundamento da naturalização cada vez maior da responsabilização familiar que acaba sendo assumida pelo trabalho familiar. As políticas de conciliação entre trabalho e responsabilidades familiares buscam propor saídas para o conflito entre as duas esferas.

Antes da chegada da pandemia, era percebido um esforço por parte das políticas de conciliação para desnaturalizar e procurar dar visibilidade a esse trabalho familiar, o que é positivo diante das transformações ocorridas na família e no mundo do trabalho, para conseguir a instauração de mecanismos públicos que proporcionem às famílias e às mulheres condições para gerir o trabalho extra lar. Porém, particularmente no Brasil, a pandemia encontrou o solo fértil da ascensão do conservadorismo e retrocesso político para retirar da pauta essas discussões associadas ao gênero no mundo do trabalho.

O núcleo familiar que, na pandemia, conseguiu realizar o isolamento social em sua casa foi envolvido em uma série de funções antes realizadas fora do domicílio, ou por auxiliares domésticos, o que, sem sombra de dúvidas, exigiu ainda mais do sexo feminino. Interessa-nos, aqui, focalizar aqueles núcleos familiares onde a mulher trabalha fora do lar como docente, pois com a pandemia as políticas de isolamento social praticadas para conter a disseminação do vírus modificaram o formato de ensino. Entretanto, no âmago da estrutura familiar parece haver, ainda, o ranço do patriarcado historicamente existente na sociedade brasileira, que delegou para boa parte as mulheres trabalhadoras da educação, em TR, a carga dos cuidados familiares e da organização da rotina doméstica.

O patriarcado é um sistema no qual o homem, em especial o branco e heterossexual, tem o domínio das relações sociopolíticas, exercendo o poder na sociedade (Saffiotti, 2015). Assim, nesse sistema, há dominação masculina, e são tratadas de forma bastante contundente as dimensões da sexualidade, da reprodução e da relação entre homens e mulheres, tanto na esfera privada como nas relações de trabalho.

Segundo Aguiar (1997), o patriarcado, tem por característica a divisão social de gênero, que em diferentes períodos da história brasileira – na sociedade escravocrata, da abolição da escravatura ao processo de industrialização, nas décadas de 1970 a 1980 e de 1990 até a contemporaneidade, estabeleceu diversas formas de produção/reprodução da divisão de gênero, mantendo a mulher em condição inferior à do homem e causando

várias formas de violação de direitos e do não reconhecimento da isonomia entre homens e mulheres.

O patriarcado utiliza, principalmente, o controle dos homens sobre a força de trabalho das mulheres. Esse controle é mantido pelos homens por meio do restringimento da entrada das mulheres aos recursos produtivos e pela restrição à sua sexualidade. Com isso, os homens controlam a força de trabalho e assim acontece a desvalorização das funções socialmente reconhecidas como femininas. A naturalização de funções e de tarefas, a partir dos atributos de gênero contribui para a desvalorização do trabalho feminino (Hirata, 2002).

Romero (2001) escreve sobre o patriarcalismo no pensamento social brasileiro, construindo uma tipologia para classificar as famílias brasileiras em quatro categorias analíticas: patriarcal, quase-patriarcal, tronco e instável. A primeira é composta do pai com sua família e as famílias de seus filhos que coabitam em uma extensão ilimitada de terras; a segunda é uma família patriarcal de menor porte, o que decorre da limitação de terras, tendo a família que se subdividir, procurando novos recursos para a sua manutenção econômica; a terceira equivaleria à classificação atual de família nuclear, pois seus membros são mais individualistas, e os filhos procuram construir o próprio espaço de habitação, destacando-se dos pais; o último tipo é uma negação da família.

Atribuir as questões de desigualdades e a opressão feminina apenas ao patriarcado, não nos leva a uma realidade, mas podemos dizer que o patriarcado aliado ao capitalismo – apesar de o patriarcado ser mais antigo do que o capitalismo – podem ser o foco inicial da violência e da opressão do gênero feminino, encadeando a esse pensamento, a classe social e as diferentes raças/etnias (Scott, 1995).

Na contemporaneidade, surgem articuladas, duas formas de produzir e de reproduzir a vida a partir de relações de dominação e de expropriação, de maneira singular dos corpos e da autonomia das mulheres (Fonseca, 2000; Saffioti, 1979, 2001; Toledo, 2003). A vitória do capitalismo, imperial, neoliberal, militarista e arrasador demonstra uma das maneiras mais requintadas do patriarcado, que tem se revelado, na crescente "feminização" da pobreza, sua pior face. Segundo Prá (2001, p. 177), "[...] dentre mais de um bilhão de pessoas da população mundial que se encontra em extrema condição de pobreza, 70% são mulheres".

As mais diversas maneiras de intolerância e de violência contra as mulheres são reflexos de relações de poder historicamente desiguais. Chamadas violência de gênero, se tornam uma violação dos direitos das mulheres. Identificado como parte constituinte

dos direitos humanos pela Conferência Mundial dos Direitos Humanos, da ONU, os direitos humanos das mulheres e das meninas foram, em 1993, pela primeira vez, admitidos como parte integrante e indivisível dos direitos humanos universais.

A violência de gênero é sustentada pela cultura patriarcal e tem seu grande apoio, na produção e reprodução de violações contra as mulheres como consta na matéria da Declaração dos Direitos Humanos, a violência de gênero é antagônica com a dignidade e o valor da pessoa humana (Pandjiarjian, 2003; Saffioti, 2001).

Pesquisas tendo como participantes famílias brasileiras (Bernardes, 1995; Hileshiem, 2004; Narvaz, 2005; Szymanski, 1997) apontam estereótipos no que se refere à divisão do trabalho no ambiente doméstico de acordo com o sexo da pessoa e indicam a tradicional diferenciação entre os papéis do pai e o da mãe na chamada família nuclear, constituída pelos pais e seus filhos dependentes.

À mãe cabe ainda os cuidados dos filhos, enquanto ao pai, além de promover o sustento, desempenha o papel de disciplinador e de autoridade. Quanto à responsabilidade pelas tarefas domésticas e pelo cuidado dos filhos é preponderantemente feminino.

Para Fonseca (2000, p. 46):

O papel da mãe ainda remete ao cuidado dos filhos, enquanto o papel do pai, além de prover o sustento, envolve questões de disciplina e de autoridade. A responsabilidade pelas tarefas domésticas e pelo cuidado dos filhos é predominantemente feminina, trabalho (re)produtivo ocultado, negligenciado e desvalorizado pelo contexto social. Embora a participação dos homens nas famílias pobres seja precária, persiste o modelo do homem como provedor financeiro e de autoridade. O papel das mulheres no sustento econômico é invisibilizado e desqualificado, legitimando a crença de que o homem é o legítimo provedor da família, o que confere uma posição de trabalhadora complementar à mulher, embora os fatos da realidade revelem que as mulheres trabalhadoras muitas vezes são as reais provedoras do sustento familiar.

O afastamento da mulher do lar, para realizar o trabalho remunerado, é visto pelo patriarcado como a causa da deterioração da família. Mesmo que haja evidências contundentes de bem-estar elevados entre mulheres que dispõem de um trabalho assalariado (Possati; Dias, 2002). A ideia patriarcal é determinada pelos mitos e por discursos (Narvaz, 2005) que determinam a maternidade como primordial ao sentimento de completude das mulheres.

Essa normativa é vivenciada como incapacidade e com culpa pelas mulheres, que não desejam a maternidade, o que cria armadilhas (Keil, 2001), fazendo com que muitas mulheres atribuam a si a culpa pela sua condição, trazendo adoecimentos psicológicos e físicos.

A falta de suporte conjugal, comunitário ou social, em especial às mulheres chefes de família, contribui para uma estrutura social desigual e sexista imposta pela ordem capitalista patriarcal. Associar à figura da mulher-mãe-trabalhadora a responsabilidade por sua condição de pobreza, de abandono e ou de desleixar no cuidado dos filhos e filhas são discursos que isentam os homens, o Estado e a comunidade de sua responsabilidade social (Narvaz, 2005; Silva, 1993; Strey, 2000).

A pobreza fragiliza as mulheres e dificulta o acesso e o entendimento ao apoio social, aos benefícios, mesmo que parcos, da sociedade salarial (Castel, 1998; Nardi, 2003) e, com isso, a efetividade de políticas públicas para as mulheres torna-se condição basilar no que diz respeito à superação da sua condição histórica de vulnerabilidade produzida por discriminações. Porém, não está exclusivamente nos fatores econômicos a possibilidade de emancipação feminina, "[...] uma vez que os mesmos são necessários, mas não suficientes para a efetivação das rupturas culturais implícitas à luta das mulheres" (Fonseca, 2000, p. 52).

De acordo com Keil (2001), no Brasil a proteção do Estado de bem-estar social, sequer de fato existe, e as mulheres continuam sem os direitos reconhecidos e à mercê das desigualdades econômicas e sociais, percebendo-se um crescente fenômeno da "feminização" da pobreza (Prá, 2001).

Dessa forma, evidenciamos a necessidade de propostas de políticas públicas transversais, afirmativas e sensíveis às desigualdades de gênero o que poderá colaborar à garantia de direitos e ao empoderamento (Leon, 2000) das mulheres. Faz-se necessário dar visibilidade aos mecanismos produtores de desigualdades e de opressão, entre eles o patriarcado, articulado ao capitalismo, nas sociedades contemporâneas.

Assim, o patriarcado, entendido como sistema hierárquico de poder do homem sobre as mulheres, é um dos principais motivos que subalterniza as mulheres, como evidenciam Meneghel e Portella (2017, p. 3.080).

Para essas autoras,

[...] o regime patriarcal explica a desigualdade de poder que inferioriza e subordina as mulheres aos homens, estimulando o sentimento de posse e controle dos corpos femininos e o uso da violência como punição e mecanismo para mantê-las na situação de subordinação.

A ascendência patriarcal, segundo Dianna Russel, legitima a situação estrutural de desigualdade entre mulheres e homens, uma vez que rebaixa e submete as mulheres

aos seus pais, irmãos, maridos e companheiros, instigando os sentimentos de controle e posse desses sobre o corpo feminino. É, pois, a ascendência patriarcal que irá fundamentar o sentimento de menosprezo pela condição social feminina, sentimento esse que outorga causa a essas violências e mortes (Brasil, 2016).

De acordo com Saffioti (2010), a forma como a mulher é educada acaba por limitar sua atuação em sociedade, pois há um processo de naturalização, que atua com muita precisão, gerando na mulher crenças de que seu espaço exclusivamente doméstico é consequência da sua condição maternal. Dessa forma, fica sendo a natureza física a responsável pela atribuição do papel social da mulher ou da sua identidade dentro da sociedade.

Nesse cenário patriarcal, observamos que as mulheres acabam sendo reduzidas a uma fragilidade cultural que as fazem dependentes dos homens e, dessa maneira, fadadas a sofrerem violências físicas e psicológicas. Esses elementos compõem a saúde integral, que segundo a OMS, o termo "saúde integral" pode ser definido como "[...] um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades". Direito social, inerente à condição de cidadania, que deve ser assegurado sem distinção de raça/etnia, de religião, ideologia política ou condição socioeconômica, a saúde é assim apresentada como um valor coletivo, um bem de todos" (Encontro Internacional, 2016).

Com os movimentos feministas, conseguimos avançar, mesmo com muitos retrocessos, conquistamos mudanças na sociedade como o direito ao voto, à educação, ao divórcio, à propriedade privada. Porém, o patriarcado, bem como a questão de gênero, ainda se manifesta em diversas áreas como a desigualdade de direitos entre homens e mulheres, por meio dos altos índices de violência, assédio, estupro, objetificação da mulher, diferença salarial e muitos outros efeitos.

Segundo o site Violência Contra as Mulheres em Dados (2022),

Para 87% da população brasileira a pandemia fez com que a violência contra a mulher aumentasse; 01 menina ou mulher é estuprada a cada 10 minutos; 03 mulheres são mortas por feminicídio por dia; 01 travesti ou mulher trans é assassinada a cada dois dias e 26 mulheres sofrem agressão física por hora.

Tais dados nacionais revelam que a herança do patriarcado ainda faz incontáveis vítimas na sociedade brasileira.

Não podemos deixar de dizer que o machismo é estabelecido como um conjunto de representação – dominação vigorosamente unido à intimidade sexual, expresso por opiniões e atitudes –, que se opõe à igualdade de direitos entre gêneros, atribui funções diferenciadas e considera a mulher inferior ao homem. Conforme Moya (2019), o machismo talvez possa ser identificado na pessoa que reconhece que homens e mulheres carreguem papéis singularizados na sociedade, ou seja, estabelecendo o que a mulher deve ou não fazer, pois, o machista, entende a mulher como um ser humano, subalterno nos quesitos físicos, intelectuais e sociais.

O pensamento machista é inerente ao patriarcado, assim como a questão de gênero, pois tanto o machismo como o gênero está sendo conduzido pela cultura, fato que se reflete em diversas áreas, como: política, economia, religião, família, mídia e as artes, compondo esse cenário.

O modelo patriarcal e as questões de gênero vêm sendo problematizados há algumas décadas pelos movimentos feministas, que lutam pela igualdade de gênero. Os movimentos feministas querem o fim da cultura machista nos diversos campos de ação da sociedade. Veiga-Neto (2004), que trata a respeito da cultura, reforça a importância da cultura em diversas áreas: a cultura interessa a historiadores, a sociólogos, a cientistas políticos, a literatos, a psicanalistas, a educadores etc.

Nas mãos de tantos, a cultura se enriqueceu, mas também, certamente, popularizou-se de tal forma que, na direção de grandes transformações causadas por movimentos sociais anti-homogeneização, promovida pelos Estados-nações, transformou-se em arma para atores coletivos tipicamente envolvidos em lutas políticas identitárias (Ribeiro, 2003, p. 5).

Ribeiro (2000) esclarece que a noção de cultura também é um campo de conflitos interpretativos que, por sua vez, refletem conflitos sociais e políticos, que são historicamente variáveis. Dessa forma, a cultura está imbricada com o patriarcado, com o gênero e com a violência doméstica.

Os processos de exclusão demonstram que a promoção dos direitos humanos exige mais do que uma legislação ideal. Há pistas de que a categorização de sujeitos alvos de proteção de direitos humanos, nem sempre resulta na sua efetiva defesa, o que poderá acarretar desproteção para determinados grupos que, nas palavras de Fonseca e Cardanello (1999), passam a ser considerados "menos humanos".

Para Saffioti (2004, p. 105):

O regime patriarcal se sustenta em uma economia domesticamente organizada, sendo uma maneira de assegurar aos homens os meios necessários à produção diária e à reprodução da vida. Ele se estabelece como um pacto masculino para garantir a opressão de mulheres, as quais tornam-se seus objetos de satisfação sexual e reprodutoras de seus herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras.

Nesse contexto, a mulher vem sofrendo, desde sempre, violações inquietantes em seus direitos básicos, como o direito à vida, à liberdade e a usufruir de seu corpo como melhor lhe aprouver.

Analisando empiricamente nossos costumes culturais percebemos que a educação ofertada pelos pais aos meninos e às meninas sempre tendeu a ser diferenciada, apesar da evolução no que tange a condição de estudo diferenciado para meninos e meninas, a mulher ainda continua sendo tratada como um objeto. Essa ideia parece cristalizada na sociedade, sendo a mulher vista como posse do marido em muitos casos em que ocorre o feminicídio ou violência doméstica, segundo Barros (2006).

Os movimentos feministas se utilizam dessas reflexões que são normalmente associadas à noção de que as relações de gênero e raça fazem parte de um quadro de opressão, tanto quanto são relações de exploração. Essas ideias têm uma compreensão das relações de classe como definidas exclusivamente em fatores econômicos, mas existe uma conexão com o patriarcado e com o sistema de dominação racial (Arruzza 2015, p. 37-38).

A relação entre exploração e opressão é inerente ao sistema capitalista neoliberal, por isso as teóricas feministas da contemporaneidade continuam enfatizando que a exploração e a opressão são relações estruturais que permanecem enraizadas na sociedade (Barroso, 2018).

Na atualidade, o movimento feminista tenta reconstruir o conceito de mulher, de uma maneira que não seja compreendido apenas em seu sentido biológico, dentro do binômio sexual, mas que perpasse todas as noções de gênero, uma vez que o pensamento feminista não deveria servir apenas às mulheres, mas também às multiplicidades interseccionais de opressão inseridas na luta feminista (Silva, 2018).

Dessa forma, a ascensão feminina nas lutas políticas pode ser percebida, no contexto brasileiro, no comparecimento de mulheres na liderança de movimentos

sociais que vão muito além do movimento feminista, mas que, de alguma maneira, nele se integram.

Segundo Barroso (2020), o patriarcado e a cultura tendem a influenciar todos os setores da vida social e isso ocorre, porque o capitalismo mercantilizou todas as relações sociais, vindo a associar-se ao racismo, sendo que esse último se aproveitou da estrutura de poder organizada pelo capitalismo e se disseminou em toda a sociedade como herança da escravidão.

Além disso, faz-se necessário observar como o capital se reproduz e acaba por determinar o modo como as classes trabalhadoras se organizam. Com isso, desenrolam-se as relações sociais de produção e reprodução no capitalismo, o que reflete na forma social. Ademais, é um dos marcos para o feminismo compreender como se dá a relação histórica da reprodução social para avançar os debates. Essa discussão também se une a outra ideia que tratamos neste trabalho, que são os direitos humanos.

A autora Mirna Cisne (2015) enfatiza a relação entre a desigualdade de gênero, classe, raça/etnia e as diferentes formas de violência contra a mulher existentes na sociedade contemporânea que é patriarcal-racista-capitalista, e mantenedora da ideologia da subalternidade da mulher, e alerta para a necessidade desta questão ser inserida na luta pela efetividade dos direitos humanos, isto é, por uma sociedade sem exploração, opressão e violência.

No Brasil, o movimento feminista moderno iniciou sua maior expressão no século XX, e esteve intimamente combinado com outros movimentos sociais da mesma Era, que são os movimentos populares, que tratavam desde a luta por moradia, passando por melhores condições de vida, até a luta pela criação de creches nas fábricas e universidades (Corrêa, 2016).

Ademais o feminismo aborda questões-tabu para a sociedade brasileira. Por meio desse movimento, é ampliada a visão de problemas sociais históricos como relata Rago (2001, p. 23) "[...] o feminismo adquire uma enorme importância ao questionar a organização sexual, social, política, econômica e cultural de um mundo profundamente hierárquico, autoritário, masculino, branco e excludente".

Contudo, de acordo com Carneiro (2002), o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular.

Combater as questões de opressão ligadas ao gênero e à raça/etnia acaba por ser determinante para a elaboração de políticas públicas para as mulheres, conforme assertiva já enfatizada por Lélia Gonzalez, no texto de Carneiro (2003), ao expor que: "[...] a tomada de consciência da opressão ocorre, antes de tudo, pelo racial. As investigações mostram, explícita ou implicitamente, que o fator gênero desempenha um papel determinante nas opções de trabalho questões pessoais e sociais".

Para esse cenário ser compreendido, é necessário que seja analisado o conceito de cultura, pois, partindo daí, começa o entendimento da história das mulheres.

Buscando uma ampliação na discussão a respeito de patriarcado e gênero e cultura, faz-se necessário discutir não como foco principal, mas como um pano de fundo a questão da colonialidade.

Segundo Quijano (2005), a América é o novo padrão de poder mundial, pois se constitui como um espaço-tempo que forma um poder de chamamento mundial e, sendo assim, torna-se um marco na contemporaneidade. Os processos históricos promovem a relação do estudo do homem no tempo, o que acaba determinando um espaço que pode ser político e ou geográfico, o que poderá se tornar em um espaço social (Barros, 2006).

Segundo Quijano (2005), na proporção em que as relações sociais começavam a se formar consequentemente despontava um novo desenho que configurava as relações de dominação, tais identidades foram aglutinadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, como componentes, e, em seguida, ao padrão de dominação que se estabelecia. Em outras palavras, raça/etnia e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população.

Como resultado, os dominantes se autodenominaram como brancos. Ainda segundo a análise do autor, uma determinada raça, acaba impondo condições para que se subjugue uma outra etnia e diante disso acontece barbáries, em nome da conquista. "Na América, o ideário de raça surgiu para aprovar e legitimar as relações de dominação impostas pela ocupação" (Quijano, 2005, p. 18).

Para compreendermos melhor a questão de gênero no Brasil, entendemos que seja necessário discutir o cenário de como funciona o capitalismo na colonialidade. Esses temas estão imbricados, pois, para avançarmos nas causas que trazem mazelas para a sociedade brasileira, é preciso conhecermos a história brasileira como colônia bem como sendo parte da América Latina.

O capitalismo como uma estrutura de controle do trabalho e a constituição histórica da América são algumas das maneiras de controle e de exploração do trabalho e de controle da produção-apropriação-distribuição de produtos que foram pensadas ao redor da relação capital-salário e do mercado globalizado. Incluem-se aí a escravidão, a servidão, a pequena produção mercantil, a reciprocidade e o salário (Quijano, 2005).

O domínio do trabalho, de recursos e de produtos respalda na exposição concomitante de todas as perspectivas historicamente conhecidas, instituindo, um modelo padronizado global de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, a serviço do capital. Esse conjunto tem característica capitalista.

Diante disso, surge uma nova, original e singular estrutura de relações de produção na experiência histórica do mundo: o capitalismo mundial. E assim a colonialidade do poder⁵, juntamente ao capitalismo mundial são consideradas identidades e constituem a mais profunda e eficaz forma de dominação social, material e intersubjetiva, e são, por isso mesmo, a base intersubjetiva mais universal de dominação política dentro do atual padrão de poder (Quijano, 2005).

Na sequência dessas considerações sobre vários elementos intervenientes nas mais diversas relações familiares, sociais, econômicas, profissionais e intelectuais que as mulheres estabelecem, abordaremos o recorte específico que se relaciona diretamente com o objeto deste estudo, isto é, a inserção da mulher na docência no ensino tecnológico superior, na próxima seção.

2.3.2 A inserção da mulher na docência no ensino tecnológico

A vida das mulheres, no Brasil, foi modificada com a criação das Escolas Normais⁶, pois a partir desse marco as mulheres puderam ter acesso à instrução pública

_

⁵ "A colonialidade do poder é um conceito que dá conta de um dos elementos fundantes do atual padrão de poder, a classificação social básica e universal da população do planeta em torno da ideia de 'raça'. Essa ideia e a classificação social baseada nela (ou 'racista') foram originadas há 500 anos junto com América, Europa e o capitalismo. São a mais profunda e perdurável expressão da dominação colonial e foram impostas sobre toda a população do planeta no curso da expansão do colonialismo europeu. Desde então, no atual padrão mundial de poder, impregnam todas e cada uma das áreas de existência social" (Quijano, 2002, p. 4).

⁶ O Curso Normal foi, em vários países, e aqui no Brasil a formação em geral de segundo grau, de professores habilitados a lecionar no ensino elementar. O local onde ocorria esta formação denomina-se Escola Normal ou Instituto de Educação. Na cidade de Pelotas, o Instituto de Educação Assis Brasil foi a referência da educação pública para esse tipo de formação.

de segundo grau, que foi o caminho para a sua inserção na profissão docente. Esse percurso gerou a rápida feminização de uma profissão que, tinha sua origem, predominantemente masculina.

Até o século XIX, as mulheres eram excluídas do mundo escolarizado. A partir daí, as meninas passaram a ter o direito de obter conhecimento fora do espaço doméstico, em colégios, no começo em particulares, mais tarde em escolas públicas. Mas, mesmo assim, esse ensino era envolto em um cenário de muito preconceito, já que até então a educação feminina era ministrada nos lares ou em capelas sob a tutela da igreja e consistia em um ensino muito limitado, sem aprofundamento, principalmente em áreas, como história e geografia. Elas tinham o direito a aprender somente uma língua estrangeira, preferencialmente o francês, o que evidencia, conforme Lima (1997), a limitada educação que era direcionada às mulheres.

No início do século XX, a mulher era educada para se moldar aos modelos sociais de boa conduta feminina, e nesse momento, mesmo com os avanços científicos e tecnológicos, as convenções sociais mantinham os princípios que barravam o acesso da mulher ao mercado de trabalho, com algumas exceções, sendo que os estudos avançados eram destinados aos homens.

Durante o século XIX e a primeira metade do século XX, houve uma expressiva transformação socioeconômica durante o processo de urbanização e industrialização, bem como foi fundado o regime republicano no Brasil, e diante disso avanços tecnológicos produziram mudanças na maneira do ser humano se estruturar socialmente. Novas relações de trabalho foram acontecendo com a ascensão do sistema capitalista e, então, novos postos de trabalhos criados, o que obrigou uma reformulação em diversas áreas sociais.

Nesse período, havia um crescente avanço industrial e tecnológico, o que impeliu o ensino a tornar-se especializado e técnico para suprir as necessidades dos trabalhadores que procuravam especializar-se (Tanuri, 2000). Os avanços tecnológicos, principalmente nos meios de comunicação, foram percebidos e manipulados pelas mulheres para propagar seus ideais de igualdade e delatar a opressão que vivenciavam na sociedade patriarcal. Com isso, no princípio do século XX, o movimento feminista surge com muitas pautas entre elas o direito ao voto, como forma de atingir uma maior participação política e social. As mulheres saem do espaço doméstico para realizar um movimento estruturado que reivindica do Estado e da sociedade civil a igualdade de direitos e o direito à educação e à profissionalização.

As estudiosas feministas do início do século XX trouxeram para o centro do debate a importância de as mulheres terem maior grau de instrução formal e, assim, acessarem uma profissão para enfim alcançar a tão almejada independência financeira. O acesso à educação permitiu à mulher um primeiro passo de um processo de emancipação, sendo que o ingresso de mulheres na docência no ensino superior no Brasil começou a ocorrer apenas na década de 1970, fortalecendo-se principalmente nos anos 1980, quando surgiu um aumento significativo de universidades no país.

A partir disso, a frequência e a quantidade de mulheres docentes no ensino superior vêm crescendo. Bruschini (2007, p. 541-542) comenta que:

Nas últimas décadas do século XX, o país passou por importantes transformações demográficas, culturais e sociais que tiveram grande impacto sobre o aumento do trabalho feminino [...] podem ser citados: a redução no tamanho das famílias [...]; o envelhecimento da população com maior expectativa de vida ao nascer para as mulheres (75,5 anos) em relação aos homens (67,9 anos) [...] e finalmente a tendência demográfica mais significativa, que tem ocorrido desde 1980, que é o crescimento acentuado de arranjos familiares chefiados por mulheres as quais, em 2005, chegam a 30,6% do total das famílias brasileiras residente em domicílios particulares [...] mudanças nos padrões culturais e nos valores relativos ao papel social da mulher alternaram a identidade feminina, cada vez mais voltada para o trabalho remunerado.

Teixeira e Freitas (2014), ao analisarem as avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), de 2007, assinalam para a superioridade da escolarização das brasileiras relativamente aos homens em todos os níveis de ensino. Segundo esses autores, a força de trabalho feminina está a cada dia mais ganhando a esfera pública, quando historicamente no Brasil, as mulheres eram educadas para servirem na esfera privada.

A inserção das mulheres na docência no ensino tecnológico superior abre espaço para abordar a questão da precarização do trabalho docente feminino, mesmo em instâncias nas quais esse não deveria ocorrer, a saber: o ensino superior tecnológico. Tal questão será abordada na sequência.

A partir deste ponto, faremos uma abordagem rápida de alguns fatos históricos que se desenrolaram até a contemporaneidade a respeito do trabalho, para se compreender melhor a questão do trabalho feminino na pandemia de Covid-19, que atinge uma sociedade na qual os postos de trabalho estão cada vez mais escassos, como nos aponta Dahrendorf (1992, p. 108) quando afirma que "[...] vivemos em uma sociedade do trabalho sem trabalho, chega ser irônico, se não fosse desesperador".

Para compreender melhor essa sociedade do trabalho sem trabalho, algumas definições básicas são importantes para construir o debate. Por exemplo, a empresa industrial capitalista separa a produção familiar, mas organiza as atividades econômicas de acordo com o mercado; o trabalhador assalariado vende sua força de trabalho para o mercado. O capitalista compra a força de trabalho do trabalhador e, nessa relação, a mercadoria é a força do trabalho; por último e não menos importante a ética do trabalho, nesse caso a justificativa moral é a necessidade e o dever de trabalhar, sendo que essas relações compõem o conjunto de instituições que mantém a opressão ao trabalhador.

Para Bell (2010) (1977), uma sociedade industrial e capitalista depende dos parâmetros escolhidos, como o da tecnologia ou os das relações de propriedade. Com a chegada da Revolução Industrial, o trabalho se tornou como uma espécie de organizador das relações sociais e, assim, os indivíduos passam a ter uma identidade, por meio de uma profissão, que define uma sociedade de trabalhadores.

Nessa sociedade capitalista, Lessa (2005) chama atenção para a exploração do trabalhador por meio da mais-valia, explicando que o burguês/patrão compra a força de trabalho do operário para a produção de uma mercadoria, que uma vez vendida no mercado, gera o valor maior do que a soma dos custos de produção com os salários da produção dos trabalhadores. A diferença que fica com o patrão é a mais-valia.

Outro ponto central é o trabalho imaterial e a alienação do trabalhador. Nesse sentido, García Linera (2015) traz a perspectiva do poder e da dominação. A relação dominante-dominado é mascarada e procura manter uma aparência pacífica tanto na sociedade, quanto no Estado, mas a realidade não é dessa maneira, pois sempre as lutas estão acontecendo, as forças dominantes buscando permanecer na condição de dominante.

As lutas históricas são as que constituíram as instituições, mas essas mesmas instituições, que são resultado de lutas, acabaram tornando-se também dominantes. Essa situação de poder está diretamente ligada à questão da dupla eficácia de dominação para o dominado.

Para Weber (1987), o Estado é um monopólio de coerção e ao mesmo tempo um processo de monopolização de impostos, sendo que monopolização do conhecimento e dos procedimentos organizacionais também está relacionada às narrativas dominantes, gerando um tipo de ação mental que acaba sendo um instrumento de dominação, sem que as pessoas percebam que estão sendo capturadas nesse cenário.

Em uma sociedade desigual, como no Brasil, torna-se uma missão bastante complexa, analisar o trabalho, observando que a dominação sempre está presente em todas as relações. Diante disso, a relação trabalhador-empregador não é diferente, permanece o conjunto de forças para o mais poderoso continuar no poder. Atualmente isso acontece quando os direitos trabalhistas são retirados e no lugar dos postos de trabalho entra a ideia do empreendedor.

No Brasil, as desigualdades são estruturais, em uma sociedade que se move dessa forma, com problemas graves como a questão de gênero, por exemplo. Por isso é fundamental desenvolver políticas públicas de Estado, como já mencionado, pois assim compreende-se que os direitos conquistados ao longo de décadas ficariam garantidos, ao passo e ao cabo que políticas públicas de governo são frágeis, colocando os vulneráveis em uma situação de risco, pois essas políticas podem ser mantidas, ou não, pelo governo quando há troca de poder.

Temos ainda, devido à política liberal, a precarização das políticas públicas, inseridas em um contexto liberalizante, com um estado mínimo, que busca, dentre outras coisas, transferir responsabilidades, antes do empregador, ao trabalhador. A fragilização e precarização do trabalho aparecem por meio de um processo de instabilidade do trabalhador, devido ao crescente avanço tecnológico, que substitui e desvaloriza a mãode-obra. E, acabam produzindo sofrimento mental e social e, ainda, impulsionam a destituição de direitos do trabalhador (Machado; Giongo; Mendes, 2016).

O contexto pandêmico, a partir do ano de 2020, em que o mundo foi assolado pelo SARS-CoV-2, abalou a economia mundial e agravou, ainda mais, a crise do trabalho, sendo assim, as dificuldades diante do enfrentamento das desigualdades de gênero no trabalho ficaram ainda mais evidentes. Isso não é novidade, pois os dados históricos e as análises do período de industrialização apontam a baixa participação da mulher no mercado de trabalho, demonstrando que a desvalorização do trabalho feminino é muito antiga, sendo a diferença de salários e a diferença entre as jornadas laborais, entre homens e mulheres, é histórica.

Porém, as mulheres sofreram uma sobrecarga de trabalho, quando foram desempenhar suas atividades profissionais em suas casas, pois passaram a unir a jornada de trabalho remunerado, antes realizada fora do âmbito doméstico em sua grande maioria, com as demandas de trabalho do lar, as quais muitas vezes não eram realizadas por elas, ou passaram a ter a jornada de trabalho profissional permeadas por demandas de familiares residentes no mesmo local.

Os membros das famílias, na pandemia, naturalmente fizeram o isolamento social em suas casas, o que sem sombra de dúvidas exigiu ainda mais do sexo feminino, pois a responsabilidade dos trabalhos domésticos, como: cozinhar, limpar a moradia, cuidar os filhos e os idosos, auxiliar nas tarefas escolares e na busca por entretenimento, dependendo da faixa etária das crianças, geralmente recaiu sobre as mulheres.

Na evolução do TR, há uma gama de atribuições e responsabilidades acontecendo concomitantemente. Ademais, foi necessário adequação ao trabalho a distância e à cobrança de produtividade se manteve, mesmo em uma situação de exceção como o enfrentamento a uma pandemia mundial. Nesse contexto, o lar foi transformado em ambiente de trabalho, não estando estruturado para essa configuração.

Não é à toa que o dia 8 de março, conhecido como o Dia Internacional da Mulher, surgiu, em sua gênese, a partir das reivindicações por melhores condições de trabalho para as mulheres. Historicamente, essa data foi marcada pelos protestos que ocorreram no fim do século XIX em países da Europa e dos Estados Unidos. As mulheres se organizaram e saíram às ruas protestando por melhores condições de trabalho, melhores salários e menores jornadas. Sendo que, outro dado relevante, ligado a essa data, é o acidente de trabalho ocorrido em Nova York em 1911, quando quase 150 mulheres morreram em um incêndio em uma indústria têxtil, por falta de segurança no trabalho.

Nos dias atuais, as reivindicações incorporaram outros direitos, ficando a data destinada a comemorar as vitórias políticas e sociais atingidas, mas, principalmente, para lembrar que a desigualdade de gênero continua a existir, para estimular reflexões e para buscar saídas para os obstáculos estabelecidos pelo tratamento desigual havendo dados bem contundentes que expressam tais diferenças entre homens e mulheres. Assim, em 2019, as mulheres receberam salários, para os mesmos postos de trabalho, em média 23% menores do que os percebidos pelos homens, embora as mulheres em geral possuam maior grau de escolaridade. Quando as mulheres ascendem ao cargo de chefia, recebem cerca de 40% menos que seus colegas que ocupam o mesmo cargo (IBGE, 2019). E, em 2020, a força de trabalho feminino obteve o menor índice de participação no mercado de trabalho desde a década de 1990 (Ipea, 2020).

Postos de trabalho normalmente ocupados pelas mulheres, como os serviços domésticos, o comércio e a prestação de serviços em geral foram os mais prejudicados.

Com as aulas suspensas nas escolas e as creches sem atividades, ficou muito difícil de as mulheres se manterem no mercado de trabalho. As mulheres com filhos menores de

10 anos sofreram a exclusão do mercado de trabalho, já os homens não sentiram tanto, até mesmo porque essa é atribuição tradicionalmente designada às mulheres.

Para as mulheres que mantiveram seus empregos, a pandemia acarretou uma série de dificuldades. Em pesquisa realizada pelo Portal do TRT (2020), 64,5% das mulheres que passaram a trabalhar remotamente relataram ter acumulado a maior parte dos afazeres domésticos.

A exploração do trabalho da mulher é uma realidade no mundo. No Brasil, um país com origens coloniais, essa situação é agravada. O Estado, quando se exime de políticas públicas para o cuidado dos filhos menores como creches para todas as crianças, acarreta uma sobrecarga na mulher, pois tem ela a preocupação de com quem deixar seus filhos e como pagar por esse serviço, já que não há vagas suficientes em escolas e creches para todas as crianças.

Vive-se, pois, momentos de transformações no que se refere à inclusão da mulher no mercado de trabalho, no entanto, como estuda Maruani (1993), esses momentos ainda não se caracterizam como rupturas, mas constituem-se em "brechas" decisivas e fundamentais para o movimento feminista, porém ainda inacabadas, incompletas e dotadas de significações desiguais e precárias sobre a mulher.

O trabalho docente se mostra como uma profissão de estreita relação com a inclusão da mulher no mundo do trabalho, sendo que das profissões, é a mais correlacionada ao universo feminino como probabilidade de trabalho.

Também é preciso dizer que, primeiramente, a docência não foi pensada como carreira adequada para mulher, mas, sim, com a possibilidade de aglutinar a atuação docente com as tarefas domésticas, com isso garantindo mão de obra para a educação primária, atuação pouco procurada pelos homens. Isso gera a oportunidade de a mulher exercer uma profissão que não interviria no papel de esposa e de mãe (Brabo, 2005).

Por tais motivos, Nóvoa (2007), Formosinho (2009) e Tardif e Lessard (2014) salientam que a organização subjetiva é inerente à profissão docente, sendo sua função de ensinar percorrida, ao mesmo tempo, por dimensões intelectuais, pedagógicas, artesanais, artísticas, éticas, afetivas e sociais. Ademais a ideia de atividades materiais e simbólicas, que são intrínsecas ao trabalho das professoras, acaba se entrelaçando com a vida cotidiana e com os novos cenários que se apresentam.

Como relatam Tardif e Lessard (2014, p. 43), ensinar "[...] é agir dentro de um ambiente complexo e, por isso, impossível de controlar inteiramente, pois, simultaneamente, são várias as coisas que se produzem em diferentes níveis de realidade".

Reforçamos, aqui, o já comentado sobre a mulher docente, na pandemia. Ela precisou lidar com seu trabalho que sofreu alterações em seu formato e rapidamente precisou adaptar-se às rotinas do lar e às longas jornadas de labor, concomitantemente, ocasionando nessa profissional, além da exaustão física, também problemas físicos e emocionais.

Essas situações, logicamente, não afetaram somente a essas profissionais, mas devido às especificidades da profissão e diante da mudança que o ensino remoto trouxe para as relações profissionais e para as relações discente-docente isso afeta, também, a aprendizagem dos alunos.

Lembrando o que já comentamos anteriormente, com o isolamento social, a forma de exercer suas atividades laborais é afetada com a implantação compulsória do ensino remoto dentro da casa dessa mulher profissional. Consequentemente, pesquisas e narração de profissionais articulam para lançar luz nos novos desafios a respeito da profissão docente, conforme pesquisa realizada por Gestrado (2020), na qual constatou que mais de 53% dos docentes pesquisados (cerca 15 mil professoras e professores de todas as regiões do país, de redes municipais, estaduais e federais) não tiveram nenhum tipo de formação para o uso de mídias digitais para a docência, bem como apenas 28,8% dos docentes afirmaram ter facilidade para o uso desses meios. Além de que 17% dos pesquisados não possuem os meios necessários para a execução das atividades docentes.

Analisando esses dados, o estudo realizado por pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais com a participação de pesquisadores do Curso de Pós-Graduação em Educação da UFPel concluiu que mais de 53% dos docentes não receberam treinamento para o uso das plataformas digitais, sendo que muitos enfrentaram dificuldades na adaptação com as plataformas digitais, o que coaduna com a dificuldade da implantação de métodos usuais de avaliação bem como em ministrar as aulas.

O treinamento prévio é, em geral, proposto para evitar dificuldades em lidar com as diferentes plataformas. Não sendo realizado, as dificuldades dessa natureza também adentram a vida desse profissional em um momento de quarentena, desfazendo a fronteira entre o pessoal e o profissional e fazendo com que as docentes acumulassem tarefas múltiplas no período pandêmico.

Uma reportagem da Nova Escola, por Bimbati (2020), referiu que um dos maiores obstáculos encontrados pelas docentes foi o espaço físico de seus lares ser tomado pelo ensino remoto. Os dormitórios, a mesa da cozinha e a sala de estar tornaram-se, via de

regra, os locais para ministrar as aulas. As redes sociais, como WhatsApp, Instagram e Facebook, usadas como ferramenta de uso particular antes da pandemia pelos docentes, passaram a ser utilizadas pelos discentes e/ou chefes e coordenadores das escolas para facilitar o contato com os professores, sendo a página da instituição de ensino dos docentes, na maioria das vezes, utilizada em último caso como forma de contato (Bimbati, 2020).

Diante desses fatos, fica evidenciado que as esferas profissionais e privadas se confundem. Com isso, a vida profissional acaba por invadir a vida privada, o que não foi uma exclusividade do período pandêmico, mas ficou acirrado devido à necessidade de uma expansão rápida, dessa modalidade de trabalho, para possibilitar o isolamento social.

A preparação das aulas, a correção de trabalhos e as provas ocuparam ainda mais espaço e tempo diante do que na presencialidade e o que eram consideradas demandas extraclasse acabaram invadindo totalmente a vida privada do profissional, gerando para a vida do docente sobrecargas psicológicas excedentes àquelas normais da profissão. Cumpre salientar, ainda, que o período de isolamento social por si só já trouxe um impacto psicológico naqueles que o praticaram (Brooks *et al.*, 2020).

Buscamos, até esse momento, mais uma vez evidenciar a complexidade das repercussões da pandemia sobre o trabalho das mulheres docentes e, sem dúvida, instigar reflexões que gerem um conhecimento mais aprofundado sobre as implicações da vida laboral feminina na vida pessoal e familiar das docentes, bem como sobre as possibilidades de consolidação dessas mudanças no seu exercício profissional. Tais reflexões abarcaram, pois, a inserção da mulher docente no ensino superior tecnológico e as questões que envolveram a entrada dessas mulheres para a docência superior, levando em conta a questão da precarização do trabalho docente feminino em virtude do TR desenvolvido na pandemia de Covid-19.

Na próxima seção, abordaremos algumas das implicações da pandemia de Covid-19 no ensino do Brasil.

2.3.3 Algumas implicações da pandemia de Covid-19 no ensino no Brasil

Não há, ainda, estudos finalizados no Brasil acerca de um diagnóstico abrangente sobre o ensino remoto no período pandêmico. Entretanto, o Instituto DataSenado (2022)

realizou uma pesquisa com intuito de conseguir mais informações sobre o impacto da pandemia na educação.

Do dia 2 até o dia 4 de dezembro de 2021, foram pesquisados, por meio de grupos focais brasileiros que possuíam filhos(as), ou eram responsáveis por crianças ou adolescentes em idade escolar. Segundo consta no *site* do instituto os resultados fazem parte de estudos para embasar debates sobre políticas públicas voltadas para a educação básica no Brasil.

Em relação aos impactos da pandemia em casa, foi relatado pelos participantes o impacto na rotina da casa, sendo que muitos entrevistados expressaram a dificuldade de conciliar o trabalho com aulas *on-line* dos(as) filhos(as) sendo que os pais ou responsáveis se sentiram sobrecarregados com as tarefas laborais e domésticas. Segundo a pesquisa revela, a sensação relatada pelos pais era a de que a responsabilidade pelo ensino dos(as) filhos(as) tinha sido inteiramente repassada para eles, deixando a escola com o papel secundário de apenas acompanhar a realização das tarefas. Além disso, os pais relataram que não tinham condições de ensinar os(as) filhos(as), seja por falta de tempo ou por falta de conhecimento, conforme ilustra a transcrição a seguir:

Foi difícil. Eu trabalho *home office* e conciliar aula *on-line* com o trabalho foi complicado porque não tive apoio do meu esposo, porque ele trabalhou direto na pandemia. Eu tive que adaptar, acordar mais cedo para depois fazer tudo que eu tinha que fazer para entregar no dia e ajudar ela. Agora ela está se desenvolvendo bem, só que não concordo com as aulas online, ao invés de ajudar só prejudicou. O esforço maior foi meu (Mulher, Grupo Misto 41 a 60 anos – SP) (Datasenado, 2022).

Em relação ao ensino, foi possível verificar pelas falas dos informantes o quanto a mudança da rotina afetou a aprendizagem das crianças e adolescentes durante o ERE.

A percepção de pais e de responsáveis pesquisados era de que 2020 e 2021 foram anos perdidos para a educação, resultando em consequências graves no longo prazo, "Durante a pandemia era só brincadeira, nada de estudo. Para mim foram 2 anos perdidos" (Homem, Grupo Misto 25 a 40 anos – Salvador) (Datasenado, 2022).

No aspecto sociabilidade, foram indicados, além dos prejuízos no ensino formal, também os efeitos negativos relativos às questões emocionais e relacionais das crianças e adolescentes. Os dados indicam que o contato com outras pessoas da mesma idade é muito importante para o desenvolvimento e amadurecimento das crianças e adolescentes e como estudantes foram privados dessa convivência, o processo de aprendizagem dos(as) alunos(as) sofreu um impacto negativo durante o período pandêmico.

A fala de um pai sobre a questão foi bem clara: "É estudioso, respeitador, então foi bem no *on-line*, mas a parte da interação com os colegas foi complicado. Ele passou de criança para adolescente sem ter um amigo do lado" (Homem, Grupo Misto 41 a 60 anos – Curitiba) (Datasenado, 2022).

Em relação ao aspecto Barreiras para o processo de aprendizagem, algumas categorias foram elencadas entre elas a falta de estrutura para os alunos estudarem remotamente e a falta de equipamentos adequados em casa, como computadores e celulares, foi um dos principais problemas enfrentados durante a suspensão das aulas presenciais.

Os pais e responsáveis participantes da pesquisa relataram dificuldades de prover internet e aparelho celular ou computador para todos os filhos, especialmente quando havia mais de uma criança ou adolescente necessitando assistir aulas durante o ERE. Um relato que que demonstra tais dificuldades encontra-se a seguir: "Para você ter uma ideia, meus netos têm acesso à internet, mas tem um amigo do meu neto que não tinha. Ele perdeu muito mais do que meu neto" (Mulher, Grupo Misto 41 a 60 anos – São Paulo) (Datasenado, 2022).

Os professores também notaram as dificuldades e contribuíram para com a pesquisa realizada, segundo consulta ao *site* do Datasenado (2022):

Eu sou professora de educação infantil, aí foi tudo online e foi complicado porque a fase de alfabetização é um pouco mais complicada, eu consegui ajudar ela porque sou professora, mas vi muitas mães com dificuldade porque não tem acesso à internet, ou tem dificuldade de saber mexer na internet (Mulher, Grupo Misto 25 a 40 anos – São Paulo).

Foi relatado, ainda, segundo os pais e responsáveis, que houve escolas, principalmente as públicas, sem a infraestrutura e sistemas adequados e muitos relatam falta de organização por parte das instituições de ensino para lidar com as especificidades do ERE.

Depois de muito tempo o governador deu todo o aparato que os professores precisavam para ter as aulas que hoje os alunos estão tendo durante esse ano. O ano da pandemia mesmo, que foi ferrenha a pandemia em Manaus, os professores não tinham muito o que fazer. Os professores que eu conheço usavam a internet de casa, o computador deles, usavam tudo que tinham em casa porque não tinham recurso (Mulher, Grupo Misto 41 a 60 anos – Manaus) (Datasenado, 2022).

Ainda em relação à infraestrutura, foram coletados relatos sobre escolas que durante a pandemia prestaram total apoio aos pais, que forneciam opções de reforço para os(as) alunos(as) que estavam tendo dificuldades nas disciplinas escolares: "A minha filha está na escola estadual e os alunos que estão indo muito mal tem a opção de reforço, tem umas atividades a parte também para quem está abaixo da média" (Mulher, Grupo Misto 25 a 40 anos – São Paulo) (Datasenado, 2022).

Outro ponto importante que apareceu na pesquisa realizada pelo Datasenado (2022) apontou a ineficácia do meio *on-line* para o ensino e a aprendizagem de crianças mais novas. Segundo os pais, as crianças do Ensino Fundamental I e Educação Infantil não têm ainda capacidade de concentração suficiente para ficar muito tempo focadas na tela do celular ou televisão para a absorção do conteúdo pedagógico, por horas seguidas.

Ao final da pesquisa, foi solicitado aos pais que apontassem aspectos positivos do ensino *on-line*, bem como sugestões de ações, no sentido de recuperação dos prejuízos do ERE.

Porém, muito embora a maioria dos entrevistados não apoiasse o ERE devido às dificuldades encontradas, uma parcela dos entrevistados encontrou pontos positivos nesse formato de ensino e apontou os seguintes aspectos em relação aos aspectos positivos do ensino *on-line*: maior interação entre a família, com mais tempo para estar presente, acompanhando a rotina dos(as) filhos(as), como é relatado nessa fala de uma mãe de aluno "Agora, eu vejo também de uma forma abrangente, que, para muitos familiares, foi uma situação boa porque acabou se aproximando mais. E buscar até conhecer seu próprio filho" (Mulher, Grupo Misto 41 a 60 anos – Salvador) (Datasenado, 2022); "Acho que tudo teve seu benefício, tivemos algo que há muitos anos não tínhamos, os nossos filhos em casa, a união, conseguia estar mais juntos, assistir um filme juntos, almoçar juntos, tomar um café junto" (Mulher, Grupo Feminino 25 a 50 anos – DF) (Datasenado, 2022).

Em relação às sugestões de ações apontadas pelos participantes para recuperar o prejuízo no ensino das crianças e adolescentes, realizada pelo Datasenado (2022) apareceram as seguintes propostas: fazer os alunos repetir os anos cursados *on-line*; aumentar a carga horária das aulas, evitando feriados para recuperar o máximo do tempo "perdido"; políticas públicas de valorização de professores; aumentar acesso à internet dos alunos de baixa renda e maior envolvimento dos pais no ensino dos(as) filhos(as).

Embora essa pesquisa seja dirigida à educação básica, entendemos que os resultados da Datasenado podem contribuir para uma melhor análise do problema da pesquisa em foco, pois conforme podemos perceber evidenciam alguns impactos nas

relações familiares, relacionando com a função das mulheres no contexto da educação *on-line*, relações familiares e resultados.

A seguir apresentamos as diferenças entre ERE e EaD em relação ao ensino presencial, a fim de que se possa compreender as diferenças existentes entre os diferentes modos de ensinar e de aprender no contexto pandêmico em oposição à normalidade vivida até o início do ano de 2020 e que foi paulatinamente sendo recuperada a partir do ano de 2022.

Retomamos, aqui, a ideia de que o ERE, segundo o *site* Sae Digital (2023), ocorreu a partir da necessidade de ter a sala de aula tradicional deslocada, em função da pandemia, para a casa dos discentes, segundo as orientações ditadas pelo MEC de 2020 a 2021.

Por causa da pandemia gerada pelo Covid-19, segundo esse *site*, as atividades docentes e discentes foram retomadas por meio das TDICs, como as webconferências, o Meet, o Google Sala de Aula, o WhatsApp, o Youtube e demais ferramentas que pudessem auxiliar docentes e discentes a ensinarem/aprenderem e promoverem a interação das aulas ocorrendo em locais diferentes para evitar o contágio pelo vírus.

Por ser algo inédito, segundo Behar (2020), ocorreram enganos por parte de pais, de alunos e de professores, em relação aos conceitos envolvendo o ERE a EaD, situação que Behar (2020) esclarece em seu artigo na época (2020) em que tais questões estavam sendo debatidas pela sociedade.

Para Behar (2020) ERE e EaD não são sinônimos e correlatos, pois que possuem bases teórico-metodológicas diversas, começando pelo termo "remoto", que tem o significado de algo distante geograficamente.

Além disso, foi considerado ensino remoto naquele momento específico devido ao fato de que os docentes e discentes foram impedidos, via decreto, de frequentar a escola, em função da contaminação pelo Covid-19. Foi ainda, segundo a autora, caracterizado como emergencial em virtude de que uma hora para outra todo o planejamento e organização pensados para o ensino presencial foi modificado devido à pandemia.

No ERE, as atividades dos docentes e discentes foram totalmente mediadas com auxílio da internet, por meio do uso das TD e tinham a função-fim de minimizar os impactos da pandemia no ensino e na aprendizagem. Por suas características emergenciais, segundo Behar (2020) o ERE acabou por não conseguir dar conta do modelo usual de ensino presencial, já que as instituições de ensino em todos os níveis não sabiam como fazer tal transposição.

Ainda, segundo a autora, isso ocorreu porque o ensino remoto não possui o suporte tecnológico existente na EaD, uma vez que a EaD conta com um suporte específico para dar conta do ensino e da aprendizagem, como: videoaulas, materiais de apoio, atividades educacionais, trilhas de estudo que estão disponíveis em um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), viabilizando tanto aos docentes como aos discentes interagirem. Além desse aparato pedagógico ainda há a figura do tutor a distância e do tutor presencial que medeia o aprendizado entre os discentes e os professores, segundo Behar (2020).

Outra característica importante de referir é a questão de que não há interrupção de ensino na EaD, uma vez que para essa autora o conteúdo e as ferramentas que medeiam o processo educacional são disponibilizados para os alunos no AVA e esses podem vir a acessar os materiais e atividades a qualquer momento. Outro fator diferenciador entre o ERE e a EaD é de que nessa última existe a prevalência de situações de aprendizagem assíncronas (docente e aluno interagem em momentos temporais diversos), havendo momentos síncronos previamente combinados.

Já no ERE existe a interação entre docentes e discentes em tempo real na maior parte do tempo, com a prioridade de momentos síncronos e há uma tentativa de simulacro, segundo Behar (2020), de manter as características do ensino presencial — organização dos horários das aulas, troca de professores, interação em tempo real, entre outros, conforme ocorria antes da pandemia. Além disso, no ERE, são as atividades assíncronas que são previamente planejadas e servem de apoio às aulas síncronas que permaneceram diárias.

As diferenças entre o ensino presencial e o ERE, para Behar (2020), são as seguintes:

A presença física do professor e do aluno no espaço da sala de aula presencial é "substituída" por uma presença digital numa aula online, o que se chama de 'presença social'. Essa é a forma como se projeta a presença por meio da tecnologia. E como garanti-la? Identificando formas de contato efetivas pelo registro nas funcionalidades de um AVA, como a participação e discussões nas aulas *on-line*, nos feedbacks e nas contribuições dentro do ambiente.

Behar (2020) refere, ao finalizar seu artigo, a questão da evasão e da pouca participação dos discentes durante a duração do ERE, pois a sensação de isolamento do discente, tanto por parte dos colegas como dos professores acaba gerando afastamento do processo de ensino e aprendizagem no ERE, somado ao fato de que os discentes poderiam

não estar participando das aulas não por mero desinteresse, mas, sim, devido às dificuldades sociais e financeiras de acesso digital às aulas.

Já Alves (2020) apresenta que na configuração de ERE, as práticas pedagógicas dos professores foram reconfiguradas para adequar-se às plataformas digitais de forma que viabilizassem o acesso dos discentes.

Diante disso, o ERE levantou vários questionamentos a respeito da acessibilidade em virtude do quadro de desigualdade social vivenciado no país. Somado a isso, os docentes se depararam com um modelo pouco conhecido e para alguns, inexplorado, mas com a urgência da situação, não havendo tempo hábil para a formação de profissionais para a realização do ERE, e, para complementar, a aplicação desse tipo de ensino não se deu como política nacional, deixando toda a responsabilidade de sua aplicação e instrumentação com os estados, os gestores e, principalmente a cargo dos professores.

Sendo assim, para manter as práticas pedagógicas bem como o calendário escolar, foi necessário que o trabalho invadisse a casa dos(as) profissionais da educação e das famílias dos(as) alunos(as), vindo a fazer parte da vida privada desses(as) trabalhadores(as), de suas famílias, o mesmo ocorrendo com os discentes e seu entorno.

Considerando que, para Marcellino (2012) e Camargo (2003), o tempo livre é o vivido fora das obrigações laborais e o tempo do lazer é composto de um grau de escolha pessoal e liberdade, visando um bem-estar e prazer de forma gratuita, torna-se relevante questionar: como fica a composição desse tempo diante dos limites e inusitadas situações que o contexto de pandemia impôs? Consequentemente, a mulher trabalhadora acaba se tornando o ponto central dessa argumentação, porque surge um ponto fundamental que são as diferenças de gênero que acabam acarretando a sobrecarga de trabalho para a mulher.

Gurgel (2010) estuda a discriminação da mulher no contexto social e salienta que nas relações de produção ela não possui total liberdade de escolha sobre as decisões que almejaria alcançar, porque existem tarefas que ainda são devidas ao público feminino e apoiadas pela sociedade, retirando da mulher escolhas sobre o seu corpo, seu trabalho e sobre a organização do seu tempo.

Ainda estamos vivendo em uma sociedade patriarcal e juntamente a isso, temos um Estado mínimo, e esse binômio acaba gerando sobrecarga de trabalho para as mulheres.

3 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA REALIZADA

Inicialmente será apresentado o campo da pesquisa para uma melhor compreensão de sua delimitação e a seguir o percurso metodológico empregado para o seu desenvolvimento.

3.1 DELIMITAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA

A história desta instituição federal de educação profissional, que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, começou em 1909, quando o então Presidente da República, Nilo Peçanha, criou 19 escolas de Aprendizes e Artífices (Colombo, 2020). Mais tarde, nos anos 1930, com o presidente Getúlio Vargas, houve a mudança de nome para Escola Technico-Profissional, dando origem aos Centros Federais de Educação (Cefets). No ano de 2008, o presidente Luís Inácio Lula da Silva, por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

O IFSul teve seu início em 7 de julho de 1917, data do aniversário de Pelotas, cidade localizada no sul do Rio Grande do Sul, quando foi criada a Escola de Artes e Officios por iniciativa da diretoria da Biblioteca Pública Pelotense (IFSul, 2023b).

A escola teve seu prédio construído por meio de recursos oriundos de doações realizadas pela comunidade, e o terreno foi doado pela intendência municipal, localizando-se na Praça Vinte de Setembro.

Em 8 de março de 1930, o município assume a Escola de Artes e Officios e institui a Escola Technico Profissional, que depois passa a denominar-se Instituto Profissional Técnico. O Instituto Profissional Técnico funcionou por uma década, sendo extinto em 25 de maio de 1940. O prédio foi demolido para a construção da Escola Técnica de Pelotas (ETP) inaugurada em 11 de outubro de 1943 (IFSul, 2023b).

No ano de 1959, a ETP é caracterizada como autarquia Federal e, em 1965, passa a ser denominada Escola Técnica Federal de Pelotas, adotando a sigla ETFPel. No ano de 1999, por meio de decreto presidencial ocorreu a transformação de ETFPel em Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas (Cefet-RS), e finalmente, em dezembro de 2008, passa a denominar-se Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense, acompanhando as mudanças em nível nacional (IFSul, 2023b).

O histórico apresentado na Figura 1, a seguir, demonstra a evolução do ensino técnico na instituição a partir da Escola Técnica Federal de Pelotas, que evidencia a transformação da escola e do ensino.

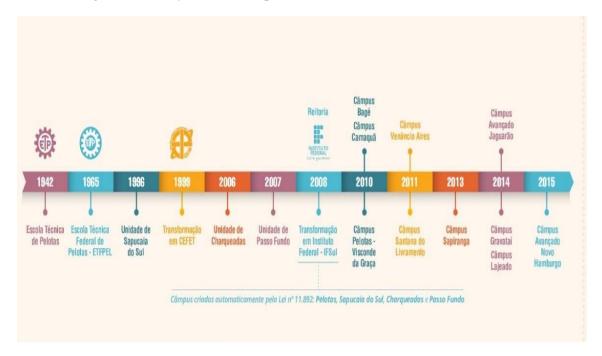


Figura 1- Evolução do IFSul a partir da Escola Técnica Federal de Pelotas.

Fonte: Relatório de Gestão (IFSul, 2021, p. 9).

O IFSul é uma instituição pública e gratuita vinculada ao MEC, com sede e foro na cidade de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul. A sua existência começa a partir da transição do Cefet-RS, nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. O IFSul usufrui de natureza jurídica de autarquia, possuidora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar (IFSul, 2015).

Sendo assim, atua desenvolvendo o papel de instituição certificadora de competências profissionais e oferece ensino verticalizado com atuação na Formação Básica, Educação Técnica, Tecnológica e Superior – Graduação e Pós-graduação (*lato* e *stricto sensu*). A sua administração tem como órgãos superiores o Colégio de Dirigentes (Codir) e o Conselho Superior (Consup), sendo que a sua estruturação, competências e normas de funcionamento estão sistematizadas em seu estatuto. A reitoria e os 14 Câmpus⁷ do IFSul estão arranjados em 13 municípios do estado do Rio Grande do Sul,

_

Onsiderando as grafias/linguagens diferentes usadas para referência aos câmpus, campi ou câmpus, trazemos um esclarecimento sobre esta categoria. A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) do Ministério da Educação publicou o Ofício Circular n°72/2015, em que ordena o uso das

conforme apresentado na Figura 2, sendo que essa distribuição representa a capilaridade dos institutos federais, e a disposição desse complexo está estruturada de acordo com Regimento Geral e Regimentos Internos (IFSul, 2015).

O IFSul é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular, multicâmpus e descentralizada, especializada no oferecimento de educação profissional e tecnológica nas mais diversas modalidades de ensino, tendo como essência a conciliação de conhecimentos técnicos e tecnológicos conjuntamente a sua

palavras campus (singular) e campi (plural). O embasamento para tal recomendação é o parecer emitido pelo setor de Lexicologia e Lexicografia da Academia Brasileira de Letras (ABL), em resposta à consulta sobre o tema encaminhado pela Setec. Entretanto, o IFSul, até a divulgação desse oficio circular nº 72/2015, utilizava a palavra câmpus de forma aportuguesada, de acordo com a recomendação feita anteriormente (em 2011) pela Assessoria de Comunicação da Setec, que publicou uma nota lexicológica orientando o uso de uma única grafia, a fim de que houvesse um padrão no estilo editorial da Rede Federal. Em consideração as duas orientações, o Colégio de Dirigentes (Codir), e o Reitor Marcelo Bender, com o objetivo de padronizar o uso desse termo no instituto, estabelece a adoção da grafia aportuguesada, a partir de 1º de janeiro de 2016. No entanto, fica definida a utilização do vocábulo "câmpus" com acento circunflexo e em uma única grafia, tanto no plural como no singular. O IFSul reconhece a legitimidade da nova recomendação da Setec, no entanto, levando em conta a autonomia de cada instituição para tomar uma decisão nesse sentido, o reitor acredita que a manutenção do vocábulo com acento circunflexo na primeira sílaba e grafado da mesma forma tanto no singular como no plural modelo adotado, também, por outros institutos – acompanha a evolução da língua. A justificativa é que o termo aportuguesado está correto na avaliação de gramáticos e já estava em processo de consolidação no IFSul. A seguir, a nota lexicológica utilizada como embasamento dessa decisão, redigida pela professora e pesquisadora da área, Enilde Faulstich, e emitida pela Setec em 2011.

NOTA LEXICOLÓGICA

Campus é um nome masculino, do latim *champ* que significa "campo", "plano", "terreno", diferentemente de "terreno cultivado ou cultivável" que tem origem em *ager*, *agr* (i). Campus entra no português pelo inglês, com a nova acepção de área que compreende terreno e edifícios de uma universidade ou outra escola.

Pelo inglês americano, essa nova acepção entra nas outras línguas modernas, entre o fim do século XVII e o início do XIX, referindo campus universitário com o significado de "amplo espaço".

E no português, o que empregar? Campus, nome masculino singular, decalcado do latim? Ou câmpus, com idêntica gramática, porém com o acento circunflexo no –o- fechado, indicativo de paroxítona terminada em –us, no mesmo modelo de bônus, Vênus, entre outras? E no plural, as mesmas formas com marca externa, como os câmpus universitários /os campus universitários ou os campi universitários? Se tomarmos como base o inglês, de onde provém o novo significado do termo em discussão, veremos que, naquela língua, o singular se mantém como a origem latina, porém indica para o plural as formas campuses ou *campi* (cf. Webster's, 1961). Essas formas sinalizam liberdade no uso do plural contemporâneo, uma vez que o latim somente admite *campi*, por ser esse o nominativo plural de palavras da segunda declinação. No Dicionário da Academia de Ciências de Lisboa (2001), está indicado o plural campi ou campus.

Nos nossos dicionários mais conhecidos, tanto o Aurélio da Língua Portuguesa (Ferreira, 2004), quanto o Houaiss da Língua Portuguesa (2001) acentuam que a forma plural é *campi*, o que denota um cruzamento semântico e morfológico, em que a acepção é emprestada do inglês americano, mas a informação gramatical está ligada à origem latina. E então, Campus, câmpus ou *campi*? Em português, o uso do termo câmpus para o singular e para o plural está perfeitamente de acordo com os cânones da gramática moderna, porque: i) a palavra já está incorporada ao vernáculo; ii) o acento (circunflexo) em câmpus está no mesmo paradigma de outras palavras terminadas em –us; no plural, câmpus mantém o mesmo modelo de vírus, bônus, cítrus/citros etc. com marca nos determinantes – os campus, os vírus, os bônus, os citros. Portanto, a adoção da palavra câmpus para uso tanto no singular quanto no plural está em conformidade com o uso gramatical do português (Brasil, 2015).

prática pedagógica e tem como sedes para os fins da legislação educacional as seguintes unidades e seus respectivos endereços:

- a) **Reitoria**, sediada na Rua Gonçalves Chaves, 3.218, Pelotas-RS, CEP: 96015-560 (Alterado pela Resolução 63/2015, publicada no DOU, de 18 de novembro de 2015);
- b) Câmpus Pelotas, Praça Vinte de Setembro, 455, Pelotas-RS, CEP 96015-360;
- c) **Câmpus Sapucaia do Sul**, Av. Copacabana, 100, Bairro Piratini, S. do Sul-RS, CEP 93216-120;
- d) **Câmpus Charqueadas**, Rua General Balbão, 81, Charqueadas-RS, CEP 96745-000:
- e) **Câmpus Passo Fundo**, Avenida Perimetral Leste, 150, Bairro São José, Passo Fundo-RS, CEP 99064-440;
- f) **Câmpus Camaquã**, Rua Ana Gonçalves da Silva, 901, Bairro Olaria, Camaquã-RS, CEP 96180-000;
- g) **Câmpus Venâncio Aires**, Avenida das Indústrias, 1.865, Bairro Universitário, Venâncio Aires-RS, CEP 95800-000;
- h) **Câmpus Bagé**, Avenida Leonel de Moura Brizola, 2.501, Bairro Pedras Brancas Bagé-RS, CEP 96400-000;
- i) **Câmpus Pelotas Visconde da Graça**, Avenida Ildefonso Simões Lopes, 2.791, Bairro Arco Íris, Pelotas-RS, CEP 96020-290 (Incluído pela Portaria 821/2010, publicada no DOU, de 25 de junho de 2010);
- j) **Câmpus Santana do Livramento**, Avenida Paul Harris, 410, Bairro Centro, Sant'Ana do Livramento-RS, CEP 97574-360 (Incluído pela Resolução 14/2013 do CONSUP, publicada no DOU, de 29 de maio de 2013);
- k) **Câmpus Gravataí**, Rua Men de Sá, S/N, Bairro Bom Sucesso, Gravataí-RS, CEP 94135-300 (Incluído pela Resolução 57/2013 do Consup, publicada no DOU, de 11 de novembro de 2013);
- l) **Câmpus Lajeado**, Rua João Goulart, 2.150, Bairro Olarias, Lajeado-RS, CEP 95900-000 (Incluído pela Resolução 57/2013 do Consup, publicada no DOU, de 11 de novembro de 2013);
- m) **Câmpus Sapiranga**, Avenida Carlos Gilberto Weis, 155, Bairro Oeste, Sapiranga-RS, CEP 93800-000 (Incluído pela Resolução 57/2013 do Consup, publicada no DOU, de 11 de novembro de 2013);

- n) **Câmpus Jaguarão**, Rua Conselheiro Diana, nº 650, Jaguarão/RS, CEP: 96300-000 (Incluído pela Resolução 97/2014, publicada no DOU, de 17 de dezembro de 2014);
- o) **Câmpus Novo Hamburgo**, Rua Pinheiro Machado, 205, Bairro Industrial, Novo Hamburgo/RS, CEP 93320-490 (Incluído pela Resolução 90/2016, publicada no DOU, de 9 de setembro de 2016).



Figura 2 – Localização Geográfica dos Câmpus do IFSul/RS.

Fonte: Relatório de Gestão (IFSul, 2021, p. 8).

Segundo dados da página do IFSul, relativamente aos seus câmpus tem-se que no Câmpus Pelotas estão em funcionamento 15 cursos técnicos de nível médio, cinco cursos superiores de tecnologia e uma Engenharia, além de cursos de pós-graduação, de formação pedagógica e de EaD.

Consta, ainda, que essa unidade do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense vem atendendo uma média de 4.000 alunos por ano, orientando, formando e colocando no mundo do trabalho, jovens aptos a iniciarem uma carreira promissora, com competência, atitude e profissionalismo. O Câmpus Pelotas tem, ainda, área própria de 40.440m², sendo 48.240m² construídos, em três pavimentos.

A unidade tem 55 salas de aula, 120 laboratórios específicos e 41 oficinas, somando quase 15.000m² de área para o ensino profissional. Para a prática de esportes dispõe de um ginásio coberto, quadras e pista de atletismo com 7.000m² e, ainda:

Os cursos de nível técnico oferecidos pelo Câmpus Pelotas são: Alimentação Escolar (Subsequente | Distância); Design de Interiores (Integrado | Presencial); Design Gráfico (Integrado | Presencial); Edificações (Subsequente | Presencial); Edificações (Integrado | Presencial); Edificações (Integrado | Presencial); Eletromecânica (Integrado | Presencial); Eletromecânica (Subsequente | Presencial); Eletrofica (Concomitante | Presencial); Eletrofica (Integrado | Presencial); Eletrotécnica (Subsequente | Presencial); Eletrotécnica (Integrado | Presencial); Infraestrutura Escolar (Subsequente | Distância); Mecânica (Subsequente | Presencial); Mecânica (Concomitante | Presencial); Multimeios Didáticos (Subsequente | Distância); Química (Subsequente | Presencial); Presen

Os cursos de nível superior (graduação) oferecidos pelo Câmpus Pelotas são:

Design (Graduação | Presencial); Engenharia Elétrica (Graduação | Presencial);

Engenharia Química (Graduação | Presencial); Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados (Graduação | Presencial); Gestão Ambiental (Graduação | Presencial);

Licenciatura em Computação (Graduação | Presencial); Pedagogia (Graduação | Distância); Saneamento Ambiental (Graduação | Presencial); Sistemas para Internet (Graduação | Distância).

Os cursos de nível superior (pós-graduação) oferecidos pelo Câmpus Pelotas são: Educação (Especialização | Presencial); Educação: Espaços e Possibilidades para Educação Continuada (Especialização | Distância); Especialização em Esporte Escolar (Especialização | Presencial); Linguagens Verbais e Visuais (Especialização | Presencial); Mestrado Profissional em Educação e Tecnologia (Mestrado Profissional | Presencial); Mestrado Profissional em Engenharia e Ciências Ambientais (Mestrado Profissional | Presencial).

Em relação aos alunos matriculados no ensino técnico, no período da consulta realizada os dados mais atuais eram referentes ao período de 2007-2016, sendo os seguintes: **1.930** alunos matriculados nos cursos denominados integrados; **517** matriculados nos cursos na modalidade concomitante e **829** alunos matriculados na modalidade subsequente, somando um montante de **3.276** alunos matriculados ao todo em cursos presenciais no ensino técnico (IFSul, 2020).

Já nos cursos na Modalidade EaD tem, ao todo, **3.276** alunos matriculados em cursos modulares do Programa Pro-Funcionário, que previa a qualificação de trabalhadores de escolas municipais e estaduais do Rio Grande do Sul.

As matrículas nos cursos de graduação do IFSul presenciais matricularam **1.201** alunos e os cursos de graduação EaD também **1.201** alunos.

Os cursos de pós-graduação presenciais tiveram o total de **269** alunos matriculados e os na modalidade de EaD um total de **277** alunos, contabilizando, no total de atendimento a alunos do Câmpus Pelotas do IFSul um total de **4.764** matriculados.

As informações de 2020, ano de início da pandemia mostram os seguintes dados, relativamente aos alunos matriculados no Câmpus Pelotas: ensino técnico (3.412 alunos); graduação presencial e a distância (1.552 alunos) e pós-graduação presencial e a distância (236 alunos) num total de 5.200 alunos matriculados.

Os cursos práticos tiveram suas aulas práticas adiadas ao máximo possível, as aulas práticas que possuíam simulador, foram ofertadas a distância usando simuladores das coisas que deveriam ser práticas. As primeiras aulas que retornaram ao formato presencial foram as aulas práticas em outubro 2021. Para isso, o professor se dirigia até seu curso com um número reduzido de alunos, todos de máscara, e a aula era ministrada. Os cursos que não tinham simulador e nem uma outra maneira de oferecer as aulas remotamente, as aulas não ocorreram, e quando iniciou de forma presencial as aulas práticas foram as primeiras a serem ministradas, isso a partir do segundo ano de pandemia.⁸

3.1.1 Projeto Pedagógico do IFSul – Lei de Diretrizes e Bases (LDB)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em dois de seus artigos, da Educação Profissional, e o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, determinam dois níveis para as modalidades de formação inicial e continuada de trabalhadores: a educação profissional técnica de nível médio e educação profissional tecnológica de graduação.

No trajeto da educação no Brasil, há uma resistência quanto à separação entre trabalho e educação, demonstrando a divisão da sociedade em empregador (o que pensa as atividades) e empregado (o que realiza as atividades). Para os considerados pensantes, reserva-se o ensino das humanidades e, aos outros, o adestramento. Esse dualismo

⁸ Estas informações sobre os cursos práticos foram obtidas por meio de entrevista.

constante no sistema educacional tem estimulado a percepção de que a educação superior é desligada do labor. Por isso julgamos alguns cursos tradicionais como acadêmicos, sendo que, todos os cursos superiores são voltados para o trabalho.

No IFSul, os cursos superiores de tecnologia são mais uma possibilidade de profissionalização em nível superior, elaborados para responder à demanda pela preparação, formação especializada, gerando o desenvolvimento educacional e profissional.

A organização curricular no IFSul é focalizada para a formação de profissionais capacitados a expandir suas próprias incumbências e ainda apreender os processos tecnológicos, para, dessa forma, encontrar a diversificação e a complexidade de uma determinada área.

A formação específica é inclinada para a gestão e o desenvolvimento do mundo do trabalho. A estruturação acadêmica promoverá, ao formando, sólida formação científica norteada para a compreensão teórico-prática dos procedimentos a serem efetuados em uma área estabelecida.

O IFSul privilegia para a formação acadêmica, sobretudo, os valores democráticos como base fundamentais à educação, à produção de conhecimento, à ética, aos valores humanos fortificados em razão de ações que concedam uma integração efetiva entre o estudante do e a sociedade.

Depois dessa caracterização do campo da pesquisa, passamos ao seu delineamento.

3.2 O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

A fim de alcançar os objetivos estabelecidos para a pesquisa, foi escolhida a abordagem qualitativa, pois esta pesquisa se mostra como "[...] um conjunto de ações, propostas para encontrar a solução para um problema, que têm por base procedimentos racionais e sistemáticos" (Moresi, 2003, p. 8).

Diante disso, a interpretação dos dados e a atribuição de significados são matérias primordiais a serem trabalhadas e verificadas na área da investigação científica.

Segundo Minayo (1993), a pesquisa de cunho qualitativa irá responder a questões particulares, uma vez que se preocupa com um universo de dados que não pode ser

quantificado. Os dados são, pois, um conjunto de significados, de motivações, de aspirações, de crenças, de valores e de atitudes que apresentam nas entranhas das relações seu espaço mais aprofundado. Ainda, conforme Minayo (1993, p. 22):

A diferença entre quantitativo-qualitativo é de natureza. Enquanto cientistas sociais que trabalham com estatística apreendem dos fenômenos apenas a região 'visível, ecológica, morfológica e concreta', a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas.

Segundo os autores, no entanto, as pesquisas qualitativas e quantitativas não se opõem, mas, sim se complementam, pois o olhar do pesquisador pode se apoiar nos dados quantitativos como parte da realidade abarcada por sua pesquisa qualitativa, caso desejar.

Segundo Flick (2009), a abordagem qualitativa ocorre circularmente, pois traz para a pesquisa o ambiente em que ela ocorre e torna possível, tanto redesenhar o processo, como também modos de o repensar, em qualquer de seus estágios, uma vez que as etapas são interdependentes entre si.

A pesquisa qualitativa vai ao encontro de um processo que buscará a interpretação e a compreensão de variáveis num determinado contexto observado, sendo possível concluir como afirma o autor que "[...] a realidade estudada pela pesquisa qualitativa não é uma realidade determinada, mas é construída por diferentes 'atores'" (Flick, 2009, p. 36).

Sendo assim, foi desenvolvida uma pesquisa de natureza qualitativa e do tipo estudo de caso, que se debruçou sobre um fenômeno contemporâneo, o TR da mulher docente durante a pandemia de Covid-19, em um local determinado, isto é, Câmpus Pelotas do IFSul.

Em relação ao estudo de caso, Yin (2005) explica que esse consiste em um método de pesquisa amplo sobre um assunto específico, permitindo aprofundar o conhecimento sobre ele e, assim, oferecer subsídios para novas investigações sobre a mesma temática. Também pode ser considerado como uma investigação empírica que compreende um método abrangente, com coleta e análise de dados.

A pesquisa foi aplicada por meio de entrevistas semiestruturadas com professoras do Câmpus Pelotas.

A seleção da amostra foi aleatória, iniciando por duas professoras conhecidas da pesquisadora, as quais depois de ter sido explicado sobre a pesquisa, foi solicitado que indicassem colegas mulheres, que trabalharam remotamente durante o período

pandêmico no IFSul, para participarem do estudo. A amostra foi assim construída, tendo em vista que a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados)⁹, não permite que a instituição forneça dados pessoais, conforme está evidenciado no art.1º e art.2º.¹⁰ (Brasil, 2018), e qualquer listagem institucional solicitada poderia incorrer na divulgação de alguns dos dados pessoais protegidos pela referida Lei.

A partir da obtenção de uma lista com a indicação de 20 nomes, fomos convidando as professoras para colaborarem com a pesquisa, explicando como seria realizada e seus objetivos. Para participarem da entrevista, necessariamente precisavam as pesquisadas terem ministrado aulas no Câmpus Pelotas de forma remota durante a pandemia de Covid-19.

O convite foi feito para todas as indicadas, entretanto apenas 14 retornaram, e somente seis efetivamente participaram, das oito faltantes, duas desistiram de participar (não quiseram fazer a entrevista) e as outras duas não haviam trabalhado durante a pandemia, pois encontravam-se afastadas para Doutorado, o que impediu as respostas e, por fim, as outras quatro não retornaram as mensagens para marcar as entrevistas, ou seja, responderam que aceitavam participar, mas na hora de marcar as entrevistas não responderam, apesar da insistência.

Com aquelas que responderam positivamente, combinamos com cada uma o dia e o horário que ficava melhor para realizarmos as entrevistas. Sendo assim, o número de pesquisadas nesse estudo foram de 6 docentes mulheres, que trabalharam no IFSul, durante a pandemia, em TR, e que se dispuseram a fazer a entrevista. Das seis professoras: três optaram pelo encontro presencial e três escolheram *on-line*. A duração das entrevistas foi em média de 50 minutos. Apesar da redução de entrevistadas a aplicação foi encerrada, considerando a dificuldade para a obtenção de mais nomes dentro do tempo previsto para a aplicação da pesquisa, e porque constatou-se significativa repetição nas respostas, uma vez que o interesse principal da pesquisa não era obter representatividade sobre o fenômeno pesquisado, e sim, elementos explicativos sobre as consequências do TR nas docentes.

As entrevistas presenciais foram realizadas em uma sala do Câmpus Pelotas, sendo que três professoras optaram por desenvolverem a entrevista de modo presencial,

-

⁹ Entre os exemplos de dados pessoais podemos citar o nome, RG, CPF, e-mail, telefone fixo e celular, endereço residencial, etc. Não são considerados dados pessoais aqueles relativos a uma pessoa jurídica, como CNPJ, razão social, endereço comercial, entre outros (HSC, 2019).

¹⁰ Art. 2º Divulgar, fornecer ou dar acesso a dados pessoais de terceiros, sem autorização ou sem fins lícitos: Pena - reclusão, de dois a quatro anos, e multa.

e três decidiram participar de modo *on-line* pelo Google Meet em uma sala criada para esse fim. Depois da criação da sala, conforme combinado com cada uma, foi enviado por WhatsApp o *link* de acesso para a realização da entrevista.

Em relação às entrevistas, Gil (2010) explica que esse método é uma tentativa de investigar os procedimentos que os atores sociais utilizam em sua vida cotidiana.

No caso dessa pesquisa, interessava entender como as informantes lidaram com as novidades do TR e como esse trabalho repercutiu na vida dessas docentes; das suas atividades cotidianas (comunicar-se, tomar decisões, raciocinar), para conseguir obter uma melhor compreensão em relação às realidades socialmente explicáveis (Heritage, 1999).

A técnica da entrevista em profundidade, de acordo com Duarte (2008), permite que recolhamos respostas a partir da experiência de uma fonte. Busca a identificação de diferentes maneiras de perceber e descrever os fenômenos. Para o autor, representa uma "[...] técnica qualitativa que explora um assunto a partir da busca de informações, percepções e experiências de informantes para analisá-las e apresentá-las de forma estruturada" (Duarte, 2008, p. 62).

Duarte (2008) ainda considera muito além das respostas proferidas nas entrevistas. Para esse autor, faz-se necessário analisar o ambiente da entrevista, a relação entre as pessoas nesse ambiente, o comportamento do entrevistado, seus movimentos e gestos, cruzando esses dados com as respostas obtidas no contexto, ainda que as interações sejam realizadas na coleta via Google Meet.

Este tipo de entrevista pode ser relacionado a indícios da etnometodologia (Coulon, 1995), visto que esse conceito diz respeito à necessidade de um entendimento mais contextualizado da linguagem do ator social. Conforme Duarte (2008), as entrevistas em profundidade geralmente são individuais, mas não obrigatoriamente. Nesse caso, elas foram realizadas com uma fonte por vez, a fim de obter respostas espontâneas o tanto quanto possível. O roteiro semiestruturado serviu apenas de guia para que não fosse esquecido algum aspecto considerado importante para a análise, tendo a pesquisadora, após a explicação inicial sobre a pesquisa e seus objetivos, deixado que as entrevistadas discorressem sobre cada item livremente.

Para Duarte (2008), na entrevista desse tipo, as questões têm origem no problema de pesquisa e buscam tratar da amplitude do tema, por meio do uso de perguntas abertas, tanto quanto possível.

Ainda segundo Duarte (2008), normalmente, o número de questões varia entre cinco e sete, esgotando ao máximo cada pergunta. Cada questão é aprofundada, podendo gerar outras em consequência; para tal, as questões devem ser amplas, pois não buscamos esgotá-las com facilidade.

Ademais, o elenco de questões pode ser remodelado no desenrolar das entrevistas. No caso desta pesquisa, para garantir uma maior fidelidade às manifestações obtidas, optamos por registrar em áudio, sempre que a entrevistada permitisse.

3.2.1 Notas sobre a aplicação da pesquisa

As entrevistas aconteceram dos dias 19 de maio até o dia 28 de julho do ano de 2023 e foram realizadas no Câmpus Pelotas, na sala escolhida pelas entrevistadas. O ambiente era bastante adequado, e a atmosfera das entrevistas se mostrou carregada de emoções, tanto pela entrevistada como pela entrevistadora, sendo que as entrevistas duraram entre 30 (uma entrevista de duração mínima) e 65 minutos (uma entrevista com duração máxima), tanto as presenciais como aquelas realizadas *on-line*. Todas as entrevistadas se mostraram muito receptivas quanto às perguntas, algumas com um pouco de dificuldade de expressar o que realmente sentiram, mas no decorrer da entrevista cada vez mais demonstravam seus sentimentos.

Para proceder a aplicação da pesquisa, trouxemos presente para as entrevistadas a temática do TR desenvolvido por elas no Câmpus Pelotas do IFSul, durante a pandemia de Covid-19. Com isso, procuramos descobrir quais foram as repercussões do TR na vida da mulher docente do Câmpus Pelotas, IFSul, principalmente referente aos aspectos relacionados à saúde e às relações sociais, com destaque às situações estabelecidas no núcleo familiar e com a família extensa, considerando os resultados obtidos com as entrevistas semiestruturadas realizadas com cada uma das docentes. Com a autorização das docentes, as entrevistas foram gravadas via Meet e/ou presencialmente.

Nas entrevistas, buscamos elencar algumas questões pertinentes à pesquisa que foram organizadas a partir do seguinte discurso inicial:

tios, avós, pessoas que não são do teu núcleo familiar direto, mas que tu podes ter dado assistência durante a pandemia. E, também, como foi pra ti a organização no teu lar dando aulas remotas, cuidando da casa, dos filhos e esposo ou esposa (se os tens) e como é que ficou a tua saúde com todas essas atribuições e, ainda, lidando com as tecnologias. Enfim, como ficou tua saúde mental e física nesse período, e como encaras a experiência do ensino remoto, tanto pensando nos alunos como em ti como professora? Tivesses de fazer investimentos financeiro para dar aulas na pandemia? E, por fim, quais foram os efeitos produzidos, por toda essa situação vivenciada, especificamente no teu trabalho profissional como docente do IFSUL?

Cabe destacar que esse é um discurso genérico, que foi usado como um guia para estimular as informantes a exporem seus relatos. E, comumente, era falado uma parte no início, e depois, de ouvir a entrevistada era acrescentado algo, para incentivar a falar sobre os aspectos não abordados.

3.2.2 Procedimentos usados para a análise dos dados da pesquisa

Para a realização da análise dos dados obtidos com a aplicação da pesquisa, foi usada a técnica de análise de conteúdo. Segundo Silva e Fossá (2015), a análise de conteúdo constitui-se em uma técnica que analisa comunicações que foram proferidas em entrevistas ou mesmo que foram observadas pelo pesquisador. Diante do material investigado o pesquisador deve buscar classificar temas ou categorias que possam vir a ajudar a compreensão do que está para além dos discursos.

Tais autores explicam que no decorrer do tempo a análise do conteúdo diagnostica diversas fontes de dados, como notícias de jornal, cartas, discursos políticos, entrevistas, fotografias, entre outras fontes, tendo sido um dos iniciantes da aplicação desse tipo de análise Lasswell (1926). Entretanto, foi somente a partir de Bardin (1977) que a análise de conteúdo ficou popular, segundo os autores citados, passando a interessar uma gama cada vez maior de pesquisadores das mais diferentes áreas — linguística, história, psiquiatria, etnologia, entre outras.

Para Silva e Fossá (2015, p. 2),

A conceitualização da análise de conteúdo pode ser concebida de diferentes formas, tendo em vista a vertente teórica e a intencionalidade do pesquisador que a desenvolve, seja adotando conceitos relacionados à semântica estatística do discurso, ou ainda, visando à inferência por meio da identificação objetiva de características das mensagens. Salienta-se o caráter social da análise de conteúdo, uma vez que é uma técnica com intuito de produzir inferências de um texto para seu contexto social de forma objetiva.

Nesse sentido, Bardin (1977) irá ressaltar a importância do rigor metodológico ao ser utilizada a análise de conteúdo, a fim de que seja possível ao pesquisador ultrapassar as inseguranças inerentes ao campo pesquisado, descobrindo o que investigou sem se guiar meramente pela intuição.

Desse modo, Silva e Fossá (2015) se propõem a descrever de forma sistemática como a análise de conteúdo deve ser aplicada e dar conta de analisar os dados qualitativos advindos de pesquisas evitando desvios desnecessários que não condizem com a técnica. Para isso, trazem como balizador as etapas da técnica propostas por Bardin (2011), por ser a obra mais citada em estudos qualitativos na área das ciências humanas.

A pesquisa aqui descrita seguirá as etapas devidamente organizadas em três fases, conforme proposição de Bardin, que são: 1) pré-análise; 2) exploração do material; e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Na pré-análise, ou na primeira fase, buscamos sistematizar as ideias iniciais que foram encontradas durante a transcrição da degravação das entrevistas realizadas com as seis docentes participantes da pesquisa. Procedemos a leitura geral do material produzido a partir da degravação das entrevistas com as pesquisadas, a fim de analisar pontos que fossem ao encontro dos questionamentos apresentados na pesquisa, o que Bardin (2011) chama de leitura flutuante.

Bardin (2011) explica que se deve organizar o material investigado para que o pesquisador possa efetuar sucessivas operações de análise. Para isso, usamos o seguinte procedimento, seguindo as orientações do autor:

- a) Leitura flutuante do material coletado nas entrevistas leitura atenta das 60 páginas resultantes da degravação das seis entrevistas com as docentes participantes da pesquisa, para apropriação do texto em si;
- b) Definição do material a ser usado para a análise análise geral das seis entrevistas na íntegra, resultantes da degravação das entrevistas realizadas com as docentes e sistematização dos dados relacionados aos objetivos da pesquisa;
- c) Releitura da sistematização e análise final dos dados, considerando a formulação do problema, da hipótese e os objetivos definidos para a realização da pesquisa.

A fim de buscar maior fidelidade às manifestações obtidas com as entrevistas realizamos a degravação das seis entrevistas realizadas, gravadas em áudio. Essa degravação foi feita de 1º até 31 de agosto de 2023. O documento em Word resultante da

degravação possui um total de 60 páginas no qual estão degravadas todas as interações entre pesquisadora e as professoras docentes do IFSul, nomeadas como entrevistadas 1, 2, 3, 4, 5 e 6 para preservar o anonimato das informantes. A degravação de todas as entrevistas totalizou 18 horas.

Inicialmente o documento resultante da degravação, isto é, o corpus da pesquisa, passou pela leitura flutuante, momento em que buscamos obedecer algumas das regras recomendadas por Bardin (2011) para a pesquisa, como: exaustividade (esgotamento da totalidade da comunicação); homogeneidade (os dados devem referir-se ao mesmo tema, e serem obtidos por técnicas iguais e colhidos por indivíduos semelhantes); e pertinência (os documentos precisam adaptar-se ao conteúdo e objetivo da pesquisa).

A seguir, foi realizada a releitura atenta do material, destacando trechos e anotando observações por meio de uma exploração das minúcias dos discursos degravados das entrevistadas, para nos apropriarmos dos indicadores que mais apareciam, como respostas as indagações da pesquisa, fazendo uma nova sistematização dos dados.

4 DESCOBERTAS SOBRE IMPACTOS DO TRABALHO REMOTO REALIZADO DURANTE A PANDEMIA POR MULHERES DOCENTES DO IFSUL

A seguir serão apresentados os resultados da pesquisa realizada, considerando a correlação entre os dados obtidos com a aplicação da pesquisa e o conhecimento teórico já produzido sobre a temática e que contribuiu para a explicação do fenômeno pesquisado, desde o estado da arte e da revisão bibliográfica. Inicialmente será feita uma caracterização geral das entrevistadas.

4.1 PERFIL DAS ENTREVISTADAS

Excetuando a entrevistada 1 que não quis informar sua idade e tempo de docência, as demais professoras participantes da pesquisa responderam de pronto tal questionamento. Todas as entrevistadas são docentes do Câmpus Pelotas e fazem parte do quadro de servidores efetivos do IFSul.

A idade das docentes participantes da pesquisa, com exceção da E1, é de 41 anos sendo a mínima e a máxima 60 anos.

Em relação ao tempo de docência geral (no IFSul), das seis professoras entrevistadas, a informante com mais tempo de docência foi E3, com 33 anos de docência, seguida da docente E2, com 20 anos e da E5, com 19 anos de profissão. As docentes com menos tempo de docência foram E4 e E5, ambas com 11 anos na profissão docente. Assim, o tempo médio de exercício da docência do grupo entrevistado foi de 15 anos e 6 meses.

Além disso, somente uma das entrevistadas, a docente E1 ministrava aulas em disciplina da formação geral, as demais são lotadas ministrando suas aulas em disciplinas técnicas dos cursos da instituição. Outro dado relevante, foi o fato de que das seis entrevistadas um total de cinco estavam coordenadoras de suas áreas/ou cursos em algum momento do ensino remoto, fato que, segundo as entrevistadas, tornou o período da pandemia ainda mais oneroso em termos de acúmulo de atividades profissionais.

Outro fator que chamou a atenção foi a alta escolaridade das docentes, das seis entrevistadas cinco são doutoras e uma está em processo de doutoramento.

As entrevistadas (E4, E5, E6) estavam à época da pandemia e do TR casadas; (E2) união estável; E3 divorciada e E1 solteira. E1possui um filho de 2 anos, E2 um filho de 6

anos, E3 um filho adulto de 26 anos, E4 tem uma filha de 25 anos; E5 um filho de 10 anos, E6 possui dois filhos com idades respectivamente 6 e 14 anos.

Em relação à família extensa, 3 delas (E4, E5, E6) afirmaram dar algum tipo de apoio (pai, irmã, sogro, sogra), e duas docentes (E1, E2) afirmaram não terem dado apoio dessa natureza. A docente E3 muito embora não tenha dado apoio à família extensa, afirmou ter auxiliado vizinhos idosos com comorbidades durante o período pandêmico em que eles não podiam circular, devido à letalidade do vírus para tal faixa etária, quanto à raça/etnia das entrevistadas, são todas brancas.

Apresentado o perfil geral das docentes participantes da pesquisa, passamos à análise propriamente dita dos dados coletados a partir da degravação das entrevistas realizadas, seguindo a análise de conteúdo.

Inter-relacionamos, ainda, as categorias elencadas com a história que marca a mulher trabalhadora e o exercício da docência dentro da totalidade da sociedade capitalista no atual estágio de neoliberalismo e do retrocesso de direitos sociais e humanos vivenciados no Brasil, na medida em que foi possível contemplar por meio da coleta de dados, nas entrevistas, os objetivos desta pesquisa.

4.2 IMPACTO FAMILIAR, SOCIAL E INTELECTUAL DURANTE O TRABALHO REMOTO DAS DOCENTES

Com relação aos impactos familiares, constatamos evidências na saúde, na carga de trabalho e nos afazeres diários, conforme pode ser observado pela fala das entrevistadas, o que indica uma dificuldade maior para mulher docente lidar com a questão da família, junto ao trabalho e, ainda, prestar assistência para pessoas da família extensa. Alguns relatos transcritos, a seguir, podem exemplificar mais concretamente a realidade vivenciada pelas entrevistadas durante a pandemia. "Eu, né, trabalhei, com todos os afazeres domésticos, sozinha, né, óbvio, eu sou da condição de mãe solo [...] brincava com meu filho, mas a cabeça estava no trabalho" (E1); "E me dividia [...] trabalho, casa, sempre tive faxineira e fiquei sem faxineira, filho sempre em casa, essa situação mudou muito como era a nossa dinâmica familiar" (E2); "Me ofereci também pra ir comprar pra outras pessoas que precisassem, os professores inclusive, muitos deles adoeceram, nossos alunos tão deprimidos até hoje" (E3); "Resolver alguma questão médica, do meu pai" (E4); "Lá em casa hã [...] as tarefas são relativamente divididas, mas eu acho que pra mim pesa mais, uma comida se eu pedir pra fazer é feito, mas eu

tenho que pedir, né, toda gestão da casa digamos assim, e isso desgasta a gente" (E5); "Levava ao médico meu pai e tios, fazia super, enfim dava um suporte para o que era necessário (E5); "Como eu não tenho mais meus pais, né, a sogra e o sogro eu os auxiliava no que precisassem" (E6).

Observamos, a partir das falas das mulheres que trabalham de forma remunerada e são responsáveis pelo trabalho doméstico, a dupla jornada da mulher produtiva como descrita por Ávila (2014). De fato, durante o isolamento social, o cotidiano das pessoas e das famílias passou por muitas modificações. A implantação do TR como uma solução encontrada, mesmo que tardia, possibilitou a continuidade das atividades docentes, como relatado anteriormente.

Outros relatos ainda acrescentam mais evidências: "E me dividia [...] trabalho, casa, sempre tive faxineira e fiquei sem faxineira, filho sempre em casa, essa situação mudou muito como era a nossa dinâmica familiar" (E2); "Me ofereci também pra ir comprar pra outras pessoas que precisassem, os professores inclusive, muitos deles adoeceram, nossos alunos tão deprimidos até hoje" (E3); "Resolver alguma questão médica, do meu pai" (E4); "Lá em casa hã [...] as tarefas são relativamente divididas, mas eu acho que pra mim pesa mais, uma comida se eu pedir pra fazer é feito, mas eu tenho que pedir, né, toda gestão da casa digamos assim, e isso desgasta a gente" (E5); "Levava ao médico meu pai e tios, fazia super, enfim dava um suporte para o que era necessário (E5); "Como eu não tenho mais meus pais, né, a sogra e o sogro eu os auxiliava no que precisassem" (E6).

As falas com relação à família extensa colaboram com a perspectiva de que toda a situação de isolamento social decorrente da pandemia e a implantação do TR contribuíram para gerar uma carga de trabalho maior para as mulheres, bem como reflete consequentemente para seu adoecimento conforme nos relata a respondente "[...] foi me dando uma crise de ansiedade, mesmo, uma crise de pânico [...]" (E5).

As entrevistas trouxeram para a discussão o ponto central deste estudo, ou seja, como a mulher docente do IFSul lidou com o TR que adentrou a sua vida pessoal, seu espaço privado, retirando-lhe a possibilidade de reservar seu espaço familiar para as atividades particulares e misturando todas as demandas comumente administradas pelas mulheres separadamente, em um mesmo espaço-tempo, para não esquecer o significado que o espaço-tempo tem, não apenas como singularidade, mas também como particularidade (Ciavatta, 2004). Conforme a entrevistada 1, "Bem complicado assim né,

o meu trabalho totalmente ali no meio, tinha as intervenções do meu filho, na aula, nas reuniões, então enfim".

[...] eu passava no WhatsApp, e em reunião, tinha dias que eu tinha reunião de manhã, de tarde e de noite e a minha família, ficava furiosa porque eu não saía da frente do computador, perdi o limite, sabe, não me dava o direito de não, isso não é hora de trabalho [...] eu fechava o microfone e elas viam que era um estresse familiar, assim, hã [...] parece a minha mãe, teve isso, não ter mais o limite de professor-aluno, elas estavam na minha casa e eu estava na casa delas, né [...] (E2).

As falas analisadas se complementam, mostrando que houve um acúmulo de trabalho para essas mulheres, em virtude de que as responsabilidades de mãe solo ou não, somaram-se às responsabilidades de cuidado do lar, quando não havia a possibilidade de auxílio de pessoas externas (diaristas) devido ao contágio de Covid-19.

Além disso, os cuidados da casa, da alimentação, da educação e entretenimento dos filhos, muito embora fossem divididos com os companheiros, quando as docentes os tinham, sempre havia um cunho de "preferencialmente" ser realizado pela mulher, caso essa não pedisse ao esposo ou filhos.

Outro fator percebido, ao analisar as degravações sobre o aspecto das relações familiares, foi o quanto a rotina das mulheres docentes pesquisadas foi modificada em virtude do TR – desde espaços que tiveram de ser reorganizados dentro das casas, como também horários e costumes familiares mudaram radicalmente para que as mulheres docentes do IFSul conseguissem realizar suas atividades a contento conforme relata a entrevistada "[...] a minha casa é um apartamento pequeno. A gente precisou fazer uma bancada, e aí eu não tinha uma cadeira confortável, então eu comprei a cadeira, a gente dividia a cadeira, porque eu tinha de ir pra bancada porque a gente não tinha uma mesa com cadeiras" (E2).

Os aspectos relativos ao auxílio dado pelas mulheres à família extensa, com exceção da entrevistada 1, que não referiu nenhum auxílio dessa natureza, foram de que, muito embora não tenham tido a obrigação ininterrupta de darem auxílio aos familiares do entorno, de alguma forma tiveram de auxiliar pais, irmãos e irmãs, sobrinhos, sogro, sogra, tios e até mesmo vizinhos em algum tipo de atividade durante a pandemia. Mesmo que fosse dedicar alguns momentos a conversas via telefone para amenizar a solidão de entes queridos, conforme nos relata uma entrevistada "[...] então eu com certeza não tenho como opinião que o período da pandemia foi um momento bom da nossa vida, porque eu tenho necessidade de afeto e de calor humano, seja familiar, seja dos

estudantes" (E3). Outra forma de auxílio citada foi a compra *on-line* de medicamentos e alimentos ou presencialmente, inclusive para vizinhos idosos e ou com comorbidades fora dos laços de sangue, ou ainda auxiliando no cuidado de crianças pequenas para os pais trabalharem. Assim, de diferentes formas, as docentes entrevistadas agregaram compromissos além dos que já tinham para auxiliar sua família extensa.

Da mesma maneira, houve casos em que as próprias docentes também foram auxiliadas pelos familiares em questões de saúde, como fala a entrevistada,

[...] não sentia gosto, não sentia cheiro, muito cansada e ruim pra respirar aí eu resolvi arrumar as camas, para em seguida depois começar a trabalhar, eu estava arrumando as camas e puxei o ar e o ar não veio, aí eu me sentei na poltrona e disse pro meu marido: estou mal, passando mal, assim, oh, e ao mesmo tempo eu já me estiquei na poltrona e olhei pra casa funcionando, meu filho brincando, e eu pensei: eu vou pra Unidade de Tratamento Intensivo e não vou voltar. Minha irmã nos ajudou com as crianças (E6).

Enfim, os relatos evidenciaram que a situação vivenciada pelas mulheres docentes fora extenuante pelas diversas horas de trabalho, e juntamente a toda a preocupação para o bom andamento do ambiente familiar e segurança dos entes queridos.

Com relação ao impacto social durante o TR, segundo as entrevistadas a adesão ao ensino remoto teve impacto nos alunos. Elas relatam como o IFSul fez para amenizar a dificuldade dos discentes, pois muitos não tinham condições econômicas para acessar às aulas, e a saída encontrada pela gestão foi assertiva, pois permitiu aos alunos que tivessem acesso às aulas bem como à alimentação. Como citado pela entrevistada "Apesar da situação caótica pela qual a humanidade passou, me parece que conseguimos minimamente contornar a situação" (E1).

[...] o refeitório aqui não funcionou. Então, o alimento comprado pra aqui foi colocado em cestas básicas e distribuído, então sempre se manteve um trabalho de gestão com apoio pedagógico. Então, realmente, estudantes daqui [...] naqueles primeiros meses de auxílio emergencial, que foi uma luta conseguir, tiveram esse auxílio daqui (E1).

Diante dessas falas, compreendemos como a comunidade IFSul foi afetada pela pandemia, e os resultados que ela causou na vida das pessoas. Como salientam Sousa e Miranda (2020), as vidas de professores e estudantes foram impactadas por uma realidade de isolamento social, imposição do TR que expõe e intensifica as desigualdades sociais de alunos e docentes, além de sua fragilidade emocional. A

pandemia afetou profundamente a vida das pessoas, influenciando as relações e atividades que deixaram marcas profundas na sociedade.

No mesmo contexto de fala da E1, a E3 destaca que "[...] a instituição fez uma coisa boa que foi disponibilizar o recurso financeiro, que não estava sendo usado para outros gastos, na disponibilidade de tecnologia para alunos". As tecnologias utilizadas pelos alunos, as quais as entrevistadas se referem são computadores, celulares, tecnologias compatíveis para cada situação e de acordo com a necessidade de cada um dos discentes, assim como pacotes de internet. Ainda nesse contexto, a entrevistada 6 afirma que "[...] e eu acho que o Câmpus lidou muito bem com isso, pelo nosso tamanho e pela nossa estrutura, que não era tão simples, né, de fazer essa inclusão e eu acho que ela foi feita da melhor maneira possível".

Com o processo de democratização do acesso às tecnologias, o IFSul permite a sua comunidade a inclusão digital de seus alunos bem como a leitura e compreensão dos meios digitais, e como utilizá-los, manusear da melhor forma as ferramentas, facilitando o uso de todos os recursos disponibilizados, vindo ao encontro do que nos dizem Oliveira, Borges e Lima (2021).

Três docentes se referiram a um aspecto que consideramos importante de ser ressaltado – o privilégio que os alunos do IFSul tiveram por poderem ter sido auxiliados no período pandêmico, num primeiro momento com gêneros alimentícios e depois, com a inclusão digital que permitiu aos alunos terem acesso às aulas *on-line*. Contudo, registramos aqui, que não concordamos com o termo "privilegio dos alunos do IFSul", pois compreendemos que os alunos do IFSul simplesmente tiveram seus direitos à educação e à alimentação garantidos. Portanto, não se trata de privilégio dos alunos do IFSul, e, sim, de garantia de direito, o que deveria ser para toda a sociedade.

As docentes concordam com o fato de o auxílio à inclusão digital ter sido um pouco demorado. A demora do processo de inclusão digital foi um fato que ocorreu, em parte porque o governo não priorizava a garantia de direitos, como a educação e a alimentação para as pessoas vulneráveis socialmente e, também, porque existe toda uma execução técnica e processos administrativos para concretizar a inclusão digital e a segurança alimentar. Entretanto, consideram que, em comparação com alunos da rede estadual e municipal, os alunos do IFSul estiveram mais bem amparados e com condições possíveis de manter contato com a escola e darem andamento ao aprendizado, ainda que remotamente, por meio de plataformas digitais e materiais preparados pelas professoras como aulas gravadas e *podcasts*, como já comentado anteriormente.

Ainda cabe salientar os aspectos sociais que interferiram na relação com os alunos a dificuldade, durante as aulas, dos alunos abrirem suas câmeras, o que foi recorrente entre as entrevistadas, que afirmaram ter demorado a compreender que muitos não o faziam por estarem entre muitas pessoas na casa, que não era, portanto, um ambiente adequado. E, disseram que em geral os professores demoraram um pouco a levar em consideração o porquê da negativa em "abrir as câmeras", conforme a fala da entrevistada:

A maioria não abria a câmera, a gente tentava, pedia, mas não, aí no início era uma briga, tem que ficar, a gente quer ver vocês [...] depois a gente começou a se dar conta de que faltava dados pra câmera ficar aberta. Eles tinham muita vergonha de suas casas, ainda mais que a gente é design de interiores, na verdade eles tem um ideário da casa dos professores que é chiquérrimo [...] e não é! Então, assim, eles tinham muita vergonha das suas casas. Eu entendo, assim, vergonha [...] E aquilo era uma invasão, isso é uma coisa que ninguém se dá conta, assim, que é constrangedor, muitos estavam na sala com toda a família, né, não podendo ligar a câmera (E2).

Percebemos que a questão social acabou por permear todas as falas, estando a desigualdade social imbricada a situação pandêmica e a situação do TR.

Os impactos intelectuais para as mulheres entrevistadas afetaram a vida profissional a saúde física e mental. Impacto esse que está ligado à gestão do IFSul bem como a toda a situação de isolamento social, com uma nova tecnologia a ser implantada e na forma de como seria realizado o trabalho, conforme relatam as respondentes "[...] então foi um momento de apreensão, na verdade remotamente a gente, os docentes, eu não, porque eu trabalhei, eu não parei de trabalhar, né, mas as colegas que são só docentes sim, ficaram em stand by, né, ficaram à espera de uma decisão gestionária" (E1). Outras entrevistadas reforçaram a demora na tomada de decisão como algo que gerou estresse:

Em março, abril maio e a gente não tinha ainda nem reuniões. Foi em maio, acho, que começou as reuniões, aí assim, no início, era uma letargia, assim. [...] foi bem cansativo, eu sobrevivi [...] teve dias que eu chorei bastante, tipo, teve uns dias que eu estava muito cansada (E2).

Para as demais: "[...] a gente ficava pensando o que seria, o que não seria, a reitoria não se definia o que éramos pra fazer, ficou em stand by por muito tempo, [...] então começou a se pensar na questão de dar aula remota, pelo computador" (E3); "O grupo querendo dar aula, os alunos cobrando né, teve alguns professores que tiveram também alguns problemas psicológicos bem sérios, muito em função desse isolamento

social" (E5); "Aí ficamos meio apáticos por muito tempo né. Eu julgo que a gente esperou tempo demais" (E6).

Inferimos, analisando esse aspecto, que as atividades de TR no IFSul causaram apreensão nas docentes pesquisadas, devido à morosidade com que as ações foram sendo desenvolvidas.

É relevante salientar que das falas das entrevistadas 1, 3 e 6 é possível inferir a compreensão parcial da morosidade da retomada das aulas na instituição, devido aos alunos não terem condições técnicas (internet, computadores, *notebook*, celulares e acesso à internet) para participarem das aulas *on-line*.

A exclusão digital dos alunos evidencia a carência dos estudantes e de seus familiares, quanto ao acesso às TDICs, como salientam Fialho e Neves (2022), e a pandemia da Covid-19 escancarou as desigualdades sociais resultantes do legado neoliberal, sendo as suas consequências percebidas por docentes. Esse cenário também pode ter significado o agravamento do mal-estar nas docentes que, anteriormente, talvez nem percebessem as dificuldades enfrentadas por alguns alunos.

Analisando os trechos referentes às entrevistas E1, E2, E3, E5 e E6, elencados pelas docentes entrevistadas, no que diz respeito à demora de início das aulas no IFSul no período pandêmico, percebemos que esse aspecto impactou diretamente na forma como as docentes perceberam o processo de implantação do TR no IFSul, sendo que das seis entrevistadas, cinco delas ressaltaram, muito fortemente, tal questão como um complicador para que as atividades de ensino se iniciassem.

É ressaltado nas entrevistas que a situação da pandemia, do TR e do isolamento social impactou a relação das docentes com os alunos e a sua vida nos aspectos familiares, sociais e intelectual, gerando consequências na saúde física e mental dessas profissionais, conforme pode ser percebido nas falas das pesquisadas transcritas, a seguir:

Sou signatária dessa discussão, manhãs inteiras das 9:00 ao meio-dia, das 2:00 às 5:00 é [...] então trabalhei bastante nisso, trabalhei bastante na organização virtual do curso [...] teve uns dias que eu estava muito cansada, chorava bastante, não sabia se era pelo cansaço se era pela solidão, porque a gente se dá conta da solidão (E1).

Para a entrevistada 2, "Não tem nem um olhar pra dizer que tão ouvindo, horrível, pra mim foi uma coisa assim, muito horrível, mas a gente teve que dar aula, demos aula e no trabalho aprendemos a usar aqueles recursos [...] demos as aulas".

E, segundo a entrevistada 5,

[...] foi um desgaste na pandemia, as aulas on-line foram um desgaste, tu não ter um feedback do teu trabalho [...] terminou a aula, aí foi que comecei a perceber que eu estava extremamente cansada e estressada, porque eu ficava tensa nas aulas, porque eu não via todos os alunos.

Nessa conjuntura, o TR foi apresentado como uma solução para o problema da interrupção das aulas presenciais, e a sua implementação excluiu aqueles com poucos recursos apropriados ao acesso digital. Entretanto, conforme já comentado, no IFSul foi diferente, pois houve a preocupação com a realidade de muitos de seus alunos e foram tomadas as medidas cabíveis e possíveis para contribuir com seus alunos, no que diz respeito a questões alimentares e de suporte para que os estudantes conseguissem acessar as ferramentas necessárias para assistirem às aulas. Porém, surgiu outro problema muito comentado por todas as professoras, que foi a reação dos alunos às aulas remotas, que, na visão das docentes, não foi nada positivo para o aprendizado.

Além dos achados empíricos, que já foram citados e que comprovam essa afirmação, ainda é possível acrescentar outras evidências obtidas com as entrevistas. Em relação às relações familiares, foi relatado que: "[...] as alunas riam de mim porque tinha uma hora que eu fechava o microfone e elas viam que era um estresse familiar" (E2); "[...] eu nunca tinha trabalhado on-line, nunca tinha trabalhado EaD, foi um período estressante ainda mais com a família em casa" (E5); "Foi complicado com as crianças, dar aulas, muito cansativo" (E6); "[...] eu participava de muito aniversário, festinhas, saia pra fazer alguma coisa [...] isso não voltou, essa parte do calor humano, da convivência, desapareceu com a pandemia [...]" (E3).

Em um estudo realizado por Araújo e Lua (2021), no qual são analisados itens de uma pesquisa, aparece como positivo a relação de conciliar o TR com a rotina doméstica, como citamos a seguir, evidenciando, exatamente, que isso acontece porque não é realizada análise sobre a perspectiva de gênero

Embora a possibilidade de conciliar trabalho profissional e atividades familiares seja um dos itens mais citados na pesquisa como vantagens do TR, a abordagem desse tema quase nunca incluiu análise de aspectos relativos ao gênero. Quando se faz menção às mulheres, reforça-se a perspectiva positiva de conciliação entre trabalho profissional e doméstico: como ambos passam a ocupar o mesmo espaço, as duas funções podem ser executadas ao mesmo tempo (Araújo; Lua, 2021, p. 7).

Outro fator relevante durante o período pandêmico é o entrelaçamento num mesmo espaço físico do local de descanso com local de estudar, exercitar, descansar, distrair e de trabalho (Silva; Cruz; Falcão, 2019; Matos; Pinheiro; Bahia, 2020; Mayor; Silva; Lopes, 2020), mesclando o espaço público-particular, repouso-trabalho-divertimento e tempo de trabalho e tempo de lazer em um mesmo lugar (Castilho; Ribeiro; Ungheri, 2020; Losekann; Mourão, 2020). Embora essa nova experiência possa trazer algumas consequências positivas por evitar deslocamentos, entre outros aspectos, ela anula a vivência social necessária ao desenvolvimento humano saudável.

O trabalho realizado por Monica Tavares França Lima (2022) relata que o isolamento social, a falta de convívio com colegas e, ainda, as relações pessoais foram prejudicadas. A organização do tempo foi um desafio para as docentes, pois além do aumento das demandas a carga horária e ainda a adaptação ao TR, levou essas profissionais ao estresse e ao adoecimento durante o período da crise sanitária.

As seis docentes do IFSul entrevistadas, em diversos momentos de suas entrevistas, referiram o fato de que ninguém da área da educação que vivenciou à docência desenvolvida a partir do TR, sendo docente ou aluno, desejava que tal modalidade de ensino se tornasse uma opção ao trabalho presencial, no âmbito escolar, depois da pandemia. Todas as seis pesquisadas foram contra essa "opção", por entenderem que se por um lado à docência desenvolvida via TR tenha sido a única possibilidade naquele momento histórico, devido à pandemia, por outro a forma de ensinar e de aprender não foi efetiva, nem para os alunos e suas famílias e nem para os professores.

A interpretação de tais falas vai ao sentido de que o ERE, segundo elas, havia sido um mal necessário e que deveria figurar como uma possibilidade em momentos de crise sanitária, de guerras ou de catástrofes, mas nunca como uma opção de se trabalhar *on-line*, especialmente à docência.

Outra interpretação realizada durante a leitura das degravações das entrevistas dizia respeito à preocupação demonstrada pelas docentes com o fato de como se daria a retomada de conteúdo dado nas aulas *on-line* nos anos de 2020-2021, quando do retorno ao ensino presencial. Inferimos, portanto, que as professoras acreditavam que os alunos não aprenderam o ensinado de forma efetiva, durante a docência realizada remotamente.

Em algumas falas, percebemos a emoção ainda presente ao recordarem as dificuldades, toda a dor e desespero vivenciado por elas, com todos os afazeres inerentes a vida cotidiana, própria e de seus familiares.

É importante, reconhecer os desafios gerados pela pandemia a partir da adoção da modalidade de TR, que de acordo com as entrevistadas, não foi o melhor para a educação, mas, propiciou minimamente um contato entre escola, aluno e professor.

Com isso, encerramos esta seção e passamos, na sequência, para a repercussão das exigências de novos domínios tecnológicos provenientes da pandemia de Covid-19.

4.3 REPERCUSSÃO DAS EXIGÊNCIAS DE NOVOS DOMÍNIOS TECNOLÓGICOS PROVENIENTES DA PANDEMIA DE COVID-19

Com relação às repercussões da imposição de novos conhecimentos tecnológicos devido à situação de implantação do TR em razão da pandemia de Covid-19, algumas entrevistadas encontraram dificuldades para resolver problemas de ordem tecnológica, conforme relata a entrevistada 3: "Aprender a fazer vídeo, dar aula por vídeo e disponibilizar pros alunos isso aí eu aprendi a fazer na marra, né"; e: "Algumas dificuldades, que isso é uma coisa que eu acho importante de frisar, que foi nesse meio tempo, que a gente migrou pros nossos ambientes, por Google" (E4); "Eu tive dificuldade, pra entender um pouco assim, como funcionava a tecnologia, mas aprendi. Não tinha esse domínio antes, mas aprendi. E me capacitei, fiz cursos, que o pessoal forneceu, enfim, eu me virei" (E6).

Os relatos das respondentes E3, E4 e E6 contribuem com a ideia de que o processo do TR acarretou uma carga maior de trabalho para as professoras.

Na percepção das pesquisadas, o investimento em tecnologias para uso próprio, como: *webcam*, computadores, *notebook*, internet mais potente para uso da docência *online* foi um gasto do período pandêmico, mas qualificou o processo das aulas *on-line* durante o TR. Para a entrevistada 6: "Eu *paguei o meu computador, minha webcam, e claro que o investimento em capacitação"*.

A entrevistada, a seguir, também se referiu à questão do investimento em capacitação "[...] não investimento financeiro, mas investimento de tempo, de energia, e a capacitação foi grande, porque eu não sou uma pessoa assim, que domino a tecnologia" (E4).

O uso das tecnologias como um aspecto trazido pela vivência pandêmica do TR, além do investimento em tempo diário para qualificação no uso de tecnologias foram citados como fatores que agregaram ao crescimento pessoal e profissional do grupo.

Referiram, também as docentes, o uso das ferramentas da plataforma digital, a necessidade de aprenderem a fazer *lives*, editar e disponibilizar vídeos para os alunos, o uso do Moodle para socializar os materiais produzidos, as reuniões *on-line* e o uso de *streamings* nos momentos de lazer foram práticas incorporadas à pós-pandemia em seus fazeres docentes e pessoais. E, foi comentado que essas novas práticas foram sendo naturalizadas durante a pandemia:

[...] a gente começou as primeiras lives e parou a nossa casa, né, o nosso apartamento parou, meu marido botou as crianças pra dentro do carro e foi passear na cidade, porque eu precisava de silêncio, precisava que eles não passassem atrás, não intervissem. O Ap. pequeno, eu não tinha o espaço pra fazer isso, só que né, a gente se preocupava com a maquiagem, com o cabelo, passava várias preocupações assim, bom [...] Quando a gente começou a ver, então, que a gente precisava fazer isso com maior frequência, abandonou-se essa preparação toda não dava mais pra continuar, então a vida tinha que acontecer, as aulas tinham de acontecer, o filho tinha de ter aula, eu tinha de dar aula, o meu filho pequeno precisava brincar, o meu marido precisava usar a estrutura [...] (E5).

Durante as entrevistas, uma delas, manifestou que aprendeu muito sobre tecnologia. Para ela "O momento foi caótico para a sociedade", mas possibilitou com que ela estudasse muito sobre temas, que ela tinha interesse, e que no período "normal" não teria condições de fazê-lo pela rotina corrida da vida. Segundo comentou, devido a essa análise positiva "[...] serei um ponto fora da curva na tua pesquisa". Todas as outras cinco entrevistadas apesar de citarem aspectos positivos destacavam, no geral, que se sentiram sobrecarregadas e fadigadas, frustradas e muitas vezes desmotivadas.

Durante o TR, as professoras tiveram que fazer uma programação de suas atividades que seriam efetuadas no decorrer do seu dia, para tentar atenuar o desconforto mental e físico. Neves (2020) demonstra em sua pesquisa que houve tensão e estresse gerado pelo aumento de atividades com sobrecarga de trabalho aos professores, dificuldades em gerir o tempo de trabalho, visto que o planejamento por meio dos recursos tecnológicos requer maior tempo de pesquisa e dedicação, e atrelado a isso houve a insegurança de realização de *lives*, gravação de vídeos, tendo, às vezes, como única ferramenta tecnológica, o aparelho celular. Essas análises são corroboradas por vários outros autores, como: Oliveira, Silva e Silva (2020), Castro e Queiroz (2020), Souza e Miranda (2020), Duarte e Medeiros (2020) e Rondini, Pedro e Duarte (2020).

Tal situação demandou das docentes uma adaptação não apenas rápida, mas, sim, acelerada, em relação às mudanças que lhes foram impostas pelo uso das tecnologias mediando o processo de ensino e aprendizagem, situação que ao mesmo tempo em que

propiciou momentos relevantes de formação profissional às pesquisadas, também veio a somar-se ao cotidiano extenuante da docência *on-line*, devido à pandemia global, gerando adoecimento feminino e precarização do trabalho docente, como será analisado na próxima seção.

Sendo assim, entendemos que a pesquisa em tela conseguiu desvelar um pouco da realidade vivida pelas docentes femininas, em TR durante a pandemia, no IFSul, as quais desenvolveram as suas atividades laborais docentes ao mesmo tempo em que foram esposas, mães, filhas, gestoras, administradoras do lar, recreacionistas, professoras-auxiliares dos filhos, além de outras atividades que precisassem ser desenvolvidas naquele momento de crise sanitária.

A expressão "mulher-polvo" nunca coube tão bem para exemplificar a situação vivenciada pelas docentes entrevistadas, que tiveram de superar limites inimagináveis para poderem desempenhar, de forma efetiva, suas funções na instituição em que trabalham, além dar conta de um cotidiano extenuante, incerto e especialmente cruel para as docentes femininas.

Dito isso, passamos para a próxima seção, qual seja, sobre os impactos do TR na precarização do trabalho, adoecimento e cultura patriarcal.

4.4 IMPACTOS DO TRABALHO REMOTO NA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO, ADOECIMENTO E CULTURA PATRIARCAL

Os impactos do TR na precarização do trabalho docente e o adoecimento das professoras são marcas indeléveis na vida dessas pessoas.

Para as mulheres que sofrem a ação da cultura patriarcal como a realização do trabalho profissional em conjunto com o doméstico que, feito em favor do próprio grupo familiar, pode ser nuclear ou extenso, bem como ambos, é percebido como uma maneira de respeito, reciprocidade e obediência, conforme Kosminsky e Santana (2006). O trabalho doméstico, em consequência, é pouco valorizado, e os cuidados com a família são compreendidos como uma obrigação apenas das mulheres. A exaustão, a frustração e o adoecimento físico e emocional das mulheres ficam evidenciados nas falas das entrevistadas transcritas a seguir:

tem filho pequeno [...] houve uma grande precarização do trabalho naquele período e que vai se refletir ainda por um bom tempo [...] os professores inclusive, muitos deles adoeceram. A mulher docente foi exigido: dar continuidade ao trabalho, aprender novas formas para transmitir o conhecimento, lidar com os problemas dos alunos que também estavam em situação nova e estressante, e sem preparo para isso, e ainda, sem apoio para conciliar com o trabalho domiciliar que precisava dar conta [...] (E3).

Segundo a entrevistada 2, [...] então, sempre tinha reunião, ou de manhã, ou de noite, mesmo sendo fora do horário que a gente trabalhava antes. Aí ficava às vezes meu filho em aula on-line, no computador, e eu do lado, trabalhando [...]". Já a entrevistada 1 relata: "fiquei deprimida né nesse período!", e para a entrevistada 5: "Bom, era muito difícil, era um desgaste emocional, assim, sabe, e as reuniões muito longas, porque todo mundo queria falar, né, então era muito tempo".

Araújo e Mourão (2021) recordam que, na docência, precarização é um termo político representativo das inseguranças e incertezas resultantes das transformações neoliberais nas políticas educacionais do sistema capitalista, que flexibilizam as regras trabalhistas e subtraem os direitos do trabalhador. Ademais, não há o devido reconhecimento do trabalho do professor, aqui no Brasil, seja no âmbito da remuneração, seja no da valorização da profissão, especialmente daqueles que atuam nos anos iniciais da escolarização, trabalho historicamente considerado uma extensão do lar, feminino, para o qual se acreditava erroneamente que não era necessária uma formação ou qualificação específica para exercê-lo.

Ainda, no Brasil, rupturas e imprecisões são verificadas nas diversas reformas educacionais, que não se fundem no guarnecimento das carências educacionais, pelos parcos investimentos e ou pelas disputas ideológicas em todos os níveis da federação (Saviani, 2008). Dessa maneira, cabe ao Estado se posicionar diante da sociedade e responder de forma cabal como vai elucidar as contendas educacionais, para que minimamente os discentes e docentes tenham condições de se recuperarem dos traumas deixados pela pandemia e por toda a situação vivenciada no âmbito educacional.

Analisando os trechos escolhidos para darem visibilidade ao aspecto que trata da precarização do trabalho docente feminino, tivemos a oportunidade de perceber que vários aspectos se uniram na vida das docentes entrevistadas que avolumaram as questões de precarização da profissão durante o TR, conforme exemplificado nas transcrições, a seguir: "Quando terminou a aula, aí foi que comecei a perceber que eu estava extremamente cansada e estressada, porque eu ficava tensa nas aulas, porque eu não via todos os alunos, eles me viam" (E5). O excesso de reuniões administrativas e pedagógicas

sem tempo pré-determinado para acabarem, tempo exíguo de preparação das aulas em meio à rotina doméstica "Muitas coisas que incomodavam, por exemplo, o cachorro da vizinha. Se eu ouvir as minhas aulas eu vou ouvir o cachorro da vizinha, que me deixava num nível de estresse enorme, né" (E5). A falta de ambiente adequado para as docentes desempenharem suas atividades docentes on-line, e a resolução de problemas a todo momento via WhatsApp, sem tempo de descanso, e a dificuldade de preparar as aulas para serem ministradas de forma remota foram aspectos que trouxeram uma complexidade ainda maior para o período vivido.

Todas essas situações, conjuntamente, fizeram as docentes entrevistadas chegarem a níveis insuportáveis de cansaço e estresse mental e físico, pois não havia nesse cotidiano agitado quase nenhum espaço para as docentes entrevistadas fazerem alguma atividade de lazer, mesmo que dentro de seus lares. Não por acaso, as consequências de tal rotina fizeram com que o adoecimento se instalasse, em algum momento, na vida das docentes entrevistadas, conforme foi observado nas falas das entrevistadas, a seguir. "Báh, muito [...] tive muita raiva do Bolsonaro, é [...] eu acho que ele [...] Ele nos adoeceu, eu acho que sim, eu fiquei deprimida né, acho que todos ficamos, mas eu fiquei e eu tenho isso assim" (E1); "Foi bem cansativo, entrei em depressão, muita solidão, porque a gente se dá conta da solidão" (E2); "Me senti talvez um pouco apreensiva do desenrolar da coisa, porque a gente é muito de ver, de querer fazer e eu fiquei um pouco apreensiva pelo futuro" (E3). A entrevistada 4 diz:

Aí eu fiquei mal, e eu fiquei assim, eu vou te dizer que eu fiquei num cansaço físico assim, eu fiquei muito depressiva, um não me aceito com depressão, assim, sabe, mas às vezes eu acho que eu sou um pouco. Eu fiquei tão aborrecida, eu fiquei tão triste, sabe, eu não tinha vontade de fazer, nem de me levantar e fiquei uma semana muito deitada, assim, coisas que eu não sou [...]

Ao fazer a leitura atenta das degravações das entrevistas das docentes do IFSul, constatamos o quanto essas profissionais mulheres, esposas, mães, filhas passaram por um processo de adoecimento devido à rotina extenuante na qual se viram "jogadas", durante o período pandêmico em que tiveram de se adaptar à rotina do TR. Depressão, ansiedade, cansaço, crises de choro, desmaios, mãos trêmulas, raiva pela falta de iniciativa governamental de enfrentamento à pandemia no país, medo de morrer e deixar suas famílias desassistidas por terem contraído Covid-19, em algum momento. Tudo isso, em 2020-2021, foram indicadores do impacto que a pandemia causou nessas docentes e

que mostram consequências do TR para a sua saúde física e mental. Outra fala contribui, também, para evidenciar essa análise:

A gente não teve um apoio financeiro e tecnológico em casa né, tudo foi por conta da gente, melhorar a internet, trocar de computador, tudo isso foi por conta da própria professora, assinar software, pagar assinatura de software, que alguns não rodavam, só tinha no câmpus, a gente pagava pra poder usar, isso tudo, foram gastos extras que não, apareceram no montante do meu orçamento porque, eu não estava gastando em outras coisas. Eu consegui porque sou organizada, mas deve ter família, que não conseguiu investir na sua tecnologia, mães, professoras que tem um salário mais contado (E2).

A conjuntura nacional também repercutiu no TR das docentes femininas do IFSul. A situação vivida pelos docentes de um modo geral também afetou as mulheres docentes do IFSul, conforme relato.

Eu fiquei muito triste ao constatar como os professores foram tratados pelo Estado, pelo Município e pela rede privada. Então, casos que eu sei de material roubado do professor, de professor que preparou aula pra determinadas instituições privadas e que a instituição disse, isso é meu! E demitiu professor e ficou com o material [...] (E1).

Em relação à precarização do trabalho, buscamos nas degravações das entrevistas acerca da possibilidade de a conjuntura nacional ter impactado o TR das docentes femininas pesquisadas e constatamos que tal questão impactou negativamente essa experiência.

As docentes do IFSul possuem a percepção de que o Governo que estava no poder não conduziu de forma equilibrada e humanitária as questões relativas ao enfrentamento da pandemia.

Eu acho que antes do Bolsonaro o Brasil já estava falho nas campanhas de vacinação, já tinha uma falha aí, e aí após o Bolsonaro isso ficou evidente e polarizou o país, que não tinha esse histórico de polarização, né. Não sei né, mas a minha opinião é de muita raiva e uma outra coisa que mudou a minha rotina foram os noticiários, né, eu parei de ver notícias, porque eu ficava muito nervosa, com muita raiva ou muito triste também, então eu fugia, fugia disso, que me fazia mal assim (E4).

Eu acho que assim, o que eu posso comentar [...] eu acho que a pandemia e o ensino remoto foram, assim, um atraso de vida na parte econômica e educacional do mundo todo. E, aqui no Brasil, mais ainda porque é um país ainda muito carente de muitos recursos, na minha visão, a gente estava com um governo negacionista em relação a tudo, que dificultou bastante o andamento pra frente das coisas, né, pra se desenrolar, né (E3).

Assim, o Governo que prejudicou o processo de vacinação em virtude de posições negacionistas diante da ciência e da proteção contra o vírus naquele momento foi evidenciado nas entrevistas: "A política de negacionismo do próprio governo em relação às vacinas, ao tratamento prejudicou muito" (E3). Ponderaram que os governos anteriores não estavam investindo em informação sobre a eficácia das vacinas e que tal situação reforçou, ainda mais, o discurso negacionista desse Governo.

Tal atitude levou uma parcela da população a desacreditar das vacinas, proliferando o vírus e causando milhares de mortes, sendo que toda essa conjuntura nacional, que chegava até as casas das docentes pesquisadas via noticiários, impactou a sua saúde física e emocional, que já estavam se sentindo desvalorizadas, como profissionais da educação por verem como os governos estaduais e municipais, além da iniciativa privada, estavam tratando a educação e os professores, chegando até mesmo a algumas formas desrespeitosas, ao não investirem em auxílios que contribuíssem para o ensino, como recursos pedagógicos específicos para o ensino remoto. Lembraram, mais uma vez, que o IFSul foi exceção nesse aspecto.

A relação do TR e a precarização do trabalho docente são percebidos nas falas das entrevistadas: "A gente não sabia ser Youtuber, a gente sabia ser professor" (E6); "Acho que houve precarização do trabalho do docente, do aprendizado do aluno, porque eles aprenderam muito pouco, a gente verificou essa falta de aprendizado quando eles voltaram às aulas presenciais" (E3). E também na seguinte:

[...] todos nós né, por exemplo para eu poder dar aula on-line eu usava o computador, eu usava um celular bom, né, bom de bateria, de vídeo, tudo mais [...] porque o que que eu fazia: eu tinha o meet com os alunos, eu tinha um outro equipamento que segurava o celular, porque eu trabalhava muito com cálculo, então eu escrevia numa folhinha, ia filmando e ia transmitindo pro computador, então eu tinha que ter um internet boa, eu tinha um plano de internet bom, eu tinha que ter equipamentos bons também pra poder dar esse tipo de aula, né, porque eu dou aula tanto aqui no curso técnico como na Engenharia Química, que é muito cálculo, não tinha como eu dar uma aula teórica sem eu explicar o cálculo (E5).

Segundo Hoffmann, Ledesma e Liporace (2017), há uma equivalência nos estudos a respeito da questão da precarização do trabalho docente das IESs e a cultura do produtivismo com fatores que transpassam as rotinas de trabalho e favorecem para o

adoecimento em geral, principalmente o mental (Belo; Coutinho, 2022; Freire; Fernandes, 2022; Santos; Silva, 2022), como a Síndrome de Burnout¹¹.

Assim, a repaginação do mundo do trabalho repercute em várias áreas da vida, como já comentado ao longo deste estudo, como também por fim acaba gerando a precarização da profissão docente. Aliás, as consequências do ERE, que acaba tornando o espaço da vida privada o mesmo da vida profissional para as docentes, gerando perda da qualidade de vida e adoecimento das docentes pela sobrecarga de trabalho também é analisado por Barbour *et al.* (2020).

Repensar o trabalho foi exaustivo, tendo junto todas as atividades inerentes à sobrevivência própria e da família, jornadas de trabalho intermináveis, com reuniões, e o WhatsApp produzindo chamadas por meio de mensagens a qualquer momento, dificultando a separação entre horário de trabalho e de lazer. Isso colaborou para o crescimento de forma exponencial da carga de trabalho que não tinha horário definido era todo dia, manhã, tarde e noite, sempre buscando brechas para poderem conversar e organizar a forma como atuar, não havia limite entre trabalho e vida pessoal. Isso contribuiu para a precarização do trabalho da mulher docente, qual seja, o não limite entre casa e trabalho, e conforme já assinalado o adoecimento pela forma como viviam, ainda tendo de cuidar em alguns casos da família extensa.

Os impactos produzidos pelo TR na vida das mulheres docentes repercutiram na saúde física e mental delas, e, para muitas, causou desmotivação para seguirem com seu trabalho, agravado ao perceberem um descaso com a educação por parte dos governantes. Enfim, o não contato presencial trouxe desconforto emocional para as docentes e alunos.

Conforme analisam Santos e Oliveira (2021, p. 1), os professores comentam, com igual preocupação, os problemas físicos e psicológicos que o contexto pandêmico e a exigência do TR estavam ocasionando. Percebe-se que os docentes na sua maioria atribuem uma carga extra de incômodos sofridos com o descaso político-administrativo para com a educação, pois algumas vezes se veem buscando solucionar cenários adversos de maneira improvisada, individual, e sem apoio, o que não é da alçada da profissão docente.

Síndrome de Burnout ou Síndrome do Esgotamento Profissional é um disturbio emocional com sintomas de exaustão extrema, estresse e esgotamento físico resultante de situações de trabalho desgastante, que demandam muita competitividade ou responsabilidade (Valente, 2022).

As docentes narram nas entrevistas a preocupação com os alunos, no que tange aos seus aprendizados bem como a situação econômica que eles se encontravam, pois, muitos alunos tiveram pais que ficaram desempregados, pelo momento caótico da pandemia, o que refletia no aprendizado.

De acordo com os estudos de Buck (2022), que traz a questão do patriarcado imbricado com a de gênero, essa situação se forma na troca da centralidade do patriarcado, enquanto determinante para teorias que "relativizam" diferenças entre homens e mulheres.

Assim, mais uma vez, fica evidenciada a influência do patriarcado, colocando a mulher como sendo a principal responsável pelos cuidados domésticos e pela educação dos filhos, como se as tarefas diárias do cotidiano para garantir a reprodução social e o bem-estar da família fossem obrigações delas. Como relata a entrevistada:

Uma colega minha disse que o marido dela, e o filho estudavam online e ela dava aula online. Então era um caos. O apartamento ficou pequeno para os três darem conta das atividades. E ela ainda tinha que fazer as atividades domésticas [...] uma situação difícil [...] eu não vivi isso, mas partilhei do sofrimento de colegas (E3).

E essa ideologia de que o "trabalho de casa" é da mulher, ainda está tão presente. Muito embora algumas tivessem suporte dos seus companheiros, foi lembrado que "Eu sentia que precisava pedir ajuda para receber" (E5). Ou seja, o outro não percebe as demandas cotidianas para a vida familiar saudável como algo que pode ser minimamente compartilhado entre os membros da família, a fim de não sobrecarregar uma pessoa.

Tal contexto demonstra que mesmo sendo as seis docentes funcionárias públicas federais, concursadas e com alta escolaridade, ainda assim, na falta de auxiliares pagas para desempenho das tarefas da casa, devido à pandemia, elas tiveram de acumular as funções de mães, de esposas, de gerenciadoras do lar, de educadoras dos filhos e de auxiliares à família extensa. Apenas uma entrevistada contou com o apoio do marido. Já as docentes solteiras referiram sensação de desamparo durante o período pandêmico, recaindo sobre elas a responsabilidade do cuidado dos filhos, que só tiveram contato com os pais biológicos depois de a pandemia arrefecer e de a vacinação avançar no país.

Tais fatores contribuíram, ainda mais, para a *precarização do trabalho docente feminino*, enquanto durou o TR e a pandemia para essas docentes do IFSul, uma vez que, segundo os relatos, elas perderam seu período de descanso, seus finais de semana, o apoio logístico dado pelo Câmpus, perfizeram muito mais do que 8 horas diárias laborais,

tiveram seus números de celular expostos à comunidade escolar, gastaram seus próprios recursos financeiros para comprar celulares, *notebooks*, *softwares*, para melhorar a internet de suas casas e também tiveram de adaptar espaços em seus lares que não existiam antes da pandemia, a fim de atenderem tanto às demandas das aulas *on-line* como também às necessidades das suas famílias.

Esse é um dos aspectos contemplados em uma análise realizada por Renata Gonçalves Edvânia Ângela de Souza (2022, p. 40), para quem:

A crise sanitária, portanto, escancarou a precarização que já existia e a aprofundou, inclusive acelerando processos que impuseram novas formas de trabalho sem que houvesse tempo para compreensão, capacitação, adaptação às ferramentas de inovações tecnológicas [...] Porém, perceberam a necessidade de resistir ao ensino remoto que, como vimos transforma a educação em mercadoria, precariza as relações de trabalho e, logo, de ensino-aprendizagem.

Ante o exposto, é possível afirmar que a crise sanitária mundial, no contexto brasileiro capitalista e patriarcal, exigiu das docentes do IFSul a realização de atividades profissionais no domicílio, as quais se somaram às tarefas domésticas e cuidados familiares. Por outro lado, não houve políticas públicas específicas para destinadas a minorar os efeitos negativos do TR emergencial na vida das docentes, o que acabou precarizando o trabalho, e somado ao estresse típico do momento pandêmico, gerou efeitos negativos de maior ou menor intensidade na sua qualidade de vida, indo desde o maior cansaço físico e mental, até ao adoecimento mental em alguns casos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Descobrir e explicar os impactos do TR advindos do ERE durante a pandemia de Covid-19, na vida das mulheres docentes do Câmpus Pelotas (IFSul), relativamente as suas relações familiares, sociais e intelectuais, contribuiu para desvelar concretamente algumas repercussões na vida das docentes e para subsidiar a proposição de possíveis estratégias de ação para a superação de seus malefícios.

Assim, ficam evidenciados, os malefícios à saúde das docentes conjuntamente à maneira como o Estado se apresenta no lugar de aplicação das políticas educacionais, em que, não ocasionalmente, o discurso político e a ausência do Estado na efetivação de políticas públicas para o combate à pandemia de forma científica e ágil, bem como, críticas veladas à manutenção do ensino remoto e fechamento de instituições de ensino, forjou uma conjuntura de adoecimento geral na sociedade, repercutindo sobre as docentes.

Portanto, não parece comedido atribuir à pandemia a culpabilidade por todas as circunstâncias que, em instância derradeira, maltrataram a saúde dos docentes. Contudo, é possível afirmar que, indubitavelmente, a situação foi agravada durante a crise. Destacase, inclusive, que o estudo de Souza *et al.* (2022) ampara essas considerações ao elucidar que as mudanças no trabalho docente, apesar de terem se tornado mais enfáticas na pandemia, são oriundas das transformações estruturais em andamento prévio e que imprimem nos professores diversas novas obrigações, causando-lhes sinais e sintomas de adoecimento.

A partir das entrevistas realizadas, fica evidenciado que para as docentes do IFSul, o TR, foi negativo para o ensino e com isso a aprendizagem dos alunos, com raras exceções, nesse período foi muito difícil, pois impactou toda a vida da comunidade IFSul. Com relação à vida privada, o trabalho entrou para casa ocasionando vários problemas já citados. Então, a dificuldade encontrada para planejamento de horários de trabalho e sobrecarga foi uma das maiores queixas das entrevistadas, ocasionando estresse e adoecimento físico e psicológico.

Uma das estratégias propostas para amenizar esse impasse é a realização de um estudo por parte da comunidade IFSul, por uma equipe com representação de psicólogos da instituição, médicos, pedagogos, professores e alunos para analisarem o período e mapearem os malefícios causados à saúde (depressão, angustia, medo, desesperança, dificuldades com mudanças abruptas, isolamento, entre outros). Depois do mapeamento,

dar continuidade ao estudo com a equipe interdisciplinar para buscarem soluções que favoreçam a recuperação da saúde mental e a prevenção de adoecimento por motivos laborais. A curto prazo, o retorno as aulas foi a melhor estratégia para a comunidade estudantil assim como para as docentes estudadas, apesar de termos notícias de que para os alunos foi muito difícil o recomeço.

Outra estratégia é a intensificação de atividades de caráter cultural e social para a integração entre alunos e docentes.

Pensar em superação, em construção de um ambiente pedagógico saudável, em realização de trabalho de docência de forma prazerosa no momento atual em que estamos vivendo é algo complexo. A pandemia não contribuiu para sensibilizar a humanidade, pois no período pós-pandêmico a violência continua e novas guerras se intensificam. No Brasil, apesar de não estarmos vivendo uma guerra declarada, há uma guerra silenciosa contra as minorias, pessoas comuns que têm suas vidas atingidas, às vezes, dentro da escola.

O TR iniciou-se durante um período emergencial, devido ao momento histórico que toda a humanidade vivenciou. Apesar de entendermos, a dificuldade que foi a implantação dessa modalidade de trabalho, percebemos que foi para o momento a melhor solução, pois tanto os docentes como os discentes precisavam desse contato para possibilitar interação e avanço na aprendizagem. Assim, apesar dos malefícios causados, é possível afirmar que o TR foi a solução viável para dar continuidade ao ensino.

No campo das ações realizadas pelo Governo federal, representado pelo MEC, esse modelo de trabalho adotado foi a estratégia articulada para minimamente amenizar o problema do isolamento social e a falta de contato dos discentes com a escola.

Para o caso em tela, entendemos, em linhas gerais, que o TR pode não ter sido o melhor para a aprendizagem dos alunos, como comentado anteriormente, mas, foi a melhor solução para uma situação atípica, como a da pandemia de Covid-19.

Outra estratégia para superação dos malefícios do TR na vida das professoras pesquisadas poderia ser realizar a retomada paulatina dos conteúdos dados durante a pandemia, visando à recuperação da aprendizagem dos alunos presencialmente, sem que haja perspectiva de o ERE se tornar uma opção de ensino e aprendizagem usual e cotidiana. Essas no nosso entendimento são as possíveis estratégias para a superação de malefícios do TR na vida de professoras do Câmpus Pelotas do IFSul.

Compreendemos que intervenções, como palestras sobre saúde física e mental, discussões sobre temas, como solidão, depressão, apresentação da importância da

convivência com os alunos e colegas, deixando evidente que todos no mundo de uma forma ou de outra sofreram com o avanço do vírus são também pontos estratégicos. E, por último, mas não menos importante, pensar políticas públicas que deem conta da saúde mental tanto das docentes, como de técnicos administrativos e de alunos, ampliando as políticas públicas e políticas educacionais para toda sociedade brasileira.

A propósito, a revisão bibliográfica realizada anteriormente à pesquisa de campo evidenciou que a implantação do ERE ocorreu em um contexto pandêmico que por si produzia várias mudanças na rotina das pessoas em geral, devido à imposição do isolamento social, que alterou o cotidiano de todos. Assim, convém destacar que a pandemia de Covid-19 provocada pelo vírus SARS-CoV-2, enquanto durou, provocou além das mortes muitos distúrbios físicos e mentais nas pessoas independente de raça/etnia, sexo, idade ou grau de instrução. Porém, algumas ocupações foram mais atingidas que outras não só pela necessidade de isolamento como, também, pela duração do período ou porque implicou em manter o exercício laboral, porém exercendo-o de forma totalmente diferente, como foi o caso da docência para muitas mulheres que não haviam ministrado aulas na modalidade de ensino à distância.

Nos trabalhos pesquisados na revisão bibliográfica realizada, foi possível constatar que as professoras de um modo geral passaram por um sentimento de sobrecarrega de trabalho, solidão, desamparo pela imposição da implantação do TR, medo de adoecerem, exaustão, tristeza, depressão, medo de perder entes queridos e medo de não conseguir dominar as questões tecnológicas.

E, na pesquisa de campo para averiguar as especificidades das docentes do campo pesquisado, das seis docentes que foram entrevistadas, cinco concordam que a direção do IFSul demorou a responder à sociedade bem como a comunidade interna. Por outro lado, elas manifestaram que consideram os alunos do IFSul privilegiados em relação a outras instituições, pois as aulas só começaram nesse instituto, quando todos os alunos tiveram acesso virtual às salas de aula por meio da internet e de equipamentos adequados para acessarem ao ensino. E, apenas uma das entrevistadas manifestou não ter sofrido nenhum impacto ao iniciar o ERE, porque é da área de informática, diferentemente das outras cinco que são de outras áreas.

No que tange os afazeres domésticos, apenas duas se queixaram de as atividades todas recaírem sobre elas, pois duas já tinham essas mesmas tarefas em sua rotina, e por isso apenas comentaram de maior sobrecarga de trabalho devido à dispensa das faxineiras. E, outras duas recebiam ajuda do marido, sendo que uma comentou que precisava pedir

ajuda, para que fosse realizado o serviço. Em relação aos cuidados com os filhos em idade escolar, as quatro entrevistadas com filhos pequenos, assumiram toda a função com as crianças, desde banho, aulas *on-line*, alimentação, diversão o que as deixavam cansadas, mesmo que por vezes o marido contribuísse nessas tarefas.

Portanto, ainda que a condição da mulher, na sociedade, tenha se transformado nos últimos tempos, no que concerne a sua maior inserção no campo de trabalho e a uma maior igualdade quanto aos direitos civis e trabalhistas juntamente à elevação do seu nível educacional, as transformações no comportamento sexual, acaba ocasionando uma mudança nas representações relativas ao papel feminino na sociedade. Mas diante de toda essa mudança comportamental e intelectual da mulher, os cuidados dos filhos e o trabalho doméstico permanece quase que totalmente sobre a guarda das mulheres.

Assim, a pesquisa verificou que houve impactos na vida das mulheres docentes do Câmpus Pelotas (IFSul) em relação as suas relações familiares, sociais e intelectuais, durante o regime de TR gerado pela pandemia de Covid-19, na saúde das docentes, na sobrecarga de trabalho ao cuidar do trabalho remunerado mais as obrigações domésticas, que em alguns casos se estendeu para pessoas da família extensa, e até mesmo para vizinhos.

Foi constatado repercussões na saúde integral das docentes, tendo todas as entrevistadas relatado episódios de adoecimento, referindo distúrbios depressivos, ansiedade, cansaço, crises de choro, desmaios, mãos trêmulas e raiva pela falta de iniciativa governamental de enfrentamento à pandemia no país, bem como apreensão de se contaminarem com a Covid-19 e de ficarem com sequelas, ou até virem a morte.

Tais sentimentos abarcaram, também, a apreensão pelos seus maridos e/ou filhos, bem como pela família extensa, que muito embora não tenha exigido maiores esforços das pesquisadas, também corroborou para o excesso de encargos dessas com a chegada da pandemia – idas ao mercado, pedido de alimentos e remédios *on-line*, apoio logístico para idas ao médico ou para realização de exames e, inclusive, apoio aos vizinhos e/ou idosos que nos primeiros tempos da pandemia não podiam circular nas ruas.

O sofrimento emocional das docentes entrevistadas, que lecionaram durante a pandemia, por meio de TR, faz-se mais contundente quando estas afirmam que por serem mulheres acabaram tendo de protagonizar a gerência do lar, da compra de mantimentos, do cuidado com os filhos, dos estudos destes e também dos momentos de lazer; não que os maridos (para aquelas que eram casadas) não as auxiliassem, mas sempre cabia a elas, o olhar final sobre o gerenciamento de recursos no domicílio.

Intelectualmente, todas as entrevistadas docentes referiram que se sentiam exauridas devido às demandas impostas pelo TR, ao mesmo tempo em que tal forma de docência exigia a busca por qualificação profissional para o uso das tecnologias de informação por intermédio de palestras, cursos e formações. Esse fator foi referido como positivo, mas, ao mesmo tempo, exigiu que tivessem de acumular além de todas as funções de mães, de esposas e de gestoras prioritárias do domicílio, ainda a autoformação, para poderem dar conta das demandas do ERE.

As exigências do TR provocou, assim, a exaustão física, mental, emocional e intelectual pelo acúmulo de atividades realizadas durante a vivência de "um período de guerra" – termo que apareceu em vários momentos das entrevistas –, pois as docentes do IFSul ainda tinham atribuições administrativas que as faziam presidir intermináveis reuniões *on-line*, sem hora para iniciar e acabar, atendimentos aos alunos a qualquer tempo via grupos de WhastApp e nenhum momento de lazer, o que fez com que ficassem acima do peso considerado saudável para seus biotipos, situação relatada por cinco das seis entrevistadas, além de uma que referiu emagrecimento. Cada uma teve sentimentos de não reconhecimento de si, como se sua identidade tivesse se perdido no período pandêmico devido à rotina.

Portanto, pode-se afirmar que o trabalho feminino das docentes pesquisadas, devido ao regime de TR exigido pela pandemia prejudicou a saúde integral destas tanto nos aspectos físicos (sobrepeso), emocionais (crises de choro e de ansiedade pelo porvir incerto), mentais (medo de morrer, episódios depressivos) e intelectuais (sensação esvaziamento intelectual devido ao excesso de atribuições paralelas).

A exigência de novos domínios tecnológicos apenas para uma das entrevistadas não gerou dificuldade; nas demais isso gerou ansiedade, medo de não conseguir dar aulas a contendo, o que também impactou na saúde mental das docentes, além de jornadas de trabalho exaustivas.

Essas exigências em relação aos domínios das novas tecnologias, apresentaram duas faces opostas – uma positiva porque permitiu que as entrevistadas conseguissem promover sua autoformação, a partir de atividades pedagógicas *on-line*, de *lives*, de cursos oferecidos no Youtube e de capacitações dadas por seus pares no IFSul ou fora da instituição. Tais práticas de formação para o uso das tecnologias foi referido pelas seis docentes como uma forma de vivenciarem um trabalho colaborativo durante a pandemia, especialmente para o aprendizado da utilização do AVA Moodle, do Youtube, de GSuite do Google, entre outros que, dificilmente as docentes teriam buscado caso não houvesse

a pandemia. Já, a face negativa desse processo, segundo as docentes, recaiu sobre a questão de que o tempo investido em tal formação se somou a outras demandas no cotidiano, como: cuidados com a casa, com os filhos e com a família extensa, atendimento aos alunos, reuniões *on-line* e preparação de material a ser disponibilizado para os alunos.

É possível deduzir que esse aspecto analisado tenha se configurado como uma via de mão dupla, pois ao mesmo em que fomentou a capacidade intelectual das professoras pesquisadas, por terem tido a oportunidade de vivenciar novas aprendizagens no campo tecnológico, também contribuiu para o agravamento do processo de cansaço e adoecimento vivenciado pelo grupo.

Entretanto, entendemos, pelas falas das professoras entrevistadas, que a busca por formação foi uma via de mão dupla, pois teve implicações positivas a médio prazo na vida das pesquisadas, na prática docente cotidiana, uma vez que o aprendizado das tecnologias é utilizado por elas no seu cotidiano, bem como os materiais do AVA Moodle produzidos e organizados para as aulas *on-line* continuaram a ser utilizados como aporte teórico e pedagógico, mesmo depois do período da pandemia pelos atuais alunos, na modalidade presencial.

A reprodução da cultura patriarcal na sociedade brasileira relacionada com o TR emergencial e a precarização do trabalho docente teve seus impactos negativos reforçados pela lógica capitalista vigente, que exigiu das professoras trabalhadoras do IFSul o atendimento às demandas, quais sejam: trabalhadoras polivalentes, que desempenham diversas tarefas, com poder de adaptação rápida às mudanças impostas pelo uso das tecnologias e pela situação global de pandemia, o que contribuiu ainda mais para a *precarização do trabalho docente feminino*, motivado pela jornada extensa, falta de apoio logístico do Câmpus, ônus com equipamentos e invasão dos espaço familiar pela atividade laboral.

Diante disso, sugere-se que sejam efetivadas estratégias para o enfrentamento dos malefícios do TR na vida de professoras do Câmpus Pelotas do IFSul, como: palestras sobre saúde física e mental, trazendo temas, como solidão, depressão, apontando a importância da convivência com os alunos e colegas, demonstrando que de uma forma ou de outra toda a sociedade sofreu com a escalada do vírus e consequentemente com o isolamento social, e que será necessário empreender esforços para a superação do sofrimento do momento pandêmico.

Por fim, com o desenvolvimento deste estudo, e de forma particular com a aplicação da pesquisa, foram evidenciados e explicados os impactos do TR, advindo do

ERE durante a pandemia de Covid-19, na vida das mulheres docentes do Câmpus Pelotas (IFSul), relativamente as suas relações familiares, sociais e intelectuais, sendo constatados como impactos principais abalos físicos e mentais na saúde e nas suas relações sociais, que foram rompidas com a pandemia e tiveram que ser pensadas de outra forma. E, relacionado a esses agravos, os cuidados pessoais, domésticos e com a família extensa e toda a angústia de aprender rapidamente uma nova maneira de ser professora, trazendo mais complexidade para a vida das professoras, produzindo abalos no seu bemestar geral.

O apresentado nos fez entender que tanto as profissionais casadas como as solteiras sofreram com a sobrecarga, mas as solteiras ainda vivenciaram sensação de desamparo. De fato, foi possível identificar diversos impactos ocorridos na vida familiar, na saúde, nas relações sociais e intelectuais das docentes pesquisadas, em virtude da necessidade premente que essas tiveram de desenvolver multitarefas num mesmo espaçotempo pandêmico, no qual elas eram docentes, mães, esposas, filhas, esposas, estudantes e gestoras, ainda que tenham sido vivenciados de modo diferente e produzido graus diferentes de abalos nas docentes.

Considerando o exposto até aqui, entendemos que os achados nas leituras realizadas em teses, dissertações, artigos e capítulos de livros e, confirmados com a pesquisa empírica corroboram a ideia de que o patriarcado permeia as relações profissionais e sociais das mulheres. Sendo assim, apesar das conquistas nessa área, ainda há muito a avançar.

Por fim, convém lembrar que em relação à teoria existente, aos estudos pregressos, os achados com a pesquisa realizada vão na mesma direção, conforme descrito ao longo deste estudo. O estado da arte vai ao encontro da tese com uma variação pequena, pois uma entrevistada, gostou do período pandêmico, obviamente não da crise sanitária, mas, sim, da oportunidade de estudar e trabalhar com novas tecnologias, por ser da área.

Ademais, faz-se necessário comentar que há um avanço na sociedade, com relação a espaços conquistados por mulheres com muita luta. Essas conquistas precisam gerar efetivamente políticas públicas para que a mulher tenha uma autonomia e conquiste definitivamente a igualdade de gênero.

Apesar das constatações obtidas, convém lembrar que as docentes pesquisadas fazem parte de um seleto grupo de profissionais que se destacam tanto intelectualmente pela alta escolaridade como economicamente. Assim, apesar de sentirem os impactos do TR, e de toda a situação imposta pelo momento vivido durante a crise sanitária, em

relação às professoras do município, estado e do ensino privado, as profissionais do IFSul usufruíram de condições mais favoráveis no exercício da docência, e que, portanto, devem ter sofrido um menor impacto, levando em consideração as outras docentes, como citado anteriormente. Entretanto, para confirmar isso, de maneira contundente, precisaria ser realizado estudo comparativo entre as categorias de docentes, o que deixamos aqui como uma sugestão.

Sendo assim, concluímos que a pesquisa em tela conseguiu desvelar a realidade vivida pelas docentes femininas, em TR durante a pandemia, no IFSul, as quais desenvolveram suas atividades laborais docentes ao mesmo tempo em que foram esposas, mães, filhas, gestoras, administradoras do lar, recreacionistas, professoras-auxiliares dos filhos, além de qualquer outra atividade que precisasse ser desenvolvida naquele momento de crise sanitária. Por isso, está confirmada a tese de que a pandemia do Covid-19, ao tornar o trabalho remoto obrigatório, produziu impactos nas relações familiares, sociais e intelectuais, nas mulheres docentes do Câmpus Pelotas do IFSul, gerando consequências negativas para essas profissionais nos aspectos físico, mental, social e intelectual.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, N. Perspectivas feministas e o conceito de patriarcado na sociologia clássica e no pensamento sociopolítico brasileiro. *In*: AGUIAR, N. (org.). **Gênero e Ciências Humanas**: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1997. p. 161-191.
- ALVES, R. Tudo sobre o coronavírus Covid-19: da origem à chegada ao Brasil. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 27 fev. 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2020/02/27/interna_nacional,1124795/tud o-sobre-o-coronavirus-COVID-19-da-origem-a-chegada-ao-brasil.shtml. Acesso em: 2 set. 2021.
- ANJOS, E. dos. Um estudo das formas de trabalho, durante e após a pandemia de Covid-19, nas universidades federais brasileiras a partir das perspectivas de docentes e técnico-administrativos. 2022. 98 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Engenharia de Produção) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.
- ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.
- AQUINO, E. M. L. *et al.* Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de covid-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, supl. 1, p. 2423-2446, jun. 2020. DOI: 10.1590/1413-81232020256.1.10502020.
- ARAÚJO, J. J. C. do N.; MOURÃO, A. R. B. O trabalho precário nos Institutos Federais: uma análise dos processos de intensificação do trabalho verticalizado. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 47, p. e226325, 2021. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/186946. Acesso em: 3 mar. 2023.
- ARAÚJO, T. M.; LUA, I. O trabalho mudou-se para casa: trabalho remoto no contexto da pandemia de covid-19. Ensaio / dossiê Covid-19 e saúde do trabalhador. **Revista Brasileira Saúde Ocupacional**, [s. l.], n. 46, p. 1-11, 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/2317-6369000030720.
- ARAÚJO, T. S. de. **Universidade em tempos de pandemia**: um estudo sobre os impactos da adoção do teletrabalho na percepção de servidores públicos. 2020. 94 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Processos Institucionais) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.
- ARRUZZA, C. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Revista Outubro**, [s. l.], n. 23, p. 33-58, 2015. Disponível em http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/06/2015_1_04_Cinzia-Arruza.pdf. Acesso em: 19 nov. 2022.
- BARBOUR, M. K.; HODGES, C. B.; LABONTE, R.; K KELLY, K.; MOORE, S.; LOCKEE, B. B.; TRUST, T.; BOND, M. **Entendendo a pedagogia pandêmica**: diferenças entre ensino remoto, remoto e online de emergência. Canada: [s. n.], 2020. Disponível em:
- https://www.researchgate.net/publication/347535715_understanding_pandemic_pedago gy_differences_between_emergency_remote_remote_and_online_teaching. Acesso em: 18 set. 2021.

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARBOSA, R. P. Relações de gênero e a lógica da competência no mercado de trabalho. **Revista de Carreiras e Pessoas**, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 36-52, 2013.
- BARROS, J. D. História, espaço e tempo interações necessárias. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 460-476, jul./dez. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/vh/a/YyzTrkd3ZMCMwDMw37cQTsv/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 20 mar. 2023.
- BARROSO, L. R. A Educação Básica no Brasil: do atraso prolongado à conquista do futuro. **Direitos Fundamentais & Justiça**, Belo Horizonte, ano 13, n. 41, p. 117-155, jul./dez. 2020. Disponível em: https://dfj.emnuvens.com.br/dfj/article/view/812. Acesso em: 3 mar. 2023.
- BARROSO, M. F. Notas para o debate das relações de exploração-opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/7j9vg6SZxtg6bxSDqc9CHLd/#. Acesso em: 5 mar 2022.
- BEHAR, P. A. O ensino remoto emergencial e a educação a distância. **Jornal da Universidade**, 6 July 2020. Disponível em:
- https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-o-ensino-remoto-emergencial-e-a-educacao-a-distancia/. Acesso em: 20 mar. 2023.
- BELL, D. **O advento da sociedade pós-industrial**: uma tentativa de previsão social. Tradução de The Coming of Post-Industrial Society. São Paulo: Cultrix, 1977.
- BELO, J. M. B.; COUTINHO, D. J. G. Pós-Graduação e o adoecimento do docente, bem como, a relação produtivismo x adoecimento na academia. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 798-807, mar. 2022. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/4644. Acesso em: 12 maio 2023.
- BERNARDES, N. M. G. Ser mulher, ser homem: significações construídas por crianças de classes populares. *In*: JACQUES, M. G. C. (ed.). **Relações sociais e ética**. Porto Alegre: Abrapso, 1995. p. 219-232.
- BIMBATI, A. P. Qual é a situação dos professores brasileiros durante a pandemia? **Nova Escola**, São Paulo, 30 jun. 2020. Disponível em: https://novaescola.org.br/conteudo/19386/qual-e-a-situacao-dos-professores-brasileiros-durante-a-pandemia. Acesso em: 19 mar. 2023.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Tradução de Carmen C, Varriale *et al*. (coord.). Tradução de João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. Brasília, DF: Editora da UnB, 1998.
- BOBBIO, N.; BOVERO, M. **Sociedade e estado na filosofia política moderna**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BOURDIEU, P. (coord.) A miséria do mundo. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BRABO, T. S. A. M. Cidadania da mulher professora. São Paulo: Icone Editora, 2005.

- BRASIL. **Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm. Acesso em: 7 mar. 2023.
- BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm. Acesso em: 7 mar. 2023.
- BRASIL. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm. Acesso em: 7 mar. 2023.
- BRASIL. **Decreto nº 7.589, de 26 de outubro de 2011**. Institui a Rede e-Tec Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7589.htm. Acesso em: 7 mar. 2023.
- BRASIL. **Decreto Legislativo nº 6, de 2020**. Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/DLG6-2020.htm. Acesso em: 16 nov. 2023.
- BRASIL. **Emenda à Constituição nº 186, de 2019**. Altera o texto permanente da Constituição e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre medidas permanentes e emergenciais de controle do crescimento das despesas obrigatórias e de reequilíbrio fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal, 2019. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/139702. Acesso em: 16 nov. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Promulgada para proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, e a livre formação da personalidade de cada indivíduo. Brasília, DF: Senado Federal, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/esporte/pt-br/acesso-a-informacao/lgpd. Acesso em: 26 dez. 2023.
- BRASIL. Lei nº 9394, de 20 dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 14 nov. 2023.
- BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, dez. 2008.
- BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis

nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm. Acesso em: 14 nov. 2023.

BRASIL. Ministério Da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) jul. 2020/dez. 2024**: infraestrutura. 2021. cap. 7. Disponível em: http://www.ifsul.edu.br/extensaopiiex/item/download/27959_f92f15805a4490b7fc2027c6b90fdd77. Acesso em: 24 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ofício circular SETEC/MEC 72/2015**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2015.

BRASIL. Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres – ONU Mulheres. Secretaria de Políticas para Mulheres/Ministério da Mulher, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça. **Diretrizes para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres**. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2016. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/diretrizes_feminicidio.pdf. Acesso em: 23 jan. 2024.

BROOKS, S. K.; WEBSTER, R. K.; SMITH, L. E.; WOODLAND, L.; WESSELY, S.; GREENBERG, N.; RUBIN G. J. The psychological impact of quarantine and how to reduce it: rapid review of the evidence. **The Lancet**, [s. l.], v. 395, p. 912-920, Mar. 2020. Disponível em: https://www.thelancet.com/action/showPdf?pii=S0140-6736%2820%2930460-8. Acesso em: 16 nov. 2023.

BUCK, F. M. C. **Entre úteros e pandemônios**: mulheres mães educadoras e suas significações durante o processo de isolamento social no ano de 2020. 2022. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação: Psicologia da Educação) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p 537-572, set./dez. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742007000300003. Acesso em: 8 set. 2022.

CÂMARA DE DEPUTADOS. **Projeto de lei cria novo auxílio emergencial no valor de R\$ 600**. Trabalho, Previdência e Assistência. Brasília, DF, 9 fev. 2021. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/726761-projeto-de-lei-cria-novo-auxilio-emergencial-no-valor-de-r-600/. Acesso em: set. 2021.

CAMARGO, M. Violência e saúde: ampliando políticas públicas. **Jornal da Rede Saúde**, São Paulo, n. 22, P. 6-8, nov. 2003. Disponível em: http://www.redesaude.org.br/ jornal/html/body_jr22-marcia-camargo.html. Acesso em: 1 ago. 2022.

CARNEIRO. S. A batalha de Durban. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 10, n. 1, p. 209-214, 2002.

CARNEIRO. S. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/ea/a/Zs869RQTMGGDj586JD7nr6k/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 22 nov. 2023.

CASTEL, R. As metamorfoses da questão social. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CASTILHO, C. T.; RIBEIRO, S. P.; UNGHERI, B. O. Distanciamento Social e Tempo Livre: Paradoxos Vivenciados por Estudantes da Universidade Estadual de Minas Gerais no Âmbito do Lazer. **Licere**: Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, Belo Horizonte, v. 23, n. 3, p. 93-125, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/25216. Acesso em: 8 set. 2023.

CASTRO, E. A.; QUEIROZ, E. R. de. Educação a distância e ensino remoto: distinções necessárias. **Revista Nova Paideia**: Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa. Brasília, DF, v. 2, n. 3, p. 3-17, 2020. Disponível em: https://ojs.novapaideia.org/index.php/RIEP/article/view/40. Acesso em: 25 ago. 2022.

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. *In*: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (org.). **Ensino Médio integrado**: concepção e contradições. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2012. cap. 3, p. 83-106.

CISNE, M. Direitos humanos e violência contra as mulheres: uma luta contra a sociedade patriarcal-racista-capitalista. **Revista Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 18, n. 1, p. 138-154, jul./dez. 2015. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/23588/17726. Acesso em: 23 jan. 2024.

COLOMBO, I. M. Escola de Aprendizes Artífices ou Escola de Aprendizes e Artífices? **Educar em Revista**, Curitiba, v. 36, p. e71886, 2020.

CORRÊA, M. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, p. 13-30, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cpa/a/Xmvqhg4YYJxm7w5zwjk9dsd/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 21 dez. 2022.

CONCEIÇÃO, V. M. da. Impactos da pandemia de Covid-19 no lazer e no trabalho do professor universitário em home office. **Licere**: Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, Belo Horizonte, v. 24, n. 3, p. 490-526, set. 2021. DOI: https://doi.org/10.35699/2447-6218.2021.36337.

COULON, A. Etnometodologia e educação. Petrópolis: Vozes, 1995.

DAHRENDORF, R. **O conflito social moderno**. São Paulo: Jorge Zahar Editor/EDUSP, 1992.

DATASENADO. **Impactos da pandemia na educação no Brasil**. 10 fev. 2022. Disponível:

https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/materias/pesquisas/impactos-da-pandemia-na-educacao-no-brasil. Acesso em: 30 jun. 2023.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos**.

- São Paulo, 2021. Disponível em
- https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/analiseCestaBasica202102.html. Acesso em: 5 set. 2021.
- DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- DUARTE, N. Por que é necessária uma análise crítica marxista do construtivismo? *In*: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (Org.) **Marxismo e educação**: debates contemporâneos. 2. ed. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR, 2008. p. 203-21.
- DUARTE, K. A.; MEDEIROS, L. da S. Desafios dos docentes: as dificuldades da mediação pedagógica no ensino remoto emergencial. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: EDUCAÇÃO COMO (RE)EXISTÊNCIA: MUDANÇAS, CONSCIENTIZAÇÃO E CONHECIMENTOS, 7., 15 a 17 out. 2000, Maceió. **Anais** [...]. Maceió: [s. n.], 2000. Disponível em:
- http://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/68292. Acesso em: 5 mar. 2021.
- ENCONTRO INTERNACIONAL DIREITO A SAÚDE, COBERTURA UNIVERSAL E INTEGRIDADE POSSÍVEL. [S. l.: s. n.], [2016?]. Disponível em: https://www.almg.gov.br/export/sites/default/acompanhe/eventos/hotsites/2016/encontro_internacional_saude/documentos/textos_referencia/00_palavra_dos_organizadores.pd f. Acesso em: 14 nov. 2023.
- ENGELS, F. **El origem de la familia, de la propiedad privada e del Estado**. Buenos Aires: Clariedad, 1997. Original publicado em 1884.
- FARIA, N.; MELLO, M. S. **Desafios para a construção da autonomia econômica para as mulheres**. [2015]. Documento especial n. 8, parte 1. Disponível em: https://www.cress-mg.org.br/Upload/Pics/55/55227072-4f8b-4bd7-8b19-7307c10e87d4.pdf. Acesso em: 23 jan. 2024.
- FAYAD, R. F. M. **Qualidade de vida no teletrabalho**: um estudo de caso na Universidade de Brasília. 2021. 134 f. Graduação (Mestrado em Gestão Pública) Universidade de Brasília Faculdade UnB Planaltina, Brasília, DF, 2021.
- FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. New Aurelian dictionary of the Portuguese language. 3. ed. rev., aum. Curitiba: Positivo, 2004.
- FIALHO, L. Racismo e machismo mantêm mulheres negras no grupo de menores salários do país. **Brasil de Fato**, 1 fev. 2018. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2018/02/01/intelectual-e-feminista-lelia-gonzalez-a-mulher-que-revolucionou-o-movimento-negro/. Acesso em: 20 mar. 2023.
- FIALHO, L. M. F.; NEVES, V. N. S. Professores em meio ao ensino remoto emergencial: repercussões do isolamento social na educação formal. **Educação Pesquisa**, São Paulo, v. 48, p. e260256, 2022.
- FIGUEIREDO, E.; RIBEIRO, C.; PEREIRA, P.; PASSOS, C. Teletrabalho: contributos e desafios para as organizações. **Revista Psicologia, Organização e Trabalho**, [s. n.], v. 21, n. 2, p. 1.427-1.438, abr./jun. 2021.

- FIGUEIREDO, L. C. As diversas faces do cuidar: considerações sobre a clínica e a cultura. *In*: MAIA, M. S. (org.). **Por uma ética do cuidado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. p. 121-140.
- FLICK, U. Qualidade na pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FONSECA, C.; CARDARELLO, A. Derechos de los más y menos humanos. *In*: TISCORNIA, S.; PITA, M. (comp.). **Derechos Humanos, tribunales y policías en Argentina y Brasil**. Buenos Aires: Antropofagia. 1999.
- FONSECA, T. M. G. Gênero, subjetividade e trabalho. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FORMOSINHO, J. **Formação de professores**: aprendizagem profissional e ação docente. Porto: Porto Editora, 2009.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Mercado de trabalho**: conjuntura e análise. Brasília, DF: IPEA, 2022. ano 28. Disponível em:
- https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11175/1/bmt_73_determinantes.pdf Acesso em: 21 mar. 2023.
- GARCÍA LINERA, Á. Estado, democracia y socialismo. *In*: COLOQUIO INTERNACIONAL DEDICADO A LA OBRA DE NICOS POULANTZAS: UN MARXISMO PARA EL SIGLO, 21., 16 jan. 2015, Espanha. **Proceedings** [...]. Espanha: Universidad de la Sorbona, 2015. Disponível em: https://rebelion.org/estado-democracia-y-socialismo/. Acesso em: 5 set. 2021.
- GESTRADO. **Grupo de estudos sobre política educacional e trabalho docente** UFMG: 2020. Disponível em: https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2021/09/TRABALHO-DOCENTE-EM-TEMPOS-DE-PANDEMIA-3108-compactado.pdf. Acesso em: 22 mar. 2023.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- G1 SP/São Paulo. **Primeiro caso confirmado de Covid-19 no Brasil ocorreu em SP e completa seis meses nesta quarta**. São Paulo, 26 ago. 2020. Disponível em https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/08/26/primeiro-caso-confirmado-de-COVID-19-no-brasil-ocorreu-em-sp-e-completa-seis-meses-nesta-quarta.ghtml. Acesso em: 18 set. 2021.
- GONÇALVES, R.; SOUZA, E. Â. de. Somos todes youtubers? Indústria 4.0 e precarização do trabalho docente em tempos de pandemia. **Serviço Social & Sociedade**, [s. l.], n. 144, p. 33-51, maio 2022.
- GURGEL, T. O feminismo como sujeito coletivo total: a mediação da diversidade. **Cadernos de Crítica Feminista** SOS Corpo, Recife, n. 4, p. 30-48, 2010,
- HERITAGE, J. C. Etnometodologia. *In*: GIDDENS, A.; TURNER, J. **Teoria social hoje**. São Paulo: Unesp, 1999.
- HILESHIEM, B. Trabalho doméstico: o serviço de sempre. *In*: STREY, M. N.; CABEDA, S. T. L.; PREHN, D. R. (ed.) **Gênero e cultura**: questões contemporâneas, Porto Alegre: Editora da PUCRS, 2004. p. 39-52.

HIGH SECURITY CENTER (HSC). **LGPD**: Lei Geral de Proteção de Dados do Brasil. 2019. Disponível em: https://www.hscbrasil.com.br/lgpd/. Acesso em: 26 dez. 2023.

HIRATA, H. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

HOFFMANN, A. F.; LEDESMA, R.; LIPORACE, M. F. Estilos e estratégias de aprendizagem em estudantes universitários de Buenos Aires. **Revista Psicologia**, [s. l.], v. 35, n. 2, p. 535-573, 2017. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rp/v35n2/a05v35n2.pdf. Acesso em: 17 nov. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Mulheres dedicam mais horas aos afazeres domésticos e cuidado de pessoas, mesmo em situações ocupacionais iguais a dos homens. **Agência IBGE Notícias**, Brasília, DF, 26 abr. 2019. Disponível em: https://iplogger.com/2kaXW4. Acesso em: 18 set. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE (IFSUL). **Ensino**. 2020. Disponível em:

http://www.ifsul.edu.br/component/k2/item/529-ensino. Acesso em: 1 maio 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE (IFSul). **Câmpus**. 2023a. Disponível em: http://intranet.ifsul.edu.br/catalogo/campus. Acesso em: 24 fev. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE (IFSul). **Estrutura Física**. Câmpus Pelotas. 2017. Disponível em: http://pelotas.ifsul.edu.br/institucional/estrutura-fisica. Acesso em: 24 fev. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE (IFSul). **Histórico**, 2023b. Disponível em:

http://www.sapucaia.ifsul.edu.br/instituto/16-sobre/92-historico. Acesso: 12 out. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE (IFSul). **Plataforma Mundi**: cursos gratuitos do IFSul. 2023c. Disponível em: https://mundi.ifsul.edu.br/portal/ Acesso em: 15 jun. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE (IFSul). **Projeto Pedagógico Institucional (PPI)**. 2015. Disponível em: http://www.ifsul.edu.br/projeto-pedagogico-institucional. Acesso em: 12 fev. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE. **Projeto Pedagógico Institucional**: uma construção participativa, 2006. Disponível em:

http://www.ifsul.edu.br/images/documentos/projeto_pedagogico_institucional___.pdf. Acesso em: 24 fev. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE. (IFSul). **Relatório de gestão 2021**. 2022. Disponível em: http://www.ifsul.edu.br/component/k2/item/1961-relatorio-de-gestao-2021. Acesso em: 12 fev. 2023.

KEIL, I. M. Capitalismo, ordem social e exclusão: por uma discussão de teorias. *In*: BAQUERO, M. (ed.) **Reinventando a sociedade na América latina**: cultura política, gênero, exclusão e capital social. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001. p. 71-115.

- KOSMINSKY, E. V.; SANTANA, J. N. Crianças e jovens e o trabalho doméstico: A construção social do feminino. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 9, n. 2, p. 227-236, jul./dez. 2006.
- LASSWELL, H. The Status of Research on International Propaganda and Opinion in Papers and Proceedings of the American Sociological Society. Chicago: University of Chicago Press, 1925. v. 20.
- LEON, M. Empoderamiento: relaciones de las mujeres con el poder. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, p. 191-207, 2000.
- LIMA, J. Trabalho, precarização e sindicalismo: os trabalhadores e as cooperativas de trabalho. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 11, n. 21, p. 59-71, 1997.
- LIMA, J. V. da S.; SOARES, B. dos A.; MARAN, B. M.; SOUZA, L. A. de; HYPPOLITO, M. Â.; REIS, A. C. M. B. COVID-19 e a adaptação ao ensino remoto emergencial: revisão de escopo. **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 55, n. 4, p. e-196129, 2022.
- LIMA, M. T. F. de. **Influência da pandemia para os trabalhadores da educação**: o caso de uma instituição federal de ensino superior. 2022. 120 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Educacional) Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre, 2022.
- LOSEKANN, R. G. C. B.; MOURÃO, H. C. Desafios do teletrabalho na pandemia covid-19: quando o home vira office. **Caderno de Administração**, Maringá, v. 28, 71-75, 2020. Edição especial. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CadAdm/article/view/53637/751375150139.
- https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CadAdm/article/view/5363///513/5150139 Acesso em: 17 nov. 2023.
- LYNN, DAVIES. L; BENTROVATO, D. **Understanding education's role in fragility; synthesis of four situational analyses of education and fragility**: Afghanistan, Bosnia and Herzegovina, Cambodia, Liberia. [*S. l.*]: International Institute for Educational Planning, 2011.
- MACHADO, M. C. **O peso de estar em casa**: uma análise acerca da percepção das profissionais docentes em relação a sobrecarga de trabalho no *home office*. 2021. 105 f. Dissertação (Graduação em Administração) Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, 2021.
- MATOS, L. da S.; PINHEIRO, W. da C.; BAHIA, M. C. Vivências do Lazer para Discentes do Curso de Educação Física da Universidade Federal do Pará no Contexto de Pandemia da Covid 19. **Licere**: Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, Belo Horizonte, v. 23, n. 3, p. 251-288, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/25433. Acesso em: 16 nov. 2023.
- MARCELLINO, N. C. Lazer e educação. 17. ed. Campinas: Papirus, 2012.
- MARUANI, M.; REYNAUD, E. Sociologie de l'emploi. La Découverte: Paris, 1993.
- MATIAS, A. B.; FALCÃO, M. T. C.; GROSSEMAN, S.; GERMANI, A. C. C. G.; SILVA, A. T. C. da. A pandemia da Covid-19 e o trabalho docente: percepções de professores de uma universidade pública no estado de São Paulo, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 537-546, 2023.

- MAYOR, S. T. S.; SILVA, M. de S.; LOPES, C. G. Perspectivas sobre o Lazer das Mulheres com a Pandemia do Novo Coronavírus: reflexões a partir dos dados da pesquisa "O Lazer no Brasil Representações e Concretizações das Vivências Cotidianas". **Licere**: Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, Belo Horizonte, v. 23, n. 3, p. 163-189, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/25363/19725. Acesso em: 16 nov. 2023.
- MENEGHEL, S. N.; PORTELLA, A. P. Feminicídios: conceitos, tipos e cenários. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 9, p. 3.077-3.086, 2017. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232017229.11412017.
- MILL, J. S. The subjection of women. New York: Dover Publications, 1991.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 2. ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1993.
- MIOTO, R. C. T. Política social e trabalho familiar: questões emergentes no debate contemporâneo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 699-720, out./dez. 2015. DOI: https://doi.org/10.1590/0101-6628.047.
- MORESI, E. Metodologia da pesquisa. Brasília, DF: Editora da UCB, 2003.
- MOYA, I. **Machismo**: você entende mesmo o que significa? 2019. Disponível em: https://www.politize.com.br/o-que-e-machismo/. Acesso em: 20 mar. 2022.
- NARDI, H. C. A propriedade social como suporte da existência: a crise do individualismo moderno e os modos de subjetivação contemporâneos. **Psicologia & Sociedade**, [s. l.], v. 1, n. 15, p. 37-56, 2003.
- NARVAZ, M. G. **Submissão e resistência**: explodindo o discurso patriarcal da dominação feminina. 2005. 185 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Famílias e Patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicologia & Sociedade**, [s. l.], n. 18, v. 1, p. 49-55, jan./abr. 2006.
- NEVES, da C. Gêneros discursivos, cidade e Ensino de Geografia: aproximações teórico-metodológicas a partir de folders de condomínios fechados. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 10, n. 19, p. 641-660, jan./jun. 2020. Disponível em: https://revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/716. Acesso em: 16 nov. 2023.
- NÓVOA, A. Os professores e as histórias da sua vida. *In*: NÓVOA, A. (org.). **Vidas de professores**. 2. ed. Porto: Porto Editora, 2007. p. 11-30.
- OLIVEIRA, M. B. M.; BORGES, E V; LIMA, T. B de. Inclusão digital e as políticas públicas: qual o papel da escola e do professor? **Interletras**: Revista Transdisciplinar de Letras Educação e Cultura da UNIGRAM, [s. l.], v. 9, ed. 32, p. 1-18, 2021.
- OLIVEIRA, S. da S.; SILVA, O. S. F.; SILVA, M. J. de O. Educar na incerteza e na urgência: implicações do ensino remoto ao fazer docente e a reinvenção da sala de aula. **Interfaces Científicas**, Aracaju, v. 10, n. 1, p. 25-40, 2020. Número temático. https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/download/9239/4127. Acesso em: 16 nov. 2023.

- ONU MULHERES Brasil. ONU Mulheres lança materiais com diretrizes para inclusão de mulheres e meninas na resposta à pandemia de Covid-19. 2020.
- Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/noticias/onu-mulheres-lanca-materiais-com-diretrizes-para-inclusao-de-mulheres-e-meninas-na-resposta-a-pandemia-de-Covid-19/. Acesso em: 20 mar. 2023.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Trabalho doméstico**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/temas/trabalho-domestico/lang--pt/index.htm. Acesso em: 8 jul. 2022.
- ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Histórico da pandemia de Covid-19**. Folha informativa sobre Covid-19. 2019. Disponível em https://www.paho.org/pt/COVID19/historico-da-pandemia-COVID-19. Acesso em: set. 2021.
- PEREIRA, G. Freire e a educação comunitária/popular: caminhos de vivência emancipatória, participativa e inclusiva. **Dialogia**, São Paulo, n. 42, p. e23055, set./dez. 2022. Disponível em: https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/23055/9987. Acesso em: 17 set. 2023.
- PESSOA, A. R. R.; MOURA, M. M. M.; FARIAS, I. M. S. de. A composição do tempo social de mulheres professoras durante a pandemia. **Licere**: Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 161-194, mar. 2021. Disponível em:
- https://docs.bvsalud.org/biblioref/2021/06/1247945/29532-texto-do-artigo-87992-1-10-20210219.pdf. Acesso em: 16 nov. 2023.
- POGIBIN, J. G. Impactos do trabalho remoto na Universidade Federal de Santa Catarina. 2022. 91 f. Dissertação (Mestrado Profissional Graduação em Administração) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.
- PANDJIARJIAN, V. **Os estereótipos de gênero nos processos judiciais e a violência contra a mulher na legislação**. [*S. l.: n. d.*], 2003. Disponível em: www.cladem.org/htm. Acesso em: 28 jun. 2022.
- PORTES, L. F.; PORTES, M. F.; FAQUIN, E. S. O Ensino remoto emergencial e as suas implicações para a formação profissional de Assistentes Sociais: a experiência do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina PR (Emergengy remote teaching and its implications for the ...). **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 21, p. 1-23, 2021. DOI: 10.5212/Emancipacao.v.21.2118186.034.
- POSSATI, I. C.; DIAS, M. R. Multiplicidade de papéis da mulher e seus efeitos para o bem-estar psicológico. **Psicologia: Reflexão & Crítica**, Porto Alegre, n. 15, p. 293-301, 2002.
- PRÁ, J. R. Cidadania de gênero, capital social, empoderamento e políticas públicas no Brasil. *In*: BAQUERO, M. (org.). **Reinventando a sociedade na América Latina**: cultura política, gênero, exclusão e capital social. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001. p. 173-208.
- PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO (UFES). **Portal virtual**. 2023. Disponível em: https://progep.ufes.br/cargo-e-t%C3%A9cnico-em-assuntos-

- educacionais#:~:text=Planejar%2C%20supervisionar%2C%20analisar%20e%20reform ular,sistema%20e Acesso em: 20 dez. 2023.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (org.). **A Colonialidade do Saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso, 2005, p. 105-127. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sursur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 18 jun. 2020.
- RAGO, M. Trabalho feminino e sexualidade. *In*: DEL PRIORE, M. (org.). **História das mulheres do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 578-606.
- RIBEIRO, A. I. M. Mulheres educadas na Colônia. *In*: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 79-94.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. Cultura, direitos humanos e poder: mais além do império e dos humanos direitos: por um universalismo heteroglóssico. **Série Antropologia**, Brasília, DF, v. 340, p.1-16, 2003.. Disponível em: http://www.dan2.unb.br/images/doc/Serie340empdf.pdf. Acesso em: 15 mar. 2022.
- RIBEIRO, T. R. A formação do trabalhador na sociedade capitalista. **Revista Trabalho Necessário**, [*s. l.*], v. 17, n. 32, p. 242-260, jan. /abr. 2019. DOI: https://doi.org/10.22409/tn.17i32.p28311.
- ROCHA, E. K. G. T.; PINTO, F. M. O desafio conceitual do trabalho doméstico à psicologia do trabalho. **Fractal**, [s. l.], v. 30, n. 2, p. 145-153, 2018.
- RODRIGUES, T. D. DE F.; OLIVEIRA, G. S. de; SANTOS, J. A dos. Pesquisas Qualitativas e Quantitativas na Educação. **Revista Prisma**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 154-174, dez. 2021.
- ROMERO, E. A (In)visibilidade da mulher atleta no jornalismo esportivo do Rio de Janeiro. *In*: SIMÕES, A. C.; KNIJNIK, J. D. (org.). **O mundo psicossocial da mulher no esporte**: comportamento, gênero e desempenho. São Paulo: Aleph, 2001. p. 213-252.
- RONDINI, C. A.; PEDRO, K. M.; DUARTE, C. dos S. Pandemia do Covid-19 e o Ensino Remoto Emergencial: mudanças na práxis docente. **Interfaces Científicas**: Educação, Aracaju, v. 10, n. 1, p. 41-57, 2020. Disponível em: https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/9085. Acesso em: 26 set. 2023.
- ROSSI, J. P. G.; MARES, T. F. L.; MAIO, E. R. Mulheres, professoras e pesquisadoras: vivências em tempos de pandemia. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v. 10, n. 00, p. e024032, 2022. DOI: 10.20396/riesup.v10i00.8670871.
- SAE-DIGITAL. **O que são aulas remotas**. São Paulo, [2023?]. Disponível em: https://sae.digital/aulas-remotas/. Acesso em: 15 mar. 2023.
- SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes**: mitos e realidade. Rio de Janeiro: Rocco, 1979.
- SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 16, p. 115-136, 2001.

- SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SAFFIOTI, H. I. B. **Ontogênese e filogênese do gênero**: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. São Paulo: Flacso Brasil, 2009.
- SANTANA, A. N. de; ROAZZI, A. *Home Office* e Covid-19: investigação metaanalítica dos efeitos de trabalhar em casa. **Revista Psicologia**: Organizações e Trabalho, [s. l.], v. 21, n. 4, p. 1.731-1.738, 2021.
- SANTOS, T. S. Gênero e políticas Sociais novos condicionamentos sobre a estrutura familiar. **Ser Social**, Brasília, DF, v. 10, n. 22, p. 97-128, jan./jun. 2008.
- SANTOS, K. D. A.; SILVA, J. P. da. Sentido de vida e saúde mental em professores: uma revisão integrativa. **Revista SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 23, n. 1, p. 131-145, jun. 2022. Disponível em:
- http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702022000100011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 ago. 2023.
- SILVA, A. H; FOSSÁ, M. I. T. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualit@s Revista Eletrônica**, [s. l.], v. 17, n. 1, 2015. Disponível em: http://www.fei.am.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/2113-7552-1-PB.pdf. Acesso em: 1° set. 2023.
- SILVA, I. G. da; CRUZ, P. J. S. C; FALCÃO, E. F. Educação popular e prevenção ao uso abusivo de álcool e outras drogas: tecendo algumas aproximações: popular education and preventing the abuse of alcohol and other drugs: weaving some approximations. **RTE**: Revista Temas em Educação, João Pessoa, v. 28, n. 1, p. 247-261, jan./abr. 2019. Disponível em:
- https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/44577. Acesso em: 18 ago. 2023.
- SILVA, R. S. indesejadas: aborto provocado. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 1, p. 123-134, 1993.
- SILVA, K. C. P. da. Patriarcado, capitalismo, feminismo e a posição política da mulher na história. **Pólemos**, Brasília, DF, v. 7, n. 13, p. 233-240, 2018. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/polemos/article/view/16760/15042. Acesso em: 14 nov. 2023.
- SILVEIRA, C. V. **Aspectos relevantes para a avaliação de desempenho no formato de trabalho remoto**: estudo de caso com servidores de uma unidade acadêmica de instituição federal. 2022. 85 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Engenharia de Produção) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.
- SMITH, A. A riqueza das nações. São Paulo, Editora Abril Cultural, 1983.
- SOUZA, D. G. de; MIRANDA, J. C. Desafios da implementação do ensino remoto. **Boletim de Conjuntura**: Boca, Boa Vista, ano 2, v. 4, n. 11, p. 81-90, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.4252805.
- SOUZA, K. R. de; RODRIGUES, A. M. dos S.; FELIX, E. G.; GOMES, L.; ROCHA, G. L. da; CONCEIÇÃO, R. do C. M.; ROCHA, F. S. da; PEIXOTO, R. B. Trabalho remoto, saúde docente e greve virtual em cenário de pandemia. **Trabalho, Educação e Saúde**, [s. l.], v. 19, p. e00309141, 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00309.

- STREY, M. N. Será o século XXI o século das mulheres? *In*: STREY, M. N. (org.). **Construções e perspectivas em gênero**. São Leopoldo: Unisinos, 2000. p. 9-18.
- SZYMANSKI, H. Teorias e "teorias" de famílias. *In*: CARVALHO, M. C. B. (org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC, 1997. p. 23-27.
- TANURI, L. M. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 61-88, ago. 2000.
- TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis: Vozes, 2014.
- TEIXEIRA, A. B. M.; FREITAS, M. M. Mulheres na docência do Ensino Superior em cursos de Física. **Ensino Em Re-Vista**, [s. l.], v. 21, n. 2, p. 329-340, jul./dez. 2014. Disponível em:
- http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/download/28029/15436. Acesso em: 24 fev. 2023.
- TOLEDO, C. **Mulheres**: o gênero nos une, a classe nos divide. Série Marxismo e opressão. 2. ed. São Paulo: José Luís e Rosa Sundermann, 2003.
- TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DE MATO GROSO. Pesquisa aponta que afazeres domésticos dificultam *Home Office* para 64,5% das mulheres. **TRT NOTÍCIAS**, [S. l.], 6 ago. 2020. Disponível em:
- https://portal.trt23.jus.br/trtnoticias/noticias/fique-sabendo-fique-por-dentro/23351. Acesso em 19/01/2023.
- TROITINHO, M. da C. R.; SILVA, I. B. da; SOUSA, M. M.; SANTOS, A. D. da; MAXIMINO, C. Ansiedade, afeto negativo e estresse de docentes em atividade remota durante a pandemia da Covid-19. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 19, 2021, p. e00331162. DOI: 10.1590/1981-7746-sol00331.
- VALENTE, J. Síndrome de Burnout é reconhecida como fenômeno ocupacional pela OMS. **Repórter Agência Brasil**, Brasília, DF, 16 jan. 2022. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2022-01/sindrome-de-burnout-ereconhecida-como-fenomeno-ocupacional-pela-oms. Acesso em: 22 nov. 2023.
- VEIGA-NETO, A. V. Currículo, cultura e sociedade. **Educação Unisinos**, Porto Alegre, v. 8, n. 15, p. 157-171, 2004.
- VERAS, R.; NASCIMENTO, T. da; OLIVEIRA, R. A.; LIMA, N. de C.; SILVEIRA, L. de C.; FILHO, A. A. da C.; SILVÉRIO, C. M. A vulnerabilidade de gênero frente aos desafios enfrentados na pandemia de Covid-19. *In*: CONGRESSO IBERO-AMERICANO EM INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA, 11., 2022, Corunha. **Anais** [...]. Corunha: Faculdade de Ciências da Educação da Universidade da Corunha, 2022. v. 1. p. 1-13.
- VIOLÊNCIA FEMININA EM DADOS. **Violência contra as Mulheres em Dados**: plataforma reúne pesquisas, fontes e sínteses sobre o problema no Brasil. Coordenação do projeto: Eliane Barros e Marisa Sanematsu. 2022. Disponível em: https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/. Acesso em 18 mar. 2023.
- WEBER, M. A ética protestante e o espírito do capitalismo. 19. ed. São Paulo: Pioneira, 1987.

WEEKS, K. Convite a ir além do sistema trabalho-e-família. **Outras Palavras**, São Paulo, 17 nov. 2021. Disponível em: https://outraspalavras.net/pos-capitalismo/convite-a-ir-alem-do-sistema-trabalho-e-familia/. Acesso em: 14 nov. 2023.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICE A – ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM DOCENTES

PERGUNTAS PARA AS MULHERES DOCENTES DO CÂMPUS PELOTAS DO IFSul

Prezadas docentes dos cursos superiores do IFSul!

Estou realizando uma pesquisa para minha pesquisa de doutorado e gostaria de saber mais sobre a experiência que tiveram como mulheres docentes do Câmpus Pelotas do IFSul durante o período de trabalho remoto ocorrido durante a pandemia de Covid-19. Sua participação é muito importante para que eu possa compreender melhor o fazer docente das mulheres em nossa instituição, em um período tão complexo e inseguro como o vivenciado entre 2020-2022.

Grata!

A pandemia de Covid-19, ao tornar o trabalho remoto obrigatório produziu nas docentes do Câmpus Pelotas do IFSul muitas mudanças em suas rotinas diárias. Sendo assim, gostaria de saber um pouco mais sobre a sua experiência durante o trabalho remoto gerado pelo ERE causado pela pandemia respondendo às questões a seguir!

- 1) Durante a pandemia de Covid-19 como foi sua prática docente durante o trabalho Remoto?
- 2) Como foi para você gerenciar as atividades profissionais via Trabalho Remoto e as demais atribuições inerentes ao seu gênero?
- 3) Você teve sintomas de adoecimento físico e/ou mental durante o desenvolvimento das suas atividades durante o Trabalho Remoto na pandemia? Se sim, poderia relatar para mim?
- 4) Na sua percepção houve mudanças em suas relações sociais e intelectuais durante o Trabalho Remoto desempenhado no período pandêmico?
- 5) Você sentiu a necessidade de aprender/lidar/estudar/se apropriar/ das tecnologias educacionais para desempenhar a docência durante a vigência do Trabalho Remoto?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DA PESQUISA



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E TECNOLÓGICAS PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DA PESQUISA INTITULADA "IMPACTOS DO TRABALHO REMOTO REALIZADO PELA MULHER DOCENTE DURANTE A PANDEMIA: UM ESTUDO DE CASO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL -RIO -GRANDENSE (IFSul)".

Meu nome é Christine Moreira Morales, sou aluna do Curso de Doutorado do Programa de Pós Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas e estou realizando esta pesquisa intitulada "IMPACTOS DO TRABALHO REMOTO REALIZADO PELA MULHER DOCENTE DURANTE A PANDEMIA: UM ESTUDO DE CASO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE (IFSul)" sob a orientação da Profa. Dra. Vini Rabassa da Silva. Gostaria de convidar você para participar do estudo, respondendo a uma entrevista que será gravada, para que nenhum detalhe importante seja perdido. Os dados coletados serão usados somente nesta pesquisa, que possui o objetivo de "Analisar os impactos do trabalho remoto, durante a pandemia de Covid-19, na vida das mulheres docentes do IFSul-Câmpus Pelotas, considerando a influência do contexto brasileiro, a relação com a saúde integral e com o núcleo familiar". Os riscos dessa pesquisa são mínimos, pois serão tomadas todas as medidas para proteger seu anonimato e o sigilo das informações prestadas, sendo criado um código pela própria pesquisadora para a identificação de suas respostas. Desta forma, quando os dados da pesquisa forem apresentados e publicados, a sua identidade será mantida em segredo, não sendo revelada qualquer informação que possa identificar você publicamente. Você tem o direito de se manter informado sobre os resultados parciais e finais, os quais poderão ser publicados em eventos e periódicos científicos. Sua participação é voluntária e não haverá qualquer tipo de despesas pessoais ou compensação financeira pela participação nesta pesquisa. Por fim, é garantida a liberdade de retirada do consentimento em qualquer etapa da pesquisa, sem nenhum prejuízo para você, para tanto bastará entrar em contato comigo, através do e - mail: christinemmorales@gmail.com, celular: (53) 981280880. Você receberá uma via deste termo e a outra ficará com a pesquisadora. Você aceita participar? SIM () NÃO ()

Nome completo da participante da pesquisa

Assinatura da participante da pesquisa

Nome completo da pesquisadora Christine Moreira Morales

Assinatura da pesquisadora

Christine Seoreira Gerales

Pelotas, Junho de 2023.

ANEXO A – CARTA DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA NO IFSUL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL



AUTORIZAÇÃO

Eu, Flávio Luís Barbosa Nunes, Reitor, representante legal do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), autorizo a aplicação da pesquisa intitulada "IMPACTOS DO TRABALHO REMOTO REALIZADO PELA MULHER DOCENTE DURANTE A PANDEMIA: UM ESTUDO DE CASO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE (IFSul)".

A pesquisa visa obter dados para a tese de Christine Moreira Morales que será desenvolvida no Programa de Políticas Sociais e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas, sob a orientação da Profa. Dra. Vini Rabassa da Silva, como requisito parcial para a obtenção do título de doutora.

Após a finalização do curso de doutorado, os resultados da pesquisa serão disponibilizados para o IFSul.

Pelotas, 02 de junho 2023.

Flavio Luis Barbosa Nunes:51781468 Nunes:51781468087

Barbosa Dados: 2023.06.02

Assinado de forma

digital por Flavio Luis

087 12:34:21 -03'00'

Reitoria

Rua Goncalves Chaves, 3218, 5° and ar - Centro - Pelotas/RS, CEP 96015-560 Telefone: (53) 3026-6050 - www.ifsul.edu.br